



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

JOÃO VITOR DA SILVA

**Memórias e narrativas LGBTQIAP+: uma análise discursiva
sobre os processos de silenciamento no período escolar**

CUIABÁ - MT
2025

JOÃO VITOR DA SILVA

**Memórias e narrativas LGBTQIAP+: uma análise discursiva
sobre os processos de silenciamento no período escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagem na Área de Concentração de Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Evaristo Beltrão

CUIABÁ - MT
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586m Silva, João Vitor da.

Memórias e narrativas LGBTQIAP+ [recurso eletrônico] : uma análise discursiva sobre os processos de silenciamento no período escolar / João Vitor da Silva. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 117 f., il. color., pdf). -- 2025.

Orientador: Márcio Evaristo Beltrão.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Análise Crítica do Discurso. 2. gênero e sexualidade. 3. escola. 4. narrativas. 5. sujeito. I. Beltrão, Márcio Evaristo, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: MEMÓRIAS E NARRATIVAS LGBTQIAP+: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS PROCESSOS DE SILENCIAMENTO NO PERÍODO ESCOLAR

AUTOR: MESTRANDO JOÃO VITOR DA SILVA

Dissertação defendida e aprovada em 28 de fevereiro de 2025.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTOR MÁRCIO EVARISTO BELTRÃO (PRESIDENTE BANCA/ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

2. DOUTORA SOLANGE MARIA DE BARROS (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

3. DOUTORA RAQUEL PEREIRA GONÇALVES (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS - UFR

4. DOUTOR ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS - UFR

Cuiabá-MT, 28 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Evaristo Beltrão, Usuário Externo**, em 05/03/2025, às 23:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Pereira Goncalves, Usuário Externo**, em 24/03/2025, às 21:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MARIA DE BARROS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 13/04/2025, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7646595** e o código CRC **40BF27A6**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Rosângela Silva Francisco, que mostrou a mim o caminho da educação com amor e, mesmo nos momentos de maior fragilidade, foi meu incentivo para seguir em frente. Uma parte deste trabalho foi construída entre os corredores do hospital Santa Casa de Misericórdia, em Rondonópolis-MT, onde eu tive a certeza de que sua memória será sempre lembrada, valorizada e respeitada.

Com todo o meu amor, saúdo meu grande amor e todas as mães solo que carregam o mundo nos ombros para que seus filhos tenham o direito mais bonito da humanidade: o de sonhar.

AGRADECIMENTOS

Para que eu chegasse até aqui, muitas pessoas estiveram presentes e me deram forças para isso. Dessa forma, expresso minha gratidão:

À minha mãe, que esteve durante o primeiro ano do mestrado ao meu lado, fortalecendo meus desejos e, mesmo sem sua presença física, continua a me iluminar com muito amor.

Às minhas tias, Gislene e Giseli, por todo o apoio e carinho. Por serem minha base familiar e pelo cuidado que fortaleceu minhas possibilidades de existência.

Ao André Luiz Gusmão, meu companheiro de vida, que, junto a mim, ressignificou os desafios do mestrado com amor e se fez presente em todos os momentos.

À Neuziane Ule de Souza, cuja escuta analítica, sempre cuidadosa, foi além da excelência profissional, proporcionando-me segurança e conforto essenciais em muitos períodos da minha vida, em especial, o do mestrado.

Ao Márcio Evaristo Beltrão, pelo empenho na orientação e pelo apoio às escolhas realizadas ao longo da minha pesquisa. Agradeço, também, pela compreensão e pelo acolhimento nos momentos de dificuldade que enfrentei.

À Raquel Gonçalves, por expandir minha vivência acadêmica para além da ciência, ao possibilitar que minha formação na graduação fosse também escrita pelo afeto, e por hoje compor este trabalho como banca externa.

À Solange Barros, pelo trabalho que me inspira e por aceitar compor a banca deste estudo, sendo uma grande referência para os estudos na área e como pessoa.

Aos colegas do NEPEL e PPGEL, pelas trocas de conhecimento e pela acolhida.

Aos meus amigos que caminharam comigo, sempre com apoio e afeto, compreendendo minhas ausências e fortalecendo minha trajetória da melhor forma possível.

À Capes, pelo financiamento desta pesquisa.

*“Agregar o meu viver o que devemos preservar
Rumo ao amor! Não importa qual caminho trilhe
Não se ilhe, sonho que se sonha junto é o maior louvor”*
Criolo

RESUMO

Esta dissertação de mestrado investiga como as escolas públicas do estado de Mato Grosso participam na constituição das subjetividades, em específico de homens LGBTQIAP+, ao serem examinadas as dinâmicas de poder e ideológicas que os moldam. Para a execução das propostas estabelecidas, a pesquisa analisa como narrativas sobre gênero e sexualidade são construídas e perpetuadas nas práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que é identificada a forma como as ações normativas atuam e, portanto, serão questionadas para a promoção de uma emancipação social (BARROS, 2015). Como objetivos específicos, o estudo propõe: (i) evidenciar as relações e diferenças nos processos de constituição subjetiva de homens LGBTQIAP+ ao longo de suas trajetórias escolares; (ii) analisar os enunciados desses indivíduos para revelar os mecanismos de silenciamento nas escolas públicas mato-grossenses; e (iii) compreender os processos históricos de exclusão e resistência da população LGBTQIAP+ na região de Mato Grosso. Para isso, o estudo adota a pesquisa qualitativa, orientada pela Análise Crítica do Discurso (ACD), segundo Fairclough (2003), que permite analisar como a linguagem estrutura as relações de poder socialmente escritas. Mais específico aos estudos da ACD, a interdiscursividade é categoria mobilizada para mapear os discursos sociais permeadas pelas questões de gênero e sexualidade nas práticas educativas. Para isso, o referencial teórico articula-se a partir de: Análise Crítica do Discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), os estudos de conjuntura (QUINALHA, 2014) e os estudos de gênero e sexualidade (PRECIADO, 2020; FOUCAULT, 2022; LOURO, 2022; LEMEBEL, 2023), com destaque para a Teoria Queer e Performatividade (BUTLER, 2019; SALIH, 2012). Os participantes que integram esse estudo são homens LGBTQIAP+ que cursaram a educação básica em escolas do estado de Mato Grosso. No mais, o interesse do estudo supracitado é sustentado pelo desejo em desenvolver um diálogo interdisciplinar com as ciências sociais, para uma compreensão mais profunda das implicações epistemológicas suscitadas neste estudo. Os resultados obtidos mostraram a escola como espaço dinâmico de negociações identitárias, tensionado por discursos normativos que privilegiam a heterossexualidade. Embora avanços políticos tenham garantido direitos a pessoas LGBTQIAP+, esses direitos ainda são frágeis e alvo de ataques. Por fim, o

estudo destaca a necessidade de a escola assegurar esses direitos e ser um espaço inclusivo.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; gênero e sexualidade; escola; narrativas; sujeitos LGBTQIAP+.

ABSTRACT

LGPTQIAP+ memories and narratives: a discursive analysis of silencing processes during the school period

This dissertation investigates how public schools in the state of Mato Grosso contribute to the construction of subjectivities, specifically those of LGPTQIAP+ men, by examining the power dynamics and ideological forces that shape them. The research analyzes how narratives surrounding gender and sexuality are constructed and perpetuated within pedagogical practices, while also identifying how normative actions influence these processes, which will be questioned in order to promote social emancipation (BARROS, 2015). The specific objectives of the study are: (i) to highlight the relationships and differences in the subjective constitution processes of LGPTQIAP+ men throughout their educational trajectories; (ii) to analyze the statements of these individuals to reveal the mechanisms of silencing in public schools in Mato Grosso; and (iii) to understand the historical processes of exclusion and resistance of the LGPTQIAP+ population in the Mato Grosso region. The study adopts a qualitative approach guided by Critical Discourse Analysis (CDA), as proposed by Fairclough (2003), which allows for an examination of how language structures socially written power relations. More specifically within CDA, the category of interdiscursivity is used to map social discourses related to gender and sexuality in educational practices. The theoretical framework integrates: Critical Discourse Analysis (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), conjuncture studies (QUINALHA, 2014), and studies of gender and sexuality (PRECIADO, 2020; FOUCAULT, 2022; LOURO, 2022; LEMEBEL, 2023), with a focus on Queer Theory and Performativity (BUTLER, 2019; SALIH, 2012). Participants in the study are LGPTQIAP+ men who completed their basic education in schools in the state of Mato Grosso. The interest in this study is rooted in the desire to foster an interdisciplinary dialogue with social sciences to gain a deeper understanding of the epistemological implications raised by this research. The results revealed the school as a dynamic space for identity negotiations, influenced by normative discourses privileging heterosexuality. While political advances have secured rights for LGPTQIAP+ individuals, these rights remain fragile and subject to attack. Ultimately, the study emphasizes the need for schools to safeguard these rights and serve as inclusive spaces.

Keywords: Critical Discourse Analysis; gender and sexuality; school; narratives; LGBTQIAP+ individuals.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Idade dos participantes.....	67
Quadro 02 - Questionário enviado aos participantes da pesquisa.....	68
Quadro 03 - Datas de interação e participação dos entrevistados.....	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Reelaboração da LSF na ACD.....	42
Figura 02 - Seis estágios para a pesquisa em ACD.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. SEXUALIDADE, GÊNERO E ESCOLA.....	23
1.1 Sexualidades e gêneros dissidentes: modos de controle e operação dos corpos.....	23
1.2 Teoria Queer	27
1.3 Fronteiras entre o que nomeamos de Teoria Queer e a América Latina.....	32
2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: CONCEITOS BASILARES	37
2.1 Discurso(s).....	39
2.2 Ordens do discurso	40
2.3 Significados do discurso	41
2.3.1 Significado Acional	43
2.3.2 Significado Identificacional	46
2.3.3 Significado Representacional	47
2.4 Ideologia.....	50
2.5 Hegemonia	51
2.6 Poder	53
2.7 Emancipação Social	55
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	58
3.1 Pesquisa Qualitativa.....	58
3.2 Pesquisa Em ACD.....	60
3.3 O enquadre da pesquisa em ACD	61
3.4 Participantes da pesquisa	64
3.5 Os instrumentos utilizados para a coleta de dados.....	67
4. ANÁLISE CONJUNTURAL	71
4.1 Ditadura Militar no Brasil e os impactos nos movimentos sociais de luta por direitos .	73
4.2 Movimento LGBTQIAP+ no Brasil	74
4.3 Educação e políticas públicas para a população LGBTQIAP+	76
4.5 Movimento LGBTQIAP+ no Mato Grosso	77
4.6 novas avanços e desafios: políticas públicas para a população LGBTQIAP+ na atualidade	79
5. ANÁLISE DOS ENUNCIADOS	82
5.1 Professora, sou gay? Experiências escolares de homens LGBTQIAP+ no ambiente escolar de Mato Grosso	82
5.2 Quando a violência atravessa a formação educacional	88

5.3 As abordagens educacionais: a importância da atuação de educadores.....	91
5.4 Novas percepções sobre a comunidade LGBTQIAP+ nos dias atuais.....	95
5.5 Mudanças possíveis: quais práticas podem ser aplicadas para a promoção de equidade à comunidade LGBTQIAP+ no estado de Mato Grosso?	98
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS.....	111

INTRODUÇÃO

A pesquisa que se insere nesta dissertação surge como uma parte que germina de quem a escreve. Por meio da escrita, a proposta é traçar uma trajetória que culminou nas perspectivas subjetivas de uma pessoa LGBTIQIAP+ que, em um espaço marcado pela negação de sua identidade, a escola, encontrou a possibilidade de emancipação social. Desse modo, o estudo parte como uma ação de resignificação para que novas possibilidades de existir seja possível.

Sendo esse um lugar possível, a composição deste trabalho não é apenas uma produção de rigor científico, mas também produto das inquietações de quem escreve. Para tornar possível a elaboração desta escrita, muitos foram os desafios, entre eles, a insegurança de abordar sua própria subjetividade com fidelidade dentro das exigências dissertativas e, concomitantemente, o processo de luto, que, por respeito à experiência vivida, merece o devido reconhecimento.

Nessa relação, as semelhanças observadas entre o luto e a pesquisa são reveladas em uma descoberta importante ao longo deste estudo: a elaboração por meio da linguagem. Destarte, quando as memórias são nomeadas e reconhecidas, novas fronteiras de existência tornam-se possíveis. Assim, ao escrever este trabalho, o caminho percorrido se aproxima daquele trilhado por tantos outros sujeitos dissidentes e, também, enlutados: a insistência em resistir para a construção de novas narrativas.

Por sua vez, as memórias, elementar ao estudo, são mobilizadas para prover aos estudos do discurso os enunciados que revelam não apenas uma retomada ao passado, mas compreendida como experiência social, que, mesmo sendo algo do passado, é evocada e reinterpretada a partir das questões do presente (Salgado e Alexandre, 2019). Desse modo, o olhar não é apenas retrospecto ao experienciado no período escolar, mas instrumento capaz de configurar cronologicamente as experiências que atravessam os sujeitos.

Em uma esfera linguística, a memória é compreendida como a capacidade mental de armazenar informações relacionadas à linguagem. Para além, ao depreender os significados de memória pela perspectiva do crítico literário Walter Benjamin, a memória é condicionada pelas experiências construídas no passado e estruturada pelas reminiscências (Dias e Amaro, 2018). Nessa perspectiva crítica,

revisitar as memórias é resgatar as vozes dos sujeitos que foram oprimidos ao longo da história para que sejam construídas outras narrativas e memórias para o futuro.

Ademais, ao discorrer sobre narrativas, termo que também nomeia este trabalho, inicialmente, é reconhecido que narrar as próprias experiências, embora desafiadora, é meio pelo qual o conhecimento se transmite de uma pessoa a outra, a partir da própria existência, de gerações ou de uma cultura a outra. Especificamente, em relação ao que se propõe aqui, as narrativas sobre o contexto escolar são fundamentais para compreender as formas históricas pelas quais esse espaço tem lidado com as especificidades de gênero e sexualidade para que no futuro outras narrativas possam surgir.

Para esse propósito, a execução planejada se insere no campo da Análise Crítica do Discurso (ACD) e visa como foco central estudar os enunciados de pessoas LGBTIQPIAP+, bem como de que forma são reveladas as assimetrias sociais relacionadas aos gêneros e sexualidades no contexto escolar. Outrossim, a escolha da ACD como abordagem metodológica fundamenta-se, entre seus fatores, na compreensão de que a produção do conhecimento científico não está dissociada da subjetividade do pesquisador, tampouco é elaborada em grau de neutralidade.

Por isso, o delinear deste estudo é pautado também no interesse que emerge das experiências do próprio autor, ainda que o texto seja construído na terceira pessoa. Assim, essas experiências se manifestam criticamente nas escolhas textuais, na perspectiva teórica adotada e nas posições assumidas ao longo do estudo, uma vez que o fazer científico se consolida a partir de um outrem e seu olhar sobre o mundo. Nesse caso, nas experiências individuais e científicas trilhadas até o momento presente. O que se revela aqui surge como efeito disso.

Dessa forma, torna-se relevante traçar o perfil de quem escreve, uma vez que este trabalho não parte de um isolamento acadêmico que distancia o sujeito pesquisador do sujeito analisado, mas, ao contrário, reconhece as interseções que os aproximam. Dessarte, valorizar todas as particularidades envolvidas no processo analítico é a execução pretendida desde a primeira elaboração do estudo.

Com base nisso, descreve-se que o estudo é conduzido por um homem gay, cisgênero e oriundo de escolas periféricas que frequentemente foram estigmatizadas como espaços marcados pela marginalidade, defasagem governamental e violência, em específico a homofobia, experiência aprendida desde cedo. Nessa conjuntura, as

vivências do pesquisador desempenharam um papel importante no olhar que aqui é circunscrito, pois influenciaram diretamente sua trajetória de vida e produziram os caminhos que levaram ao estudo crítico elaborado.

Entre essas vivências, destaca-se o primeiro contato com as diversas formas de repressão associadas à sua orientação sexual e às implicações decorrentes, elemento central na busca por caminhos possíveis para sua existência. Nessa retomada, pensar a escola é sempre revisitar um campo que foi, em maior parte, tomado como meio de negação da existência e produtor de dinâmicas de disputa pela garantia da própria existência. Nesse contexto, a subversão de gênero era marcada por apelidos que, posteriormente, foram adotadas culminantes a outras formas de violência, como a física e psicológica. Por isso, retomar as experiências escolares como período de infância é reviver as tentativas de resistências que impulsionam pensar meios emancipatórios.

Anos após o período escolar, na atuação como educador da educação básica, novas percepções permitiram constatar padrões recorrentes de violência, estruturadas, sobretudo, pela opressão discursiva, que guardam similitude ao vivenciado pelo pesquisador. Assim, as violências manifestadas no ambiente escolar, muitas vezes sutis e não explicitadas, operam por meios enunciativos que resultam na subjugação daqueles que não se enquadram nas normas hegemônicas – sujeitos percebidos como desviantes da normalidade esperada nesse espaço.

Notoriamente, a escola ainda exerce um papel de controle sobre os que a compõem, ao produzirem dinâmicas semelhantes às vivenciadas pelo pesquisador em sua trajetória escolar. Esse controle se evidencia pelos conflitos de hegemonia de poder que são explicitadas nas formas diferenciadas como são conduzidas as queixas sobre estudantes considerados “espalhafatosos”, em contraste com as estratégias de boa condução da aula e da turma como um todo. Nessa dinâmica, o que se observa é a tentativa disciplinar sobre a performatividade do sujeito, ao direcioná-lo para padrões normativos e socialmente aceitos.

Louro (2022) delinea com precisão o papel da escola ao argumentar que, embora desafiador, existe uma linha tênue entre a promoção de uma sexualidade considerada “normal” e a tentativa de contenção das que divergem. Nessa perspectiva, o objetivo não é controlar a heteronormatividade, mas sim reprimir tudo

o que é percebido como desviante, irregular ou inadequado aos padrões estabelecidos por ela, para assim, estabelecer quem deve ser minoritário.

Adicionalmente, é necessário, nesta parte inicial, reforçar uma diferença importante tomada como posição política a este estudo: a concepção de minoria é algo erroneamente construído como tentativa de alocar pessoas LGBTQIAP+ como inferiores, em menor número, comparado a unidade heterossexual. Contudo, é cabível o emprego do termo “minoritários”, uma vez que melhor descreve as tentativas opressivas de subalternizar os sujeitos e desmistifica a tentativa numérica redutora de corpos dissidentes.

Diante dos fatores discorridos, o estudo toma como estrutura os marcadores pretendidos. Para isso, surgem questionamentos impulsionadores para a execução pretendida. Sendo-os:

- Como o discurso estabelece as relações de poder?
- De que maneira, por meio dos enunciados, as relações de poder que se estabelecem no espaço escolar e subalternizam sujeitos LGBTQIAP+ são descritos?

Delineadas as hipóteses, os discursos – definido nas seções seguintes – são a materialidade essencial ao estudo, por promover elementos sobre os modos pelos quais as ações de dominação operam sobre os sujeitos. Ao delimitar a discussão para o campo educacional, o objetivo específico proposto neste trabalho é investigar as dinâmicas sociais de dominação que resultaram no silenciamento de homens LGBTQIAP+ nas escolas do Estado do Mato Grosso, por meio de uma análise dos enunciados dos atores sociais que foram envolvidos nesses espaços durante a adolescência, bem como investigar as consequências resultantes dessas experiências educacionais.

Nessa esteira, objetiva-se especificamente: a) Compreender os processos históricos de silenciamento da população LGBTQIAP+ no Mato Grosso; b) Evidenciar as relações e diferenças nos modos de construção subjetiva de homens LGBTQIAP+ ao longo dos anos e como as organizações sociais ao longo da história são replicadas na escola; c) Elaborar uma dissertação que possibilitará novas discussões e perspectivas críticas para possíveis ações pratico-metodológicas que embarcarão as questões de gênero e sexualidade na escola.

O trabalho está organizado em capítulos, que inicia com a discussão teórica sobre as concepções de gênero e sexualidade, o papel da escola e dos educadores na promoção da segurança de pessoas LGBTIQIAP+, além de uma abordagem sobre os estudos de gênero no Brasil e na América Latina brevemente. Destaca-se, nesse contexto, a teoria queer e os estudos de gênero na América Latina, com especial referência aos conceitos desenvolvidos por Judith Butler, autora basilar do estudo e das perspectivas adotadas sobre gênero e sexualidade.

Além disso, diante das injustiças sociais evidenciadas, procurou-se, de maneira minuciosa, referenciar não apenas autores canônicos, mas também os que se encontram à margem dos espaços científicos, a fim de promover uma discussão teórica mais democrática e alinhada às experiências de quem escreve.

O capítulo metodológico, por sua vez, expõe as bases teóricas adotadas na pesquisa feita a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD). Com esse propósito, conceitua-se discurso, as ordens discursivas e os três significados que constituem a ACD (Acional, Identificacional e Representacional) com foco no último, utilizado como metodologia analítica.

Dado o caráter interdisciplinar da ACD e sua relação com outras teorias das ciências sociais, ainda no início do capítulo, são elaboradas definições sobre ideologia, hegemonia, poder e emancipação social, conceitos relacionados com os métodos adotados para a análise. Em seguida, expõe-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) como metodologia e a abordagem qualitativa, que estruturam a condução do estudo. Na sequência, são detalhados os procedimentos adotados para a execução do estudo, incluindo a coleta de dados, a delimitação do recorte da pesquisa no campo da ACD, a caracterização dos participantes e a descrição dos instrumentos utilizados para a obtenção dos dados.

O trabalho se desdobra em duas análises centrais: a análise de conjuntura, que discute a historicidade e os impactos sociais sobre os sujeitos do discurso; e a análise dos enunciados, eixo central deste trabalho, responsável por sustentar toda a discussão proposta a partir dos enunciados dos participantes.

Como proposta de evitar a concepção de um estudo como encerrado ao término da investigação pretendida, as considerações finais são apresentadas no último capítulo, com a explanação dos principais resultados obtidos e o fomento de novas reflexões para pesquisas futuras. Para a ACD, um trabalho não é inacabado,

pois promove novas reflexões que são fundamentais para dar continuidade a temática do estudo, visando primordialmente a emancipação social.

1. SEXUALIDADE, GÊNERO E ESCOLA

Driblando os gêneros binários, esquivando-me do postal sépia da família e sobretudo escamoteando a vigilância do discurso.

Pedro Lemebel

Para o início das fundamentais teorias que alicerçam o estudo pretendido, este capítulo discorrerá acerca dos modos como sexualidade e gênero são conceituados e discutidos pelos estudos de gênero a partir do subcapítulo *Sexualidades e gêneros dissidentes: modos de controle e operação dos corpos*, como a *Teoria queer*, segunda unidade que percorrerá sobre os movimentos políticos identitários que abriram novas fronteiras aos estudos sobre os corpos e os sujeitos. Adicionalmente, ao compreender os recortes específicos da América Latina, o capítulo é encerrado pelo trabalho teórico sobre *as fronteiras entre o que nomeamos de teoria queer e a América Latina*.

1.1 Sexualidades e gêneros dissidentes: modos de controle e operação dos corpos

Desde os primeiros anos da formação identitária, antes mesmo da criança ter a compreensão plena de si como sujeito social e absorver todas as nuances da interação entre seu corpo e sua mente, as construções homogêneas de sexualidade exercem influências profundas de regulação heterossexual. Isso ocorre por meio de critérios rigorosos de controle, que Paul Preciado, em seu trabalho "Um apartamento para Urano", definiu como formas de subversão ao gênero, iniciando-se desde os primeiros momentos de vida (Preciado, 2020).

Nesse sentido, Preciado (2020) evidencia que há uma vigilância constante sobre o gênero, que se opera desde a infância para modelar os corpos infantis em artefatos de biopolítica¹, e, ao longo do processo anos, conduz à normalização do indivíduo adulto, alinhando-o aos padrões impostos para esse controle. Ao encontro dessas questões, depreende-se que definir o que é gênero e sexualidade não se apresenta como um simples exercício de categorização dicotômicas presentes nos

¹ A biopolítica, segundo Michel Foucault (2008a, 2008b), representa uma modalidade de poder que transcende a esfera do corpo individual e visa, em vez disso, regular o modo de vida das populações em geral. Outrossim, esse conceito, denominado biopoder, busca orientar as condutas por meio de práticas e discursos que incidem sobre aspectos compartilhados pela sociedade, como a própria vida.

discursos dominantes, tais como homem e mulher, feminino e masculino, heterossexual e homossexual (Butler, 2019).

Embora muitas conceitualizações teóricas sugiram que o gênero seja uma norma, é imprescindível destacar que esse termo não é equivalente ao exercício regulador ou a uma lei, mas sim um operador que é exercido por meio de um padrão implícito de normalização a partir das práticas sociais (Butler, 2021). Assim, a normatividade do gênero não se dá por meio de imposições diretas, mas pela internalização, reprodução de padrões e expectativas de gênero que são amplamente aceitos e reforçados pela sociedade e compreendidas como “heteronormatividades²”. Para além, esses padrões podem variar de acordo com o contexto cultural e histórico, mas tendem a privilegiar e reforçar as normas de gênero dominantes.

Além do mencionado, ao ancorar nas análises da eminente pesquisadora Guacira Lopes Louro, afirma-se que as elaborações sobre o próprio gênero é um processo intrínseco, permeado por imposições e coerções, na qual as convenções sociais delineiam as possibilidades existentes que o indivíduo absorve e manifesta (Louro, 2022). Não obstante, tais normas são moldadas por sistemas de poder e hierarquias que perpetuam noções binárias e limitadas de gênero, capazes de excluir e marginalizar aqueles que não representam o ideal morfológico e social da figura humana representada pelos moldes da binaridade.

Contudo, embora a sexualidade esteja intrinsecamente ligada ao corpo, sua influência e expressão transcendem os limites físicos. Como John Gagnon e William Simon (1973) observaram, a sexualidade é profundamente moldada por influências socioculturais, em um nível que rivaliza e, por vezes, supera outras formas de comportamento humano. Com esse enfoque, é reconhecido que as experiências e expressões sexuais são formuladas por fatores gênero, orientação sexual, normas sociais, religião e mídia, entre outros.

Para compreender a amplitude do que é gênero, deve-se ultrapassar os limites meros da análise biológica dos corpos: é necessário implicar, também, a examinação das relações de poder que moldam e naturalizam as expressões de dominação em que, as sexualidades contrárias a elas, nomeadas de dissidentes, são situadas em

² A conceituação de heteronormatividade ocorre a partir das expectativas sociais acerca do comportamento dos atores sociais de acordo com o padrão de gênero e sexualidade em que a heterossexualidade é entendida como a norma a ser seguida. Para que seja manifestada, ela limita as expressões de diversidade sexual e de gênero em diversos espaços, como escolas e igrejas.

categorizações de repressão. Consequentemente, quando os gêneros são pressupostos apenas a partir de uma matriz de “masculino” e “feminino”, o ponto crítico de análise dessas macrofunções sociais são reduzidas apenas à recortes específicos de estudos, o que impossibilita outras perspectivas complexas sobre gêneros que envolvem o tecido social e atravessam sujeitos não representados por essas definições.

Como um elemento histórico e social, o gênero, muitas vezes definido de forma binária e rigidamente dividido entre masculino e feminino, resulta em abjeções em diversas culturas. No entanto, essa visão bifurcada é cada vez mais contestada, à medida que se reconhecem as ambiguidades e as imprecisões condicionadas pelo contexto social, cultural, econômico e político (Scott, 1995). Nessa perspectiva, as performatividades não-binárias, como gênero fluido, agênero e bigênero, que desafiam as noções convencionais de masculinidade e feminilidade, devem ser consideradas nos estudos críticos.

Ao analisar o papel da sexualidade ao longo da história, é evidente que o controle social desempenhou uma ação significativa na formação das percepções sobre ela. Em sua pesquisa, Rubin (2006) destacou a influência da sexualidade em diversas esferas sociais, especialmente nos anos 1950, nos Estados Unidos. Nesse período, de acordo com a autora, ocorreu uma mudança significativa no foco das preocupações, que deixou de lado questões como prostituição e masturbação para concentrar na problemática "ameaça homossexual" e no espectro duplo do "ofensor sexual". Assim, as mudanças de perspectiva aconteceram tanto antes e depois da Segunda Guerra Mundial, quando o "ofensor sexual" se tornou objeto de intensa preocupação pública.

Outrossim, Michel Foucault, ao delinear a "história da sexualidade", declara que "a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico" (Foucault, 2020, p.100). Assim, a sexualidade não é apenas uma expressão individual, mas um produto de relações sociais em que as normas e valores influenciam a compreensão e vivência em diferentes contextos culturais e sociais. Por isso, a sexualidade não é uma espécie ofertada pela natureza posto em xeque pelo poder, mas:

a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências,

encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 2020, p. 100).

Por seu caráter, as sexualidades e os gêneros não devem ser vistos como algo estritamente individual e isolado, pois é fundamental reconhecer que cada subjetividade é construída a partir das interações com outros sujeitos, permeada por formas ideológicas de poder, que delimitam as noções que moldam as percepções sobre o próprio ser.

Além do arcabouço teórico de Foucault, Heilborn (2002) propõe uma análise mais aprofundada nos vários níveis nas quais a construção da sexualidade se manifesta. A exemplo desses movimentos, evidencia-se que, nas interações escolares, as diferentes percepções de sexualidade, construídas pelas diversas esferas que permeiam cada ator social, estão em constante transformação e são socializadas a todo momento, ora em conflito, ora em concordância, mas, sobretudo, conferindo graus de legitimidade a determinados corpos, enquanto outros são desfavorecidos.

No tocante ao discurso que constitui os gêneros, Judith Butler (2019 e 2021) está alinhada com a perspectiva de que tanto o sexo quanto o gênero não são entidades dadas pela natureza, mas produtos de práticas discursivas que moldam a maneira como são entendidos e categorizados os corpos e as noções de sujeito. Em outras palavras, o sexo não é simplesmente uma categoria biológica objetiva, mas uma construção que é produzida e reproduzida por meio do discurso e das normas sociais. O gênero não é uma expressão natural das diferenças sexuais, mas uma série de práticas que são internalizadas e repetidas ao longo do tempo. Como destaca Salih ao estudar Butler:

Uma menina não nasce menina, mas é “tornada menina”, para usar a expressão de Butler, ao nascer, ou até mesmo antes, com base no fato de possuir um pênis ou uma vagina. Essa é uma distinção arbitrária, e Butler argumenta que as partes sexuais do corpo são investidas de significado e, conseqüentemente, os bebês também poderiam ser diferenciados uns dos outros com base em outras partes – o tamanho das orelhas, a cor dos olhos, a flexibilidade da língua. Longe de ser neutra, a percepção e a descrição do corpo (“É uma menina!”, etc.) (Salih, 2012, p. 87).

Sob essa perspectiva, é necessário destacar que as hegemonias do discurso de gênero não são ocorrências recentes nos espaços de poder, como instituições educacionais e religiosas, mas remonta ao século XIX, onde são iniciadas as disseminações dos dispositivos de sexualidade, conforme observado por Foucault (2020). Segundo o autor, esses dispositivos englobam uma variedade de práticas, discursos e instituições que regulam a sexualidade e produzem efeitos de poder sobre os corpos.

Essas práticas ainda estão fortemente vinculadas aos espaços escolares, em que determinadas atividades são atribuídas exclusivamente aos meninos, como jogar bola ou serem bagunceiros. Por outro lado, as meninas são encarregadas de atividades mais delicadas, como expressões artísticas e interações respeitosas e de cuidado, sendo frequentemente submetidas a comentários como “Você é menina, não deve se comportar como menino.”

Paradoxalmente, essas normas reforçam a heterossexualidade como sendo obrigatória, mas também evidenciam a emergência de valorização daqueles que resistem a essa imposição. Esta dualidade, portanto, revela as falhas no sistema normativo e destaca a necessidade de uma análise crítica das estruturas que moldam a expressão de gênero e sexualidade. Como apontado por Louro, a “homossexualidade, discursivamente produzida, transforma-se em questão social relevante” (Louro, 2001, p. 542), pois, na contramão das negociações de gênero, existem estudantes que desafiam as normas estabelecidas, por meio de novas performances estéticas, afetivas e possibilidades de expressão do próprio corpo.

De modo a contrapor os valores normativos, a Teoria Queer surge como uma resposta às estruturas de poder que historicamente moldam e restringem as expressões de gênero e sexualidade, ao desafiar as concepções convencionais e de fixidez categóricas. Para isso, estudiosos de abordagem *queer* questionam as normas sociais estabelecidas e reconhecem a multiplicidade e fluidez das experiências humanas, como será visto a seguir.

1.2 Teoria Queer

As identificações negativas como “sapatas” ou “bichas” são transformadas em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização, atentas ao poder totalizante dos apelos à “universalização”.

Paul Preciado

A Teoria Queer surgiu nas décadas finais do século XX com o objetivo de desafiar as noções tradicionais de gênero e sexualidade, ao propor que fossem reveladas novas abordagens construtivistas em relação às teorias que até então foram fundamentadas em estudos delimitados por perspectivas binárias e hierárquicas. Quanto aos novos enfoques propostos, os estudos teóricos sustentavam-se em estudos que tinha como precisão “evitar a segregação do espaço político que faria da multidão *queer* um tipo de margem ou de reservatório de transgressão” (Preciado, 2011, p.13).

Os estudos pós-estruturalistas constituíram um importante aporte teórico para os estudos queer, uma vez que possibilitaram novos questionamentos sobre os elementos subjacentes que eram considerados universais e organizavam a linguagem, a cultura e a sociedade. Essa crítica ao campo do discurso abalou a estabilidade estruturada, por meio do desafio que era posto sobre a possibilidade de se alcançar um conhecimento objetivo ou uma verdade absoluta sobre as sexualidades.

Não obstante, o próprio termo “*Queer*” configura uma complexa e multifacetada escolha lexical a ser definida. De origem pejorativa e depreciativa, dicionarizada como “differing from the normal or usual in a way regarded as odd or strange”³ (Reverso Dicionário, 2024), o termo foi ressignificado por movimentos LGBTQIAP+⁴ e posteriormente adotado pela academia para estudos teóricos, a fim de referenciar os indivíduos na qual a performatividade de gênero e orientações sexuais não estão em conformidade com as normas heteronormativas.

No cerne dessa abordagem crítica, reside a contestação das normas e categorias que historicamente moldaram as experiências humanas, visando elucidar as implicações acerca das imposições da cultura dominante. Até mesmo os próprios estudos de gênero e a teoria feminista, construídos até então, foram empreendidos por uma nova investigação engajada em discutir a instabilidade e indeterminação das “identidades generificadas” que predefiniram noções de gêneros e sexualidades como

³ Tradução da frase escrita em inglês: diferente do normal ou habitual de uma maneira considerada estranha ou incomum”.

⁴ A sigla que será utilizada neste trabalho será a “LGBTQIAP+”, por considerar sua abrangência inclusiva e de escolha política do autor desta dissertação. O termo refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e mais, que categoriza os que não desejam ser inseridos nas siglas.

engessadas e mediadas pelas categorizações de “o sujeito” (como o sujeito gay, o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito “feminino”) (Salih, 2012).

Ademais, é crucial ressaltar que um dos contextos históricos fundamentais para a emergência da Teoria Queer nas décadas de 1980 e 1990 foi a crise da AIDS e as reações adversas de muitos defensores da “cultura hétero” em relação aos gays (Salih, 2012). No período em questão, a disseminação do vírus não provocou apenas uma crise de saúde pública, mas também intensificou o estigma e a discriminação contra a comunidade LGBTQIAP+, que era frequentemente vista como disseminadora da doença, especialmente em relação aos homens que faziam sexo com outros homens. Essa percepção deixou uma marca indelével não apenas para o movimento LGBTQIAP+, mas também nas experiências das homossexualidades, nos corpos e nas subjetividades dos indivíduos (Quinalha, 2017).

Como resposta a essa crise social e política implantada por essa experiência, os estudos *queer* surgem como um catalisador para o desenvolvimento de políticas, que buscavam desafiar as normas sociais e as estruturas de poder perpetuadoras da marginalização e exclusão dos indivíduos LGBTQIAP+. Essa reação foi uma resposta ao que era, e ainda é comumente associado a uma “praga gay”. Nesse contexto, a Teoria Queer não apenas emergiu como uma resposta intelectual às condições sociais da época, mas também como uma ferramenta de resistência e busca por justiça social, proposta que configura atos emancipatórios que serão defendidos ao longo deste trabalho.

Conceitualmente, a Teoria Queer busca evidenciar e, nessa ação, desestabilizar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a exclusão de grupos minoritários por meio de uma análise interdisciplinar, que inclui ao cerne da discussão teóricos LGBTQIAP+, mesmo que sua natureza subjetiva e desafiadora tenha sido alvo de críticas, especialmente por aqueles que a veem como uma ameaça às tradições e valores estabelecidos.

Para que as interdisciplinaridades dialoguem com a proposta discutida, as estruturas se fundamentam na interseccionalidade, campo teórico essencial na compreensão das múltiplas especificidades que compõem os seres humanos. Pois, os estudos interseccionais buscam compreender a inter-relação entre raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia e idade, moldadas mutuamente nas interações sociais.

Assim, os estudos com o enfoque interseccional oferecem ferramentas para compreender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2020). A interseccionalidade, ao fornecer a abordagem teórico-metodológica, ressalta a interligação estrutural entre o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado, conforme observado por Akotirene (2018). A autora complementa a discussão ao afirmar que a interseccionalidade possibilita a percepção da confluência das estruturas e a interação concomitante das diversas vias identitárias.

Ao retratar uma natureza desafiadora, um nome emerge como proeminente tanto na Teoria Queer, quanto nas políticas de gênero, que frequentemente é alvo de críticas conservadoras ao redor do mundo: Judith Butler. A influência dos estudos de Butler é inegável, pois se destaca como uma das figuras mais importantes na formulação e expansão teórica a partir de obras, como "Problemas de Gênero" (2021) e "Corpos Que Importam" (2019), que provocaram novos parâmetros intelectuais ao questionarem as normas binárias de gênero e a sexualidade.

Contudo, a abordagem desconstrutivista e as ideias sobre a fluidez e performatividade do gênero, defendidas pela autora, frequentemente enfrentam resistências por parte de críticos conservadores que defendem visões tradicionais e estáticas sobre os corpos, controverso ao que é proposto, por exemplo, pela Teoria Queer. Isso ocorre, pois, o “estilo de escrita de Butler não é simplesmente um veículo para a política, mas efetivamente coloca em ação a política que ele descreve” (Salih, 2012, p.158), que desestabiliza regras de poder e dominação.

Ao serem considerados os pontos levantados acima, explora-se a noção de performatividade como uma lente através da qual o gênero é continuamente produzido e reiterado (Butler, 2021). Nesse viés, Butler elucida que a performatividade não deve ser interpretada como um ato singular ou intencional, mas sim como uma prática na qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia. Ademais, ao reconhecer o papel da performatividade na constituição dos sujeitos, confere-se melhor entendimento sobre como os indivíduos são reconhecidos como feminino ou masculino, por meio de uma série de práticas discursivas e sociais que atribuem significado aos seus corpos e às performances de gênero.

Complementarmente, Butler (2021) enfatiza que as normas reguladoras do “sexo” operam para moldar a materialidade dos corpos e, mais precisamente,

concretizar a categorização do sexo corporal, tudo isso a serviço da consolidação do imperativo heterossexual e a demarcação dos sujeitos abjetos.

Outro conceito crucial que permeia as Teorias Queer e se destaca como significativo para a compreensão pretendida é o "abjeto", conforme introduzido por Judith Butler. Esse termo descreve indivíduos que não se inserem nas categorias de gênero, levando ao questionamento de sua própria humanidade (Butler, 2019). Para exemplificar, a canção "3SEX" de Indochine e Christine And The Queens desafia normas de gênero ao apresentar um "terceiro sexo", conforme indica o título da música, e um trecho que diz: "Un garçon au féminin, Une fille au masculin" (Um menino feminino, Uma menina masculina). Nessa perspectiva, observa-se que as construções de gênero expressas na canção não se enquadram nos moldes impostos pela heterossexualidade, que, para a manutenção do poder, pode ser renegada e entendida como algo desprezível por atores sociais tidos como conservadores.

Outrossim, na escola, espaço que frequentemente é institucionalizado por práticas pedagógicas que, explícita e implicitamente, pode produzir ações heteronormativas, é recorrente que os estudantes marginalizados, em sua maioria, apresentem características específicas que contrariam os ideais de performatividade de gênero esperados. É fundamental compreender que essas performatividades não indicam que esses sujeitos são LGBTQIAP+, pois o processo de abjeção funciona como um controle sobre os corpos, independentemente da subjetividade de cada um. Sendo assim, o foco recai em coibir qualquer similaridade com o que é oposto ao padrão heterossexual normativo: meninos femininos e mulheres masculinas, como exemplificado na canção mencionada.

De fato, a construção do gênero opera por meio de processos de exclusão, como destaca Butler (2019), de modo que a humanidade não apenas é construída em oposição ao inumano, mas também por meio de uma série de negações, supressões radicais que negam estritamente a possibilidade de uma articulação cultural. Portanto, os Estudos Queer não somente afirmam pessoas LGBTQIAP+ como humanos, como também produzem rupturas ao processo heteronormativo que busca enquadrar sexualidades dissidentes como "humanamente inconcebíveis", como destacado por Butler.

1.3 Fronteiras entre o que nomeamos de Teoria Queer e a América Latina

Para dar início ao itinerário deste subtópico, Pedro Lemebel, renomado escritor, é referenciado como instrumento provocativo para que então as discussões aqui pretendidas discorram. Lemebel (2023) apresenta em sua obra “Poco hombre: Escritos de uma bicha terceiro-mundista” a afirmação crônica:

Talvez não quiséssemos entender e escapamos a tempo. Demasiados clubes e associações de machos sérios. Talvez nós, bichas, sempre tenhamos sido loucas: estigmatizadas de loucas como as mulheres. Talvez nunca nos deixemos colonizar por aquele discurso importado. Linear demais para nossa louca geográfica. [...] Como erguer uma bandeira alheia, transformando-nos em satélites exóticos dessas associações formadas por majorias brancas alérgicas às nossas plumas, que fazem seus congressos em inglês, e por isso nossa língua indo-americana não tem opinião influente na construção de suas políticas? (Lemebel, 2023, p. 221)

O olhar crítico do autor é para além de apenas uma provocação e de uma voz latina, ao contrário, como ele afirmou “mais que uma construção literária, minha escrita é uma estratégia” (Lemebel, 2023, p.7). Dessa maneira, pode-se partir de sua perspectiva crítica sobre a maneira como as teorizações e estudos de gênero e sexualidade eram abordados no continente europeu e norte-americano, que, por muitas vezes constrói olhares estigmatizantes ou o efeito de assimilação aos latinos LGBTQIAP+. Além disso, as vozes indo-americanas, conforme afirmado pelo autor, eram predominantemente representadas por indivíduos brancos que não conseguiam captar totalmente as particularidades socioculturais deste lado do continente.

Pedro Lemebel emergiu como uma voz importante durante os anos de ditadura militar no Chile (1973-1990), sendo um performer e ativista chileno de destaque. Lemebel, reconhecido por sua escrita e sua atuação engajada em questões políticas e direitos LGBTQIAP+, abordava as experiências marginalizadas dos homossexuais, travestis e outros grupos oprimidos. Com isso, ganhou destaque especialmente por seus escritos e performances que desafiavam as normas sociais e exploravam as complexidades da sexualidade e de gênero. Sua obra mais conhecida, "Tengo Miedo Torero" (Tenho Medo, Toureiro), é exemplo disso, por ser um romance que retrata a vida de um jovem guerrilheiro homossexual durante os últimos dias da ditadura de Pinochet.

Com base na apresentação acima, e ao considerar as intersecções entre as Teorias Queer e os estudos na América Latina, especialmente em relação ao exercício anticolonialista, é fundamental reconhecer não apenas as convergências, mas também as tensões e desafios que emergem desses encontros. Assim, é possível promover um diálogo a partir das perspectivas escritas neste território, que amplie a compreensão sobre as questões de gênero e sexualidade em contextos latino-americanos, ao mesmo tempo em que se desafiam as narrativas coloniais predominantes.

Sendo assim, enquanto as Teorias Queer oferecem uma lente crítica para questionar as normas sociais e hierarquias de gênero e sexualidade, sua origem predominantemente nos contextos ocidentais pode limitar sua aplicabilidade e relevância em contextos não europeu ou norte-americano, como a América Latina.

Nesse sentido, a importação acrítica de conceitos e abordagens *queer* pode conferir certo grau de risco em reproduzir formas de colonialismo intelectual, ignorando as especificidades culturais, históricas e políticas da região. Em diálogo com Spivak (2018), compreende-se que pessoas subalternizadas são colocadas à margem em contextos de produções coloniais nos quais o homem branco, na maior parte cisheterossexual, é o dominante capaz de constituir a história e postular epistemologias que o colocam no topo, mas também subalternizam e relegam às sombras os “outros”.

Na mesma perspectiva, a estrutura hierárquica fundamentada na epistemologia ocidental revela não apenas as bases dessa dicotomia, mas também estabelece a fundação sistemática de subalternização da população LGBTQIAP+. Além disso, a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano, como enfatizado por Lugones (2011), é um elemento central na modernidade colonial, que não apenas marginaliza, mas também perpetua a exclusão desses sujeitos, o que reforça a noção de normatividade. Para além, essa hierarquia está intrinsecamente ligada ao sistema de gênero colonial, que, fundamentado pelo patriarcado e estruturado de maneira binária e hierárquica, estabelece a heterossexualidade e branco como o modelo predominante de organização da vida.

Ao analisar os pressupostos sobre as fronteiras teóricas dos estudos *queer* e a comunidade LGBTQIAP+ na América Latina, fica evidente como os mecanismos de poder interagem em hierarquias influenciadas pela colonização e pelo capitalismo,

que molda e restringe as experiências de gênero e sexualidade. Essas dinâmicas são ilustradas pela noção de "sexopolítica", como descrita por Preciado (2005). Para Preciado (2005), a "sexopolítica" é uma configuração de dominação que se encaixa na Biopolítica de Foucault (2008) e no contexto capitalista. Essa configuração sugere que o corpo é moldado por tecnologias de normalização que o utilizam para produzir e reproduzir normas que controlam e gerenciam a vida. Essas normas seguem os padrões estabelecidos pelo dominante, que neste caso são o modelo heterossexual, cisgênero e branco.

Assim, o sistema moderno colonial de gênero está enraizado nas formas de colonialidade do saber, do poder e do ser, ao estabelecer hierarquia na qual determinados sujeitos são considerados como "normais", sendo valorizados e privilegiados em detrimento de "outros", considerados "anormais" ou "desviantes".

Nessa percepção, o movimento inserido pelo colonialismo está estritamente relacionado ao heteronormativo, pois, um dos fatores de controle social pelo poder que foi estabelecido ao longo dos anos decorrente da forte relação do casamento cristão proposto pela Igreja Católica e que, para manter a colonialidade do ser, reforçou como errôneo qualquer outra relação matrimonial que não fosse constituída por um homem e uma mulher cisgênero.

Nessa esteira, é pertinente expor brevemente a decolonialidade como propulsora de importantes debates no campo de gênero e sexualidade. À luz disso, Ballestrin (2019) apresenta que a partir do século XVI, o colonialismo e o imperialismo desempenharam ações significativas na promoção e manutenção de três estruturas interconectadas que são identificadas como geradoras de desigualdades e injustiças: o sistema capitalista, o racismo e o sexismo.

Outrossim, essas estruturas, ao se alimentarem mutuamente, contribuíram para a perpetuação de relações de poder assimétricas, exploração econômica, discriminação racial e opressão de gênero. Desse modo, é necessário compreender a intersecção dessas três dimensões para uma análise abrangente das desigualdades e injustiças presentes na sociedade, visto que a perspectiva decolonial que surge nas fronteiras da América Latina reforçar as interseccionalidade que formam os sujeitos latinos.

Por outro lado, os estudos de gênero e sexualidade na América Latina, enraizados em uma perspectiva anticolonialista e interseccional, oferecem novas

maneiras de resgatar e valorizar saberes e práticas locais, muitas vezes marginalizados ou apagados pelas narrativas hegemônicas. No entanto, esses estudos também enfrentam desafios internos, como a tendência à essencialização cultural e monopolização do saber. Dessa forma, a interação entre Teorias *Queer* e estudos de gênero e sexualidade na América Latina podem ser caracterizadas por uma dinâmica complexa de diálogo e tensão, no qual é necessário encontrar um equilíbrio delicado entre a crítica às normas opressivas e a valorização das especificidades locais.

Portanto, o trabalho que reconhece as epistemologias produzidas no território latino não buscam "criar um novo ponto zero", como destaca Resende (2019), mas sim compreender que esse processo não implica na rejeição total do conhecimento produzido no Norte Global, nem na idealização de tudo que é genuinamente criado no Sul. Ao contrário, essa posição teórica requer uma revisão crítica das estruturas de poder presentes na produção do conhecimento ao reconhecer e valorizar as diversas formas identitárias (Resende, 2019).

No Brasil, os estudos *queer* são impulsionados a partir das décadas de 1980 e 1990, impulsionados por perspectivas múltiplas sobre as questões levantadas até então pelos trabalhos realizados em outros locais. Nesse contexto, as discussões ganham força a partir do final do século XX, mais especificamente nos anos 2000 a partir de traduções feitas das obras de Michel Foucault e os estudos de Judith Butler, com impulsos resultantes dos trabalhos dos movimentos gays estadunidenses (Bandeira, 2019).

Dadas as especificações sociais do contexto brasileiro quanta os movimentos sociais e a acadêmicos, principalmente no campo da linguagem, Berenice Bento (2014), em seu artigo intitulado "*Queer o quê? Ativismo e estudos transviados*", aponta questionamentos acerca dos modos limitadores do termo *Queer* no Brasil, ao considerar o esforço necessário em pronunciar o termo e as limitações que podem ocorrer acerca dos sentidos da palavra.

Nessa perspectiva, Bento (2014) reforça que o uso do termo, muito bem expresso no título de sua obra "*Queer o quê?*", requer um esforço grande para que a produção de sentido seja compartilhada com outras pessoas para além do espaço acadêmico. Nessa mesma visão, a autora destaca que a expressão a qual faz uso é "*estudos transviados*", utilizado para designar, no Brasil, outras formas de existência,

como ela delineia ao compreender que transviado pode ser “uma bicha louca”, “um viado”, “um travesti”, “um traveco”, “uma sapatão””. Bento (2014a, p.45).

Nessa vertente apresentada, compreende-se a potencialidade teórica que os estudos *queer* abarcam aos estudos de gênero e sexualidade, uma vez que o processo primário de seu trabalho é revelar as dialéticas binárias para que sejam repensadas as configurações do Estado sobre as subjetividades que não se organizam em torno da alteridade sexualidade. Nessa perspectiva, propõe-se que “se interrompa a reprodução das normas sociais através da incorporação política do outro-abjeto” (Bento, 2014).

Sendo assim, as escolhas feitas para incluir as teorias apresentadas se alinham com a teoria queer não apenas por envolver participantes LGBTQIAP+, mas também pelo posicionamento crítico adotado pelo pesquisador. Assim, este trabalho enfatiza que a prática científica não deve perpetuar normas que marginalizam corpos historicamente colonizados para sustentar ideologias que reforçam relações de poder há muito tempo estabelecidas, mas questioná-las a luz de teorias capazes de provocar fissuras em trabalhos já existentes e estabelecidos como cânones.

2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: CONCEITOS BASILARES

Este capítulo é dedicado à conceituação dos fundamentos teóricos que sustentam o trabalho realizado pela Análise Crítica do Discurso (ACD). Para isso, serão abordados os conceitos de discurso, que constituem a base do trabalho em ACD, bem como as ordens do discurso, que visam compreender a organização discursiva no âmbito social. Além disso, serão discutidos os significados discursivos, assim como as definições de ideologia, hegemonia e poder no contexto da ACD. Por último, será apresentado o conceito de emancipação social à luz do Realismo Crítico de Roy Bhaskar.

Para o início deste itinerário, é preciso retornar ao período anterior ao surgimento da Análise Crítica do Discurso, para que sejam consideradas devidamente as transformações que moldaram o campo da linguística ao longo dos anos e como essas mudanças levaram ao desenvolvimento dos estudos críticos da linguagem. Nesse contexto, as teorias de Ferdinand de Saussure são o ponto de partida, uma vez que o autor elaborou sua teoria em uma base objetiva abstrata⁵, no qual os significados das palavras não decorrem de uma relação direta com a realidade, mas são construídas pelas diferenças em relação a outras palavras dentro do sistema linguístico (Saussure, 2015).

Em oposição, novos enfoques linguísticos ganharam força e foram conceituados, opondo-se aos preceitos formalistas da língua, os quais tratavam apenas dos sistemas estruturados sem que fossem dialogados com as influências externas que interferem na organização interna e funcionalista da linguagem. Desse modo, as perspectivas de estudo intituladas de funcionalistas introduziram novas dimensões as funções que eram expressas pela língua, ao passo em que as associações entre significados e usos da linguagem são analisadas com entendimento acerca dos sistemas linguísticos como operadores representantes das dinâmicas sociais. Assim, as orientações que circunscrevem as teorias do discurso orientam metodologias por vias externas, desconsideradas por Saussure.

⁵ Objetivo Abstrato é compreendido como uma proposta que visa analisar fenômenos linguísticos de forma imparcial baseando-se em dados empíricos, ao passo que não são considerados de forma direta as interpretações subjetivas ou ideológicas dos envolvidos. Para isso, implica-se o uso de métodos replicáveis para estudar aspectos da linguagem, como estrutura gramatical, semântica e fonologia, isolados dos contextos sociais (Definição do autor).

Nesse contexto, as teorias dos discursos compõem-se à Linguística Aplicada com o propósito de construir novas maneiras de observação sobre os estudos da língua, em específico, os enunciados. No entanto, é imperativo ressaltar que a proposta postulada pelos analistas do discurso não é oposição ao caráter estrutural da língua, mas o de reconhecer que é possível estabelecer relações entre a estrutura e a finalidade da língua, posto que “a língua não é forma nem função e sim atividade significativa e constitutiva” (Marcuschi, 2005, p.14 apud Resende e Ramalho, 2022).

Outrossim, embora o C da ACD resida no fato dessa teoria ter origem nas contribuições da Linguística Crítica, como afirma Magalhães (2005), o arcabouço teórico inicialmente proposto não supria todas as exigências que eram reveladas ao passo em que foi construída, o que gerou a necessidade de novos recortes teóricos das teorias sociais que trouxessem ao campo analítico questões como ideologia, hegemonia e poder. Para que fosse possível esses diálogos, os estudos em ACD foram realizados a partir de um trabalho relacional com estudiosos de outros campos do saber, produzindo, assim, um caráter teórico e colaborativo que faz desse estudo um trabalho que também é interdisciplinar.

Para isso, como apresentado por Resende e Ramalho (2022), as influências teóricas que recaem sobre a ACD fundamentam-se em um trabalho transdisciplinar. Nessa organização, Fairclough apoia-se em Mikhail Bakhtin (1997 e 2002), criador do conceito de dialogismo na linguagem, para analisar a relação dialógica e demonstrar como as práticas linguísticas são moldadas pelas estruturas sociais. Assim, as teorias bakhtinianas foram inerentes para a contribuição marxista que revelam que os sistemas linguísticos não são o cerne, mas sim as interações verbais que ocorrem no processo social.

Dessa forma, é imperativo destacar que as articulações realizadas a partir de Bakhtin são essenciais para o entendimento sobre as expressões manifestadas nas interações, ainda que não seja explicitada diretamente – nomeado de não-dito por Bakhtin (1997) – mas compreendidas como frutos das relações estabelecidas pelos sujeitos produtores de enunciados em esferas ideológicas. Ademais, os sujeitos são diretamente influenciados pelas relações de poder e pelas interações classificatórias que são moldadas na sociedade e beneficiam determinados grupos em detrimento de outros.

Com as considerações supracitadas, outro percurso a ser feito nesta etapa é conceituar os termos basilares da ACD, como Discurso(s), Poder, Hegemonia, Ideologia e Emancipação Social. Para isso, as conceituações inerentes ao trabalho proposto serão organizadas nas seções seguintes, visto que a importância dessas definições está ancorada nas percepções mais profundas das relações de poder e das estruturas ideológicas que moldam a sociedade, propiciadas a partir desses entendimentos.

2.1 Discurso(s)

À luz da importância previamente estabelecida, é possível afirmar que o discurso é o meio pelo qual os sujeitos retratam e comunicam a realidade. Nesse sentido, definir discurso torna-se um exercício que exige cuidado, para evitar classificá-lo apenas como um conjunto de frases e sentenças sobre determinado assunto, ou como um agrupamento de práticas linguísticas em sentido amplo (Resende e Ramalho, 2022). Assim, as definições que serão tomadas aqui consideram duas perspectivas: o termo expresso no singular e no plural.

O discurso é compreendido como prática social ampla e abstrata, em aspectos textuais, na qual são consideradas a linguagem e semiótica em uma articulação macro, que reproduz as estruturas sociais (Brandão e Beltrão, 2023). A exemplo, o discurso sobre Comunidade LGBTQIAP+ reforça valores e práticas sociais em contextos gerais e podem ser caracterizados como discurso, no singular, pois é estruturado em documentos e legislações que reconhecem a emergência de proteção e equidade, como também o discurso que configura historicamente práticas sociais que marginalizam pessoas LGBTQIAP+.

Por sua vez, o termo "discursos", no plural, é concebido para manifestações que são específicas e localizadas dentro de um campo micro ou individualizado (Brandão e Beltrão, 2023). Nessa perspectiva, os discursos microlocalizados ajudam na compreensão de como determinados sujeitos abordam questões sociais, considerando as variações de contexto, autoria e situação. Por exemplo, imagina-se uma situação ficcional: na Universidade X ocorrerá uma eleição para o cargo de reitor, e a entrevista com os candidatos incluirá perguntas sobre a implementação de políticas de ações afirmativas para pessoas trans. A partir das respostas individuais dos candidatos, é possível reconhecer, nesses enunciados, as relações sociais de

cada um, incluindo o contexto social, de gênero e sexualidade, bem como a posição social e de poder que permeiam suas subjetividades.

Para além, a ACD propôs uma formulação tridimensional do discurso, compreendido como texto, prática discursiva e prática social, na qual foi possível analisar as inter-relações entre o discurso e as estruturas sociais em que ele se insere. Posteriormente, com o avanço teórico-metodológico, houve a evolução teórica para o modelo bidimensional, a qual culminou para o modelo que se adota atualmente, a Análise Textual. Nesse novo formato, os textos e discursos são tratados como núcleo da análise social e se desdobram em três níveis: as estruturas sociais, representadas pela linguagem; as práticas sociais; mediadas pela ordem do discurso; e os eventos sociais que são expressos nos textos (Resende e Ramalho, 2023).

Os discursos, nessa seara, manifestam-se no âmbito das práticas sociais por meio de concepções políticas, sociais e culturais em um determinado contexto. Nesse sentido, são consideradas as interações estabelecidas entre os indivíduos que estão situados em um campo marcado pelas relações de poder, dominação e resistências (Vieira e Macedo (2018), apud Pedro (1997)). Por isso, o foco de análise da ACD recai sobre as relações de força que são evidenciadas pelos textos e que estão imbricadas nas dinâmicas de controle e contestação social.

Diante do exposto, compreende-se que o discurso está diretamente influenciado pelas interações dialéticas, nas quais as práticas sociais mutuamente articulam e influenciam os modos como são compreendidos e reproduzidos determinados saberes e crenças. No cerne da ACD, o discurso é variável e filiado aos dinamismos nomeados de “Ordem do discurso”.

2.2 Ordens do discurso

Ao propor revelar as práticas assimétricas da sociedade, Fairclough realizou o exercício que pudesse investigar como as estruturas do discurso são configuradas de forma mais ampla, dentro de um contexto plural em que múltiplos discursos coexistem simultaneamente, conceituando, assim, a ordem do discurso. Com base nas postulações apresentadas por Michel Foucault (2003) sobre a Ordem do Discurso, a ACD define que os ordenamentos discursivos elaboram conjuntos de regras que irão estabelecer o que pode ser proferido ou não nos contextos sociais (Silva, 2024). Nessa lógica, os discursos são convenções elaboradas com o teor regulador do que

pode ser expresso, quando e por quem, ao passo em que são considerados os papéis individuais e coletivos dos que detêm essa ordem sobre determinado assunto.

Em outras palavras, as convenções discursivas são agrupadas e organizadas em redes que constituem a ordem do discurso. Nesse sentido, Fairclough (2003) argumenta que as ordens do discurso não se referem apenas ao discurso em si, mas também à maneira como diferentes enunciados se inter-relacionam em uma situação social específica, de modo que podem se complementar ou se excluir mutuamente. Por isso, as dinâmicas discursivas são complexas, visto que o discurso pode, simultaneamente, suprimir ou reforçar determinadas circunstâncias sociais.

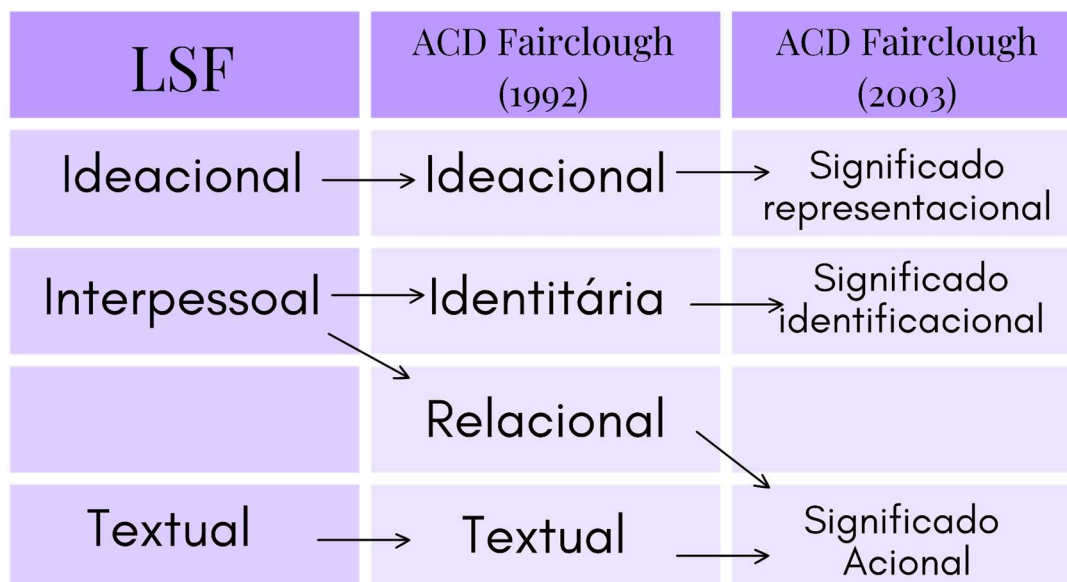
A exemplo disso, os discursos que predominam os contextos escolares buscam promover a construção de um país mais inclusivo, capaz de ofertar, pela educação, valores como igualdade, humanidade e justiça social. Desse modo, entende-se que esse é o discurso hegemônico que compõem a “ordem do discurso” predominante nesse ambiente. No entanto, observa-se que também há a presença de outras ordens discursivas contrárias aos princípios de equidade, como as que emergem de grupos conservadores, que defendem a neutralidade e questionam o papel da escola como um espaço para debater temas como gêneros e sexualidades. Logo, essas diferentes ordens discursivas coexistem e se contrapõem muitas vezes, porém, não são fixas e possibilitam mudanças e transformações emancipatórias por meio do próprio campo discursivo.

2.3 Significados do discurso

Ao modo em foi delineado as conexões estabelecidas entre o texto e a prática social, torna-se essencial iniciar esse subcapítulo a partir das contribuições de Halliday (1973), precursor da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), cujas ideias são empregadas na Análise Crítica do Discurso (ACD) para dar origem aos três significados propostos. Nesse panorama, Resende e Ramalho (2022) sublinham que a LSF concebe a função textual da linguagem como central para a compreensão dos aspectos semânticos, gramaticais e estruturais dos textos. A partir dessa perspectiva, destaca-se que a Linguística Sistêmico-Funcional forneceu um alicerce teórico necessário para a análise textual, visando não apenas à interpretação dos significados das palavras, mas também à identificação dos recursos linguísticos que revelam as relações de poder imersas na sociedade, as quais se manifestam, de maneira explícita

ou implícita. Esse desenvolvimento dos significados incorporados à Linguística Sistêmico-Funcional foi elaborado por Resende e Ramalho (2022) no Figura 1 apresentado a seguir:

Figura 01 - Elaboração da LSF na ACD por Fairclough.



Fonte: Fairclough (2003) apud Resende e Ramalho (2022, p. 61)

Embora as contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) sejam significativas para a Análise Crítica do Discurso (ACD), este trabalho não abordará suas conceituações de forma detalhada, uma vez que, metodologicamente, a LSF não será utilizada. Assim, a explanação anterior foi incluída para contextualizar as novas compreensões textuais propostas por Fairclough (2001/2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), que reorganizaram os estudos críticos do discurso, o que concebeu novos enfoques sobre o texto com base na LSF. É importante observar que a formação teórica dos estudos de Fairclough não foi estritamente vinculada à linguística, uma vez que seu diálogo com estudos filosóficos, a partir de Gramsci, Bhaskar, Foucault, entre outros, contribuiu para a relevância apresentada pela teoria, desenvolvido ao longo dos anos.

Dada a multifuncionalidade dos enunciados, o discurso é operacionalizado por Fairclough a partir de três significações que atuam simultaneamente nas ordens discursivas. Conforme proposto por Fairclough (2003), os significados dos discursos são estruturados por três elementos principais. O primeiro é o gênero - modos de agir

-, que abrange as formas pelas quais os textos e os discursos são organizados, como falas de autoridades, conversas cotidianas e publicações em veículos jornalísticos. O segundo diz respeito ao elemento dos discursos - modos de representar -, que é manifestado pelo conjunto de ideias ou maneiras pelos quais os produtores de enunciados abordam determinados temas. Por último, o estilo - modo de ser-, que incide sobre a maneira como os indivíduos irão expressar as ideias, ou seja, as categorias particulares que são usadas por determinadas pessoas. Nessa perspectiva, as três significações reforçam o texto como parte dos eventos sociais e não apenas produtor de efeitos da língua. Ademais, como destacado por Silva (2024) em diálogo com Resende e Ramalho (2024):

Os três significados do discurso (ação, representação e identificação) estão associados aos três grandes eixos da obra de Foucault (1994): o eixo do poder, o eixo do saber e o eixo da ética. O significado acional está relacionado ao eixo do poder, ou seja, relações de ações sobre os outros por meio de gêneros textuais nos diversos contextos, exercendo poder. O significado representacional está relacionado ao eixo do saber, uma vez que discursos e maneiras particulares de representar o mundo pressupõem controle e conhecimento sobre as coisas. O significado identificacional, por sua vez, relaciona-se ao eixo da ética, já que estilos, maneiras de identificar a si e aos outros, pressupõem identidades sociais e individuais, ligadas à relação que estabelecemos conosco mesmo, como “sujeitos morais” (Silva, 2024, p. 130).

Com base nas considerações iniciais, serão definidos com mais minuciosidade os três significados do discurso propostos por Fairclough (2003): representacional, identificacional e acional, com um enfoque especial no representacional, que é utilizado como método nesta dissertação. É importante ressaltar que esses significados são diferenciados apenas por razões analíticas, uma vez que estão interconectados nos textos e cada um deles incorpora características dos outros.

2.3.1 Significado Acional

No trabalho de compreender as dimensões textuais nos eventos discursivos, os estudos da ACD recorreram para a análise do discurso em aspectos estruturais que compõem a tessitura de um texto. No significado acional, recorre-se às noções de “Função Textual” da Linguística Sistêmico-Funcional, na qual as ordens dos enunciados não são causais e expressam diferentes sentidos. A partir disso,

Fairclough (2003) reclassifica a função textual e a nomeia como “*Significado acional*”, concebendo o texto como gênero.

A partir dessa significação, a linguagem é vista como algo que produz efeitos sociais e ações sobre o mundo, para além do processo descritivo e representativo. Assim, o significado acional está intimamente ligado à maneira como os textos participam na interatividade social e é mediado pelo poder. Nessa lógica, o que deve interessar ao analista que recorre a essa significação é a forma como o discurso pode legitimar as formas de dominação, resistência e contestação. Para conceber as compreensões acerca da organização social da linguagem, Fairclough (2003) estabelece o conceito de “Gênero”. Em diálogo, Resende e Ramalho (2022) afirmam que os gêneros discursivos são categorizados como formas instituídas das interações que se desenvolvem nas práticas sociais concretas e contextualizadas em determinados momentos sócio-históricos e culturais.

Nessa perspectiva, a natureza dos gêneros discursivos está sempre submetida a processos de reformulação nas interações semióticas, o que dificulta as propostas tipológicas fixas, como destaca Resende e Ramalho (2022). Desse modo, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), os gêneros atuam como mecanismos que articulam e organizam o discurso, ao passo em que precisa ser compreendido como o instrumento que regula o discurso e não apenas o que o estrutura por tipos fixos de discurso.

Ademais, para o processo de análise de textos a partir do *significado acional*, Fairclough (2003) estabelece categorias. No entanto, ao seguir o objetivo metodológico desta dissertação, será feito aqui apenas a explanação da categoria analítica “Intertextualidade”, a seguir.

A *Intertextualidade* é vista pelos estudos em ACD como a ferramenta de análise capaz de apresentar como os textos se relacionam entre si. Em aspectos gerais, revela, em uma complexa e fértil cadeia textual, as várias dimensões e formas de interação entre as vozes textuais expressas nos textos. Por isso, um dos aspectos iniciais na análise intertextual é o de identificar quais vozes são incluídas e quais são excluídas nos processos discursivos (Resende e Ramalho, 2022).

Para isso, as contribuições de Bakhtin (2002) ofertam aos estudos da ACD materialidade teórica para compreender a dialogicidade da linguagem, visto que o autor argumenta que os textos são dialógicos em dois sentidos. O primeiro refere-se

a “cadeia ideológica” que, embora pareçam monólogos, respondem a outros textos e antecipam respostas. A segunda concepção compreende o discurso como algo internamente dialógico, pois os textos articulam diversas vozes, processo nomeado de *polifonia*⁶.

Nessa perspectiva o foco da intertextualidade recai sobre as combinações de vozes do autor de um enunciado com outras vozes presentes no texto. A exemplo, o que está sendo feito neste momento textual, em que, para definir esse conceito, recursos como citações diretas, paráfrases ou referências constroem o diálogo desse texto com outros textos, conferindo, assim, sentidos imbuídos de outros atores sociais para as considerações que se pretende aqui construir. Resende e Ramalho (2022) reforçam a importância de identificar quais vozes estão ausentes e quão significativo são essas ausências, dada a compreensão de que esses processos podem revelar os interesses e objetivos expressos nos textos.

Por isso, o significado acional toma como proposta analisar os gêneros discursivos e os modos de comunicar ou produzir discursos (Brandão, 2023). Pois, a linguagem não é apenas o modo de expressão em que cada significante opera sobre um significado, para além, é revelada como elemento ativo nas práticas sociais, com implicações ideológicas e de poder. Sob essa matriz teórica, Resende e Ramalho (2022, p.67) afirmam que:

A representação do discurso não é uma mera questão gramatical, ao contrário, é um processo ideológico cuja relevância deve ser considerada. Analisar em textos quais vozes são representadas em discurso direto, quais são representadas em discurso indireto e quais as consequências disso para a valorização ou depreciação do que foi dito e daqueles(as) que pronunciaram os discursos relatados no texto pode lançar luz sobre questões de poder no uso da linguagem (Resende e Ramalho, 2022, p.67)

Portanto, é importante que sejam analisadas as vozes que estão articuladas em um texto, uma vez que elas podem estar em harmonia, promovendo um entendimento coletivo ou tensionadas, representando conflitos de interesses. Ademais, nessa cadeia de significações, os estilos representados pelos atores sociais também entram em questão, como destacado a seguir.

⁶ A polifonia é conceituada por Mikhail Bakhtin como uma multiplicidade de vozes, ou seja, diferentes perspectivas, opiniões ou pontos de vista sobre um mesmo assunto, que coexistem e interagem de maneira equípole (BAKHTIN, 2008).

2.3.2 Significado Identificacional

Na esteira das significações, o identificacional diz respeito à maneira pela qual os estilos dos atores sociais estão presentes nos textos. Nessa lógica, é válido ressaltar que o discurso, organizado socialmente, não apenas elabora representações, mas constitui as dinâmicas de subjetivação por meio de articulações entre representação e identificação. Conforme Moita Lopes (2002), o discurso é o meio pelo qual as identidades sociais são construídas, por essa razão, as identidades não estão nos indivíduos, mas na interação que ocorre a partir do agir em práticas discursivas posicionadas e particulares.

Nessa esteira teórica, Barros (2015) ao dialogar com Hall (2000) destaca que a identidade, na modernidade, não é mais entendida como única e fixa, pois, revela a multiplicidade de "eus". Nesse ínterim, as identidades estão em constante processo de mudança, contrárias a uma unidade estática, uma vez que são transformadas pelos contextos discursivos específicos e, por isso, são habitadas por contradições se moldam por diferentes discursos e sistemas, como postulado por Hall (2000). Nesse sentido, as identidades, por serem configuradas por modalidades de poder, em contextos históricos e institucionais, revelam aos atores sociais a multiplicidade de sistema e significações que transformam em processo contínuo de quem são ou compreendem ser.

Para o processo de análise, Fairclough (2003) inclui ao significado identificacional as categorias Modalidade e Avaliação. A primeira, a partir das contribuições de Halliday (1994) diz respeito ao julgamento ou à obrigatoriedade do que é dito e subdivide-se em duas categorias: a modalização - relacionada à troca de informações; e a modulação - associada a negociações de bens e serviços (Barros, 2015, p.83). Em outras palavras, trata-se de uma categoria que exprime a atitude tomada pelo emissor em relação ao conteúdo do enunciado, seja em termos de probabilidade, necessidade ou desejo, o que a torna discutível ou não com base nesses critérios modais.

Por sua vez, a Avaliação é lida como a apreciação e o julgamento do falante em relação à realidade, como algo que é considerado bom ou ruim. Consoante Martin e White (2005) apud Barros (2015), os processos avaliativos são integrados por três sistemas: atitude, gradação e engajamento, sistematizado pelos subtemas: afeto,

julgamento e apreciação. Essa organização permite aos estudos críticos analisarem como os sistemas e as condutas morais, impressas nos discursos, constroem os significados identificacionais.

Em suma, depreende-se que o significado identificacional abrange a complexa interseção entre discurso, identidade e poder, sendo fulcral para dimensionar como os atores sociais expressam suas identidades em contextos sociais específicos. Para mais, as categorizações desse significado conferem aos estudos faircloughianos possibilidades para que sejam reveladas as relações de poder subjacentes às práticas discursivas quanto os julgamentos e atitudes que moldam as interações sociais.

2.3.3 Significado Representacional

A maneira como os textos e discursos representam os aspectos do mundo e projetam realidades enunciativas é definido como Significado Representacional. Nessa lógica, de acordo com as bases teóricas de Fairclough (2003), o discurso não representa a realidade de forma passiva e objetiva, mas sim de maneira ativa, moldando e sendo moldado pelas relações sociais e contextos históricos.

Conforme Fairclough (2003), é importante observar que, ao representar tanto o mundo físico, por meio das relações, quanto o mundo mental, através de pensamentos, sentimentos e crenças, os discursos não são homogêneos, posto que estão associados às diversas interações estabelecidas entre as pessoas e o mundo. Desse modo, um mesmo texto pode manifestar diferentes discursos (Barros, 2015) e oferecer representações distintas de aspectos da realidade. Dessa forma, servirá como veículo de ideologias, organizadas em relações de poder e agendas sociais que moldam a vida cotidiana dos sujeitos.

No mais, as percepções de mundo, ao serem representadas, conduzem o debate acerca das relações que são constituídas e reveladas. Nesse enfoque, constata-se que os discursos podem se complementar ou competir entre si. Essa disputa ocorre em um nível micro (em textos ou discursos específicos) ou em um nível macro (por meio dos contextos sociais e culturais), como apresentado por Fairclough (2003). A partir dessas interações, os discursos são envolvidos em relações de dominação, no qual um discurso prevalece sobre o outro, como também coexistem em uma relação dialógica. Essa relação foi compreendida de forma elucidativa por Resende e Ramalho (2022, p.72) ao afirmarem que:

Um mesmo texto pode envolver diferentes discursos, e a articulação da diferença entre eles pode realizar-se de muitas maneiras, variando entre a cooperação e a competição. Quando os discursos entram em competição em um texto, é comum haver um discurso "protagonista" e um discurso "antagonista". Nesse caso, a articulação serve a propósitos de negação de um discurso em nome da afirmação do outro.

Essa assertiva sobre o processo de representação confere a evidência de que as concepções sociais são determinadas a partir das relações de poder e introduz a perspectiva analítica do processo aqui abordado. Desse modo, os significados elaborados nas escolas podem ser observados nas representações sobre a população LGBTQIAP+, evidenciadas pela ausência de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares ou pelo reforço de concepções e crenças repulsivas a esse público. Sendo assim, o processo de silenciamento é localizado pelas ações que reforçam uma ideologia de dominação heterossexual, resultando na invisibilidade institucionalizada e revelada pelas ordens discursivas que minimizam as identidades dissidentes.

Nessa linha conceitual, Resende e Ramalho (2022) compreendem que os atores discursivos podem ter seus agenciamentos velados ou realçados pelas representações dadas às atividades ou enunciados que realizam, bem como ao modo como inferem os julgamentos sobre o que são. No entanto, as representações também se apresentam de forma fulcral ao passo em que são reveladoras dos meios ideológicos, conferindo, assim, possibilidades emancipatórias para rompimento dos processos de injustiça social.

Para a base concreta das representações, ao considerar o sujeito como elemento importante para as concepções de mundo, essa categoria toma como instrumento para a análise o arcabouço teórico de Van Leeuwen (1997) para conceituar o papel dos atores sociais nos modos representativos. Para Leeuwen, os posicionamentos ideológicos e as atividades constitutivas das relações sociais podem ser indicados por representações textuais. Nessa perspectiva, o papel ideológico é desvelado e cabível de análise.

Para exemplificar essa concepção, pode-se considerar as narrativas que são feitas pela imprensa em que os papéis passageiros e funcionais são marcados por personagens sem nome, na qual, a opção em representar pelo nome “significa, dessa

forma, valorizar o autor nomeado” (Van Leeuwen apud Resende e Ramalho, 2022, p.74). Desse modo, as escolhas representativas de significar um sujeito pelo nome ou não, categoriza as ideologias que conferem o grau de importância que são dadas.

Ao abordar o debate sobre questões de gênero e sexualidade, deve-se observar que, quando os atores sociais são representados por meio da referência, ocorre uma tomada ideológica que ratifica o grau de importância específica a essas representações. Além disso, o processo de supressão reforça modos exclusivos ao colocar certos atores em segundo plano e dissociá-los dos espaços institucionalizados, como as escolas. Como consequência, o processo de personalização é substituído pelo de subalternização, no qual os indivíduos são assujeitados aos padrões dominantes, especificamente o cisheterossexual.

Na premissa de conceituar os significados para que, posteriormente, sejam elementos instrumentais para a análise dessa dissertação, a interação entre os discursos nomeada de Interdiscursividade ganha enfoque nesse enquadre. Sendo assim, será utilizada como categoria analítica na pesquisa aqui proposta o significado representacional na categoria interdiscursividade, pois, baseada em Fairclough (2001; 2003), essa desempenha um papel essencial na representação dos atores sociais e na articulação de elementos discursivos, como gêneros e sexualidades.

A *interdiscursividade* é a capacidade dos textos de gerenciar diferentes discursos, harmonizados ou em conflitos (Silva, 2024). Por meio dela, as relações que se representam podem ser compreendidas ao passo em que, ao emitir um enunciado, as escolhas que o ator social faz são atravessadas por sua ocupação social e revelam como o discurso organiza os léxicos para representar o mundo de diversas maneiras. Para a execução analítica interdiscursiva, Resende e Ramalho (2022) discorre duas etapas fundamentais, sendo elas:

1ª Etapa: Identificar que partes do mundo são representadas - Temas Centrais

2ª Etapa: Identificar a perspectiva particular de representação dos aspectos do mundo, especificados pelos meios linguísticos.

Na linha da conceituação apresentada, outro significado imprescindível é o “Significado de Palavra”, registrado pelos estudos de Fairclough para analisar como ocorre disputa entre as lutas sociais a partir dos sentidos das palavras. Nessa percepção, o autor enfatiza que os sentidos particulares e estruturais das palavras nada mais são que formas hegemônicas. Ou seja, os significados imbricados nos

lexicólogos são variavelmente construídos socialmente e capazes de revelar as “facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (Fairclough, 2003, p.230).

Em seus estudos, Resende (2005) apresentou a importância que as pesquisas de cunho político precisam ter aos contextos modernos que marginalizam determinados grupos pelos usos de termos que naturalizam o estado de pessoas em uma condição permanente. A exemplo, a autora destaca o termo “Sem-teto” e reforça a premissa equivocada no enunciado “*estão* sem teto”, uma vez que o correto é “*são*” para indicar causalidade e não concretude.

Da mesma forma, enunciados que conferem condições equivocadas e concretas às pessoas LGBTQIAP+ reforçam as filiações ideológicas dos que precederam o discurso. Logo, a opção de enunciar “A travesti” ou “O travesti” constitui o ato político e o posicionamento anterior ao evento da fala, uma vez que é compreendido que a escolha do artigo *o* ou *a*, nesse caso, confere grau de classificação de gênero a partir das compreensões de gênero e sexualidade adotadas pelas ideologias que permeiam o enunciador.

Portanto, os discursos não existem de forma isolada, mas se relacionam entre si, ao passo que competem e se articulam de maneira cooperativa ou antagonista. Essas situações interativas se enquadram nas disputas de poder. Sendo assim, é imprescindível, neste contexto, definir o conceito de ideologia, hegemonia e, por fim, o poder.

2.4 Ideologia

Ao conceber o processo de conceituar a Ideologia, o trabalho que aqui será proposto não é o de esgotamento de sua definição, dadas as contribuições de diversos autores das ciências sociais, assim como ocorre em ideologia. As pretensões que se pretende alcançar é a de compreender as implicações relacionadas ao discurso e como a ACD concebe esse conceito em termos críticos. Nessa esteira, Fairclough (2001, p.117) caracteriza as ideologias “como significações/construções da realidade (o mundo físico e as relações sociais, as identidades sociais)”.

Outrossim, Fairclough (2001) destaca que as interações sociais são construídas nas práticas discursivas em aspectos amplos e contribuem para a reprodução e a produção das relações de dominação dadas como processos orgânicos. Em outras palavras, para que as ideologias sejam efetivamente mantidas

é necessário que sejam tomadas como naturais, sem que haja questionamentos, pois “por meio da naturalização, uma criação social é tratada como se fosse natural, independente da ação humana (Resende e Ramalho, 2022, p 51.)”

Dentre os conceitos teóricos utilizados pela ACD, os mais largamente reconhecidos são o proposto por Thompson (1985). ao delinear que a ideologia é, por definição, hegemônica e serve aos interesses de grupos dominantes, para funcionar na manutenção e reprodução de uma ordem social assimétrica. Os conhecimentos de Althusser (2022) também complementam os estudos, citado como exemplo de uma abordagem centrada nas estruturas, que enfatiza como as normas sociais exercem grande controle sobre os sujeitos.

Em seu trabalho, Thompson (2022) encadeia cinco operadores ideológicos, no qual são apresentados da seguinte forma por Resende e Ramalho (2022, p.52) : “Legitimação: relação de dominação são representados com legítimas; Dissimulação: relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas; Unificação: construção simbólica da identidade coletiva; Fragmentação: segmento de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante; Reificação: retratação de uma situação transitória como permanente e natural”

Portanto, os modos estratégicos do trabalho interdisciplinar em ACD é fulcral para que seja reconhecido que as ideologias não operam somente em níveis estruturais, mas nas ações discursivas que edificam as simbologias e narrativas fortalecedoras das disparidades que marginalizam atores sociais e seus grupos. Nessa perspectiva, depreende-se, à luz de Fairclough (2003), que os fazeres ideológicos estão presentes nas ações sociais e nas representações que são desveladas na materialidade discursiva.

2.5 Hegemonia

Em linhas gerais, a Hegemonia foi conceito central da teoria política social à luz das teorias marxistas de Antonio Gramsci, que, nesse campo de estudos, a referiu como dominação ideológica, moral e cultural. Ou seja, a tentativa de universalização do particular, exercida por uma classe dominante que não faz uso direto da força ou coerção para sustentar a capacidade da classe dominante de construir consensos e sobressair sobre as classes subalternas, mas por meios de consensos. Nessa concepção, Fairclough (1989, 2003) argumenta que as relações de poder são mais

efetivamente mantidas quando essas presunções são tomadas como óbvias, sem que haja questionamentos. Isso ocorre porque a hegemonia busca universalizar uma perspectiva particular, fazendo com que as ideias e interesses de grupos dominantes sejam percebidos como verdades universais, por isso, inquestionáveis.

A análise crítica do discurso (ADC), assim, é essencial para investigar como essas representações sustentam ou desafiam relações de dominação, ao serem considerados os efeitos causais dos discursos em áreas específicas da vida social. Para isso, Fairclough (2001) expande as concepções propostas por Gramsci e argumenta que as lutas hegemônicas também ocorrem no nível da linguagem, por meio de produções e interpretações discursivas, visto que os textos não são neutros, mas envoltos das interações sociais e, ao mesmo passo, possibilidade de transformações das relações sociais e de poder.

Dada as múltiplas concepções de mundos e as variedades de pensamentos que envolvem o tecido social, notoriamente, existem formas de resistência. Nessa perspectiva, são conceitua-se as “lutas hegemônicas”, que são compreendidas na ACD como disputas para manter o estado universal para determinadas “representações particulares do mundo material e mental e social” (Fairclough, 2003 apud Resende e Ramalho, 2022, p.46). Para que seja alcançado a condição de poder, os recursos a serem usados vão para além da força, valendo-se das diferentes formas de dominação apassivadora, como ocorre por meio das instituições escolares, religiosas, partidárias e midiática que produzem e reproduzem valores e ideias que podem fortalecer dominação de classe e de grupos hegemônicos.

Portanto, infere-se que as hegemonias são conceitualizadas nos estudos críticos para a compreensão sobre os embates constantes das forças que permeiam a sociedade, como a econômica, política e ideológica. Para além, a hegemonia ultrapassa o conceito descritivo em ACD; é também uma ideia que aponta para a possibilidade de transformação social. Por isso, ao estudar como as ordens hegemônicas são mantidas ou desafiadas, os estudos faircloughianos ocupam-se da posição investigatória para a prática emancipatória, constituindo meios para que grupos marginalizados entendam e questionem as formas discursivas que os oprimem. Desse modo, a unidade a seguir discorre sobre o poder, força significativa para que sejam possíveis os mecanismos de controle social citados.

2.6 Poder

Ao explicar concepções teóricas sobre o poder, surgem diversas definições para esse termo, tão recorrente nos estudos sociais. Pierre Bourdieu, em suas análises sobre o Poder Simbólico, destaca a capacidade de influenciar a percepção e as crenças das pessoas por meio do controle sobre a cultura e o discurso. De forma complementar, Louis Althusser (2022) aborda o poder ideológico, manifestado através das ideologias que permeiam as instituições sociais. Assim, essas diferentes abordagens convergem para uma conclusão comum: o poder se estrutura para perpetuar as cadeias de dominação social, nas quais os atores do discurso são tanto agentes quanto mantenedores de assimetrias sociais.

Por essa razão, a Análise Crítica do Discurso (ACD) se dedica, por meio de um enfoque analítico nos discursos, a identificar os mecanismos que influenciam o discurso e favorecem os grupos privilegiados. Embora institucionalizado, o poder não se manifesta apenas nas relações políticas ou institucionais, mas também nos reflexos dessas, operando em interações específicas, como as de gênero e sexualidade. Nessas interações, os comportamentos e valores expressos cotidianamente estruturam e naturalizam a submissão de atores sociais dissidentes às resistências ao contrapoder.

Ciente desses fatores, a Análise Crítica do Discurso questiona toda forma redutora de subjetividades ao negar as bifurcações naturalizadas de práticas sobre o sujeito e reforça o papel de um estudo comprometido com causas sociais. Diante dessa concepção, Van Dijk (2003) reforça que a centralidade da ACD está na investigação coerente com os interesses dos sujeitos dominados ao passo em que busca revelar os problemas sociais e como o discurso detém o papel de produzir e reproduzir abusos de poder. Outrossim, pelas novas lentes que permeiam os estudos críticos do discurso, afirma-se que o propósito não é construir apenas um meio de “dar a voz”, que também é compreendida em moldes de poder, a, mas construir diálogos horizontais com os sujeitos dominados para produzir meios para que estes lutem por seus interesses e revoguem suas legitimidades, atuando ativamente nesse exercício.

Diante disso, Melo (2011) postula que a ACD emprega o discurso em duas dimensões: o “poder no discurso e o poder por trás do discurso”. Para os estudos faircloughianos, a primeira dimensão refere-se às situações em que os atores sociais

exercem poder de forma direta, em interações face a face. Nesse contexto, o poder está vinculado a posições de autoridade, permitindo a imposição de restrições sobre o conteúdo dirigido aos interlocutores. Como exemplo, o autor menciona as relações de autoridade no campo médico.

Contudo, ao serem consideradas as relações de poder e dada à compreensão religiosa e seus preceitos negativos sobre gênero e sexualidade vigentes na atualidade, é pertinente observar a relação pastor-fiel para dialogar diretamente com este trabalho. O pastor, em sua posição legitimada no contexto social específico em que atua, detém o discurso autorizado. Nesse aspecto, o poder se manifesta de forma explícita nos atos de fala, como ao orientar ou submeter os fiéis às normas religiosas, as quais validam o discurso religioso e afirmam a soberania de uma crença específica. Um exemplo específico é a defesa da união matrimonial exclusiva entre um homem e uma mulher cisgêneros.

Por sua vez, o poder por trás do discurso é exercido de uma forma implícita, uma vez que ocorre em veículos de comunicação e o poder não é exercido em sua forma direta por um agente localizado, mas ocorre pelos discursos que são disseminados “naturalmente”. Nessa perspectiva, Melo (2011) à luz de Fairclough (1989) discorre que esse modo discursivo não se adapta linguisticamente para as múltiplas realidades, mas deixa a critério do espectador as inferências dadas a partir de sua posição social. No entanto, o poder também se revela à medida que a audiência consome conteúdos, muitas vezes de forma passiva, o que oculta ou perpetua as estruturas de dominação.

Esse consumo pode ocorrer de maneira imperceptível, enquanto escolhas unilaterais são feitas para favorecer determinados grupos e reforçar as desigualdades sociais. Assim, o poder não se manifesta apenas de forma explícita, mas também nas sutilezas dos discursos que legitimam e naturalizam a posição privilegiada de certos atores sociais. A exemplo, observa-se as caracterizações de personagens em obras cinematográficas, nas quais, em sua maioria, são reforçados por estereótipos como o da *bixa* afeminada, que frequentemente ocupa um papel cômico e se torna a piada nas interações heterossexuais do enredo. Logo, para além da perpetuação estigmatizada de um grupo social, tem-se também a contribuição para a marginalização desses corpos, ao limitar a diversidade e complexidade humana em um contexto narrativo audiovisual que confere piadas pejorativas.

Outro fator proeminente à conceitualização de poder está na base de investigação da ACD: a dominação. Para que se possa compreendê-la é necessário explicar que “o poder não emana de um sujeito, mas do conjunto de relações que permeiam o corpo social” (Vieira e Macedo, 2018 p. 58). Para além, os Viera e Macedo destacam que a instabilidade em que o poder se apresenta são reveladas dialeticamente pelas relações de linguagem e corrobora para a possibilidade de mudança das assimetrias sociais, ao passo em que, quando expostas, às ordens de poder, podem ser invertidas e superadas. No mais, a ACD vincula o poder à hegemonia ao passo em que as ideologias expressas nos textos coadunam com os princípios dialéticos entre linguagem e sociedade.

No tocante à relação entre discurso e poder, dada a sua importância na construção teórica da ACD, Michel Foucault é o nome em evidência. O filósofo francês contribuiu significativamente para a compreensão da linguagem como um espaço de luta hegemônica disciplinada por regulações institucionalizadas, bem como as relações entre discurso e poder (Foucault, 2003, 1997), na qual a linguagem é vista como uma prática constitutiva dos sujeitos sociais (Vieira e Resende, 2022). Nessa lógica, depreende-se que os parâmetros históricos e institucionalizados devem ser considerados ao serem realizadas análises críticas do discurso, pois as ações circunscritas socialmente são reveladas pela conjuntura e reguladas pelas instituições que detêm o poder por meio do discurso.

As assertivas referidas encontram justificativa nos escritos de Fairclough (2003) na obra *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. Em seu trabalho, o linguista explora a crítica sobre a investigação das relações de poder e ideológicas presentes no texto, no qual, segundo Brandão e Beltrão (2023), devem ser consideradas, quando analisado a realidade social, os fatores como lutas hegemônicas, globalização e informatização, pois o foco do trabalho em ACD está em compreender a realidade linguística para possibilitar transformações significativas na sociedade. Tais mudanças são instituídas pela emancipação humana, discutida a seguir.

2.7 Emancipação Social

Um dos pilares fundamentais da ACD foi fundamentado na corrente filosófica intitulada Realismo Crítico, de Roy Bhaskar, o qual expressa que realidade não é

superficial ou unidimensional, mas composta por diferentes camadas, que incluem tanto aspectos visíveis quanto invisíveis, que precisam ser exploradas e compreendidos (Bhaskar, 1989 *apud* Resende e Ramalho, 2022). Nessa perspectiva, o propósito central dos estudos de Bhaskar é gerar meios para que a realidade social seja transformada a partir da desconstrução estrutural das relações opressivas de poder. Os discursos devem, desse modo, ser operacionalizados como meios para que isso ocorra. Outro fator preponderante aos estudos críticos é estabelecido pela proposição de transformar as realidades, bem como a busca em evidenciar e combater as desigualdades. Todavia, é imprescindível reforçar que não se pode emancipar o outro, entretanto é possível interferir nas relações de forma transgressora do status quo, propondo, assim, rupturas sociais que objetivem uma sociedade mais justa (Brandão e Beltrão, p. 21, 2023).

Nesse sentido, (Bhaskar, 1989 *apud* Resende e Ramalho, 2022), o processo emancipatório é realizado por meio de ações do mundo, que são envoltos pelos meios de transformação dos agentes que participam dessas mediações, em razão da ação emancipatória passar obrigatoriamente pelo processo autoemancipador. Assim, Beltrão (2019), ao se debruçar sobre as teorias bhaskarianas, defende que o indivíduo se torna mais respeitoso com os sujeitos que estão envolvidos em seu contexto social quando livremente rompe com os processos de dominação, pois um dos grandes fatores que circunscreve os problemas sociais é a desunião das pessoas.

Nessa esteira teórica, é fulcral abordar o conceito “empowering” (empoderamento), proposto por Bhaskar (2002) para dimensionar a razão pelo qual não é possível emancipar o outro. Com bases nisso, Beltrão (2019) apresenta que os processos de emancipação humana não advêm de condições externas, mas surge de dentro (inner power) e é provocado, desafiado e liberado por meio do exercício social que ocorre através da reflexão, autocrítica e transformação de si mesmo.

Esse reforço crítico ocorre, pois, muitas abordagens científicas são limitadas às perspectivas de um único grupo social e às epistemologias que consideram determinados sujeitos apenas como objetos de análise. Em oposição, a preocupação que o pesquisador deve adotar em seu trabalho é o de romper com configurações historicamente reforçadas, inclusive pelos saberes produzidos por uma ciência que privilegia um recorte específico de cor, sexualidade e classe social.

Evidencia-se, então, que a Análise Crítica do Discurso (ACD) é constituída por abordagens críticas que visam oferecer mecanismos para que esses processos de autoemancipação ocorram. Assim, o trabalho científico é instrumento teórico metodológico propulsor para a ruptura da ciência positivista que adotou apenas a natureza interpretativa, visando, assim, uma essência crítica em relação à linguagem ao passo em que são rejeitadas as neutralidades e distanciamentos entre os integrantes do estudo e o pesquisador. Ademais, a ACD não propõe estabelecer certezas, mas promover o exercício científico voltado à desconstrução das estruturas opressoras.

Diante do exposto, a Análise Crítica do Discurso (ACD) surge como uma escolha metodológica necessária não apenas para os estudos linguísticos realizados neste trabalho, mas como um instrumento capaz de promover um exercício crítico e emancipatório do sujeito, em alinhamento com a análise textual. Nessa perspectiva, o vínculo entre a ACD e os Estudos Queer estabelece um diálogo produtivo entre duas áreas das ciências sociais e da linguagem, ao oferecer para o estudo ferramentas para a realização desta pesquisa.

Ademais, a escolha da Análise Crítica do Discurso (ACD) como metodologia e referencial teórico é elementar para este estudo, pois as abordagens adotadas dialogam com a perspectiva crítica do pesquisador acerca de como a ciência pode ser exercida a partir de um olhar decolonial, que é escrita pelo olhar de quem experiencia, que escreve a partir de um ponto demarcado pela própria existência. Nesse sentido, o sujeito que realiza a análise está intrinsecamente relacionado ao objeto de estudo, ao evidenciar a interconexão entre autor do texto e a temática discutida, não sendo apenas o olhar examinador de fora, o outro que descreve aquilo que visualiza.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

“Eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito.”
Grada Kilomba

O capítulo que será apresentado a seguir tem como proposta expor os trajetos metodológicos realizados para a execução desta pesquisa. Para isso, a organização será feita com a apresentação das ações metodológicas que foram adotadas. Deste modo, inicialmente, será exposta a orientação metodológica que fundamenta esse trabalho, a pesquisa qualitativa e, em seguida, a Análise Crítica do Discurso (ACD), estruturada em seu modo metodológico para explicar a organização metodológica analítica que será feito no capítulo “Análise dos Enunciados”. Outrossim, para a realização metodológica deste estudo, foi obtida a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme detalhado adiante.

3.1 Pesquisa Qualitativa

Pesquisas são realizadas como forma e objetivo de representação do mundo. Em especial, as que são produzidas pelas ciências sociais exercem um papel muito importante em desvelar como as práticas coletivas, que implicam nas individuais, constroem as epistemologias que imbricam a realidade. Nessa perspectiva, realizar um mero retrato descritivo ou formular uma base quantitativa seria insuficiente ao campo crítico, uma vez que “acredita-se que descrições ricas do mundo social são valiosas” (Denzin e Lincoln, 2003) e, legitimam a realidade como ela é expressa pelas subjetividades.

A partir de dada compreensão, valendo-se da importância dos estudos quantitativos que identificam padrões gerais, a profundidade que se pretende obter em um estudo crítico do discurso necessita de um aprofundamento maior, capaz de abarcar as máximas especificidades expressas pelos atores sociais que integram os estudos, não quantificados apenas como dados. Por isso, o estudo qualitativo revela-se como instrumento de análise capaz de valorizar descrições detalhadas e explorar, em contextos mais abrangentes, as dinâmicas de poder, as ideologias e significações subjacentes das influências sociais que operam sobre o comportamento humano.

Desse modo, os paradigmas da pesquisa desenvolvida pela Linguística Aplicada (LA), em especial o proposto pela Análise Crítica do Discurso (ACD),

apontam a necessidade de uma abordagem qualitativa, que volta-se para a produção de conhecimentos e significados entrelaçados com a subjetividades dos participantes. Esse modo de pesquisa é entendido como um suporte essencial que, como enfatiza Pereira (2022), produz condições para que o comportamento humano em relação ao mundo seja observado. Assim, é possível que a análise das práticas e representações resultantes dessas ações seja estudada por pesquisadores.

Nessa vertente, o estudo qualitativo torna-se fundamental por apresentar em sua organização de trabalho um caráter burocrático e emancipatório, proposto também pela ACD. Ademais, conforme Egido (2024), os estudos realizados com base nessa abordagem reconhecem a realidade subjetiva como algo que é sempre construída parcialmente, e o conhecimento é produzido ao longo do ato investigativo. Nessa perspectiva, as ações não são feitas em detrimento da certeza máxima do pesquisador, mas a partir das elaborações feitas ao passo em que são revelados outros epistemes, para além das hipóteses que foram levantadas.

Outro fator preponderante para a escolha dessa técnica investigativa dá-se das similaridades com a Análise Crítica do discurso, de Norman Fairclough. Nesse ínterim, de acordo com Barros (2015), a realidade entendida na pesquisa deve ser subjetiva e múltipla ao passo em que varia conforme a concepção de cada indivíduo envolvido e, assim, o pesquisador interage com o sujeito da pesquisa a fim de construir significados que são influenciados pelos valores pessoais e visões de mundos dos envolvidos. Afinal, o caráter mais enfático da Análise qualitativa é romper com os deslumbres de neutralidade que constituiu o rigor científico em períodos marcados pelo positivismo e estruturalismo.

Dadas as considerações sobre a abordagem qualitativa, faz-se necessário apresentar os fundamentos de análise que serão realizadas neste trabalho. Nesse contexto, o levantamento realiza-se com base no recorte metodológico fundamentado na análise de textos, que, segundo Flick (2004), inicia-se com a coleta de dados. Por sua vez, os dados coletados são constituídos de enunciados que desempenham um papel importante para a compreensão das relações de poder e ideologia nas práticas discursivas, foco principal deste trabalho. Para além, vale destacar que os enunciados, longe de serem meras expressões linguísticas passivas, atuam como veículos que refletem e reforçam estruturas sociais, políticas e culturais, o que configura o principal objetivo deste estudo, ao compreender a escola como um

instrumento social preponderante que é capaz de influenciar as realidades dos sujeitos.

Diante das informações ressaltadas, a abordagem metodológica qualitativa possui valor importante ao trabalho, visto que envolve atividades interpretativas (Denzin e Lincoln, 2006). Contudo, devido à amplitude do campo da linguística, é imperativo focar em uma área mais específica. Por isso, este trabalho se concentra na Análise Crítica do Discurso (ACD) (Chouliarakis e Fairclough, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), proposta teórico-metodológica que enquadra o campo de estudos na qual as investigações exploram a influência da linguagem na vida social, como apresentado a seguir.

3.2 Pesquisa Em ACD

A Análise Crítica do Discurso - cunhada em 1985 por Norman Fairclough, por meio da publicação do artigo no periódico *Journal Of Pragmatics* - surge como proposta investigativa da linguagem, instituída como uma abordagem tanto teórica quanto metodológica, pois sua fundamentação é intrínseca à ação de desvelar as relações de poder que são manifestadas na linguagem, para além de conceituá-la.

Ademais, por fornecer esse desdobramento, são oferecidos meios para uma proposta metodológica que, direta ou indiretamente, visa ações que promovam as transformações sociais, pois, a investigação crítica do discurso preenche a distância existente entre teorias fundamentadas na linguagem e estudos que explicam o papel da linguagem nas práticas sociais, ao passo em que “não somente aplica outras teorias como também, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias em favor da abordagem sociodiscursiva” (Resende e Ramalho, 2022, p. 14).

Nessa corrente, Beltrão (2019), ao referenciar Van Dijk (2001), sublinha que a ACD não apresenta um único esquema para a realização das análises pretendida pelo pesquisador, mas varia a partir das escolhas feitas e adequadas ao objeto ou sujeito que integra o estudo. A exemplo, neste trabalho, o recorte feito centrará na análise de enunciados e na análise de conjuntura, sendo a textual (enunciados) feita com base no Significado Representacional do Discurso na categoria Interdiscursividade, apresentados detalhamentos no capítulo “Análise Crítica do discurso: conceitos basilares”.

Os interesses da ACD recaem na veiculação de relações de poder nos textos (discursos). Por isso, o objetivo central deste trabalho é o ato de elucidar as complexidades que são elaboradas a partir da desigualdade social para que seja possível o processo de desestabilização das opressões contra pessoas LGBTQPIA+ e propor formas de fragilizar estruturas assimétricas que impossibilitam o exercício digno para os atores sociais exercerem suas subjetividades.

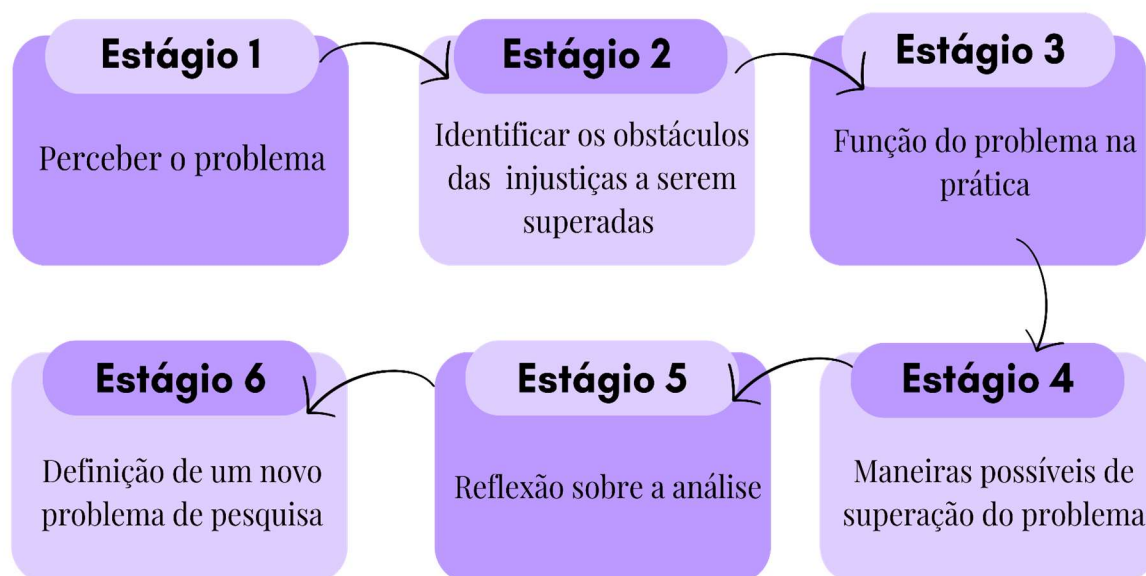
Embora sejam compreendidas as dificuldades em solucionar tantas camadas de desfavorecimento que é histórico e social, o foco desta dissertação é compor uma rede que, em união teórica e prática, possa contribuir para práticas futuras de mudança social pela educação, especialmente na valorização dos atores sociais LGBTQIAP+, que por muitos anos teve o espaço escolar renegado, recorrendo, assim, a outras formas de ascensão social.

3.3 O enquadre da pesquisa em ACD

Para que a pesquisa em ACD seja realizada, Chouliaraki e Fairclough (1999) estabeleceram cinco etapas na forma de orientação, a partir da crítica explanatória de Bhaskar (1998) que visa a explanação de um problema social para à sua superação. Nesse sentido, as etapas estabelecidas são elaboradas para que as pessoas pesquisadoras em ACD possam ser orientadas na execução de um estudo crítico acerca de um problema social. Posteriormente, sob a orientação do filósofo Roy Bhaskar, Barros (2015) agrega à sexta etapa, que fornece a continuidade do trabalho ao propor uma definição de um novo problema de pesquisa.

Com base nesses apontamentos, apresenta-se a seguir o enquadre organizado na Figura 02 a partir do diagrama feito por Barros (2015, p. 112), adaptado de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), tendo como base a crítica explanatória de Bhaskar (1989) e readaptado para esta dissertação em outro formato de visualização.

Figura 02 - Seis estágios para a pesquisa em ACD



Fonte: BARROS (2015, p.112), adaptado de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), tendo como base a crítica explanatória de Bhaskar (1989).

O primeiro passo da análise é perceber o problema em relação ao discurso na esfera social. Nesse sentido, a percepção proposta pelos estudos faircloughianos é a identificação baseada nas relações de poder e a maneira como são naturalizadas por meio de discursos universais (Beltrão, 2019). Neste estudo, *a percepção de problema* que provocou a urgência de pesquisa é revelada pelo pesquisador ainda no processo de formação na educação básica, não em moldes de cunho científico, mas como problema que atravessava sua subjetividade. Ao passo em que são compreendidas, posteriormente, as relações assimétricas, evidencia-se que o problema a ser estudado estava nas formas como, em Mato Grosso, os processos de silenciamento nas escolas resultam em formas de dominação e violação de direitos dos estudantes, fazendo do discurso recurso para hegemonias.

Após essas contestações, *os obstáculos das injustiças a serem superadas* são constatados a partir das redes que sustentam esse problema. Nesse caso, conforme Bento (2011), a escola, ao mesmo tempo que se mostra como instituição incapaz de processar as diferenças e pluralidades subjetivas, também funciona como a instituição que mantém as normas de gênero e produz a heterossexualidade. Como consequência, os estudantes LGBTQIAP+, muitas vezes, não reconhecem a si mesmo como pertencentes desse ambiente que reforça pedagogias hegemônicas e prepara corpos para a vida heterossexual por meios de ações que hostilizam. Nessa

perspectiva, faz-se necessário superar os meios que elaboram essas ações para as possibilidades de um caminho no qual o ensino básico mato-grossense seja pautado na equidade.

Nesta etapa, após a identificação das injustiças sociais e os desafios existentes para superá-las, a análise de textos é o passo a ser tomado para abordar as relações entre a prática social e a semiose (Barros, 2015). Por isso, a análise dos enunciados dos atores sociais escolhidos para esse estudo se localiza com base na categoria Interdiscursiva do significado representacional. Para essa execução, foram coletados discursos de estudantes LGBTQIAP+ que cursaram o ensino básico nas escolas de Mato Grosso, com o propósito de identificar como os discursos e as práticas sociais nos espaços escolares elucidam os modos de fortalecimento das opressões ideológicas que instrumentalizam opressões contra os sujeitos com gêneros e sexualidades divergentes da cisheterossexual.

Outro passo realizado que confere profundidade ao exercício pretendido é a Análise de Conjuntura. Nesse estágio, o trabalho transdisciplinar⁷ atua na exposição comprobatória das relações históricas e sociais que levaram ao processo revelado. Com isso, objetiva-se compreender a correlação das lutas históricas da comunidade LGBTQIAP+ ao longo dos anos, tanto a nível nacional quanto estadual, que surtiram efeitos nas escolas de Mato Grosso e, conseqüentemente, no processo formativo dos estudantes.

O próximo passo é a *função do problema na prática*. Nessa etapa, consoante Fairclough (2003), é avaliada as funções ideológicas que constituem as relações particulares de poder e dominação. Com base no problema abordado, é pretendido elucidar as ordens discursivas proferidas na escola e como as práticas pedagógicas, sejam elas instrumentalizadas pelos currículos pedagógicos ou pelos agentes sociais, elaboram o espaço escolar como um *lócus* produtor de opressões, que, ideologicamente, contribui para as manutenções de poder.

Na etapa seguinte, devem ser propostas *maneiras possíveis de superação do problema*. Para isso, Silva (2024) salienta à luz de (Barros, 2015) que o passo inicial

⁷ O trabalho executado pela ACD, para as análises de enunciados e de conjuntura, utiliza em seu método a transdisciplinaridade, que em linhas gerais pode ser compreendida como o trabalho que possui por natureza um aporte multi/transdisciplinar (Resende e Ramalho, 2022). Esse método de trabalho teórico possibilita várias visões sobre o mesmo assunto, uma vez que promove “interação máxima entre as disciplinas como também respeita suas individualidades” (Dantas, 2020).

é identificar as contradições e irregularidades nos aspectos considerados dominantes da injustiça social. Sendo assim, o processo a ser feito, nesse momento, é procurar meios para que sejam superados os óbices que impedem a resolução das desigualdades, para que sejam transformados a crítica negativa em positiva, propondo soluções, como afirma Beltrão (2019).

Para essa execução, o propósito deste trabalho é evidenciar as realidades escolares ao longo dos anos e quais caminhos, a partir dessas experiências, podem ser subvertidas para o ato emancipatório. Para isso, é pretendido a execução deste estágio por meio do reconhecimento dos métodos que ainda não foram tomados e elaborar instrumentos que sirvam para novas reflexões sobre as ações pedagógicas que orientam docentes na atuação em sala de aula.

O passo de *reflexão sobre a análise*, a ser feita neste trabalho nas considerações finais, é o momento no qual a pessoa que realiza a pesquisa avalia criticamente seu próprio trabalho, a partir das reflexões sobre as posições tomadas nas análises desenvolvidas. O objetivo dessa etapa é verificar se as investigações feitas contribuíram para as emancipações pretendidas, quais limitações foram encontradas no percurso do trabalho, que impediram o alcance almejado, e se os aprofundamentos realizados por meio da teoria e análise servirão como contribuição para os futuros estudos teóricos no campo do discurso crítico, conferindo, assim, o grau de relevância acadêmica e social na qual o trabalho está inserido.

Por último, a ação proposta por Solange Maria de Barros (2015), a partir de seus estudos no pós-doutorado sob a orientação do filósofo Roy Bhaskar, atribuiu o sexto e último estágio: *definir um novo problema de pesquisa*. Consoante Barros (2015), a pesquisa que se revela crítica e emancipatória não pode se esgotar na conclusão do estudo; pelo contrário, deve abrir novos caminhos para que outras injustiças sociais sejam abordadas. Isso se dá por meio de uma pesquisa que é cíclica e investigativa.

3.4 Participantes da pesquisa

As pessoas escolhidas para a participação nesta etapa da pesquisa foram determinadas a partir de um recorte estabelecido dada à compreensão sobre os limites em abranger todas as pessoas da comunidade LGBTQIAP+, ao serem consideradas as múltiplas interseccionalidades em um trabalho que possui limitações

temporais e de desenvolvimento, por se tratar de uma dissertação que será desenvolvida em 02 anos de estudo, sendo um ano de trabalho teórico feito pelas disciplinas obrigatórias e outro de trabalho de produção. Para ser fiel ao trabalho que respeitasse todas as subjetividades e não construir nenhum grau de assimetrias neste estudo, estabeleceu-se que o recorte seria homem LGBTQIAP+ de escolas mato-grossenses.

Para isso, foram entrevistados cinco homens de diferentes cidades do estado de Mato Grosso, com idades aproximadas de 18 a 50 anos. A escolha das idades refere ao período estimado em que os estudantes cursaram o ensino médio em níveis históricos diferentes, evidenciando as variadas formas de opressão que ocorrem dado o período em que os sujeitos estão inseridos. Para isso, a análise de conjuntura, que será discutida na seção “Análise de Conjuntura”, criará um diálogo ao apresentar processos históricos.

Ademais, buscou-se realizar um estudo com recorte de participantes interseccionais, com a inclusão de sujeitos de diferentes etnias e raças, bem como compreensões de gênero para obter um panorama abrangente das experiências das pessoas LGBTQIAP+ nas escolas de Mato Grosso ao longo do tempo. No entanto, o trabalho não focou diretamente na interseccionalidade. Desse modo, essas especificidades não foram demarcadas na apresentação dos enunciados.

Ademais, antes do envio do formulário, para caráter de inclusão ao recorte realizado, foi perguntado aos participantes, em um contato inicial por mensagem via *WhatsApp* e alguns casos presencialmente, se eles realizaram a educação básica em escolas públicas de Mato Grosso e a idade. As sexualidades e gêneros não foram mencionados diretamente, pois, pretende-se realizar um trabalho que ofereça conforto aos participantes em não precisar, obrigatoriamente, definir a si mesmo em uma classificação, apenas se fosse de seu desejo, expresso no corpo das perguntas.

Para manter o sigilo e integridade dos participantes envolvidos, em consonância com as diretrizes das pesquisas realizadas com seres humanos, os nomes verdadeiros não serão expostos. Para isso, serão mantidas as idades originais e serão utilizados nomes de grandes representantes da comunidade LGBTQIAP+ ao longo dos anos, a fim de prestar homenagem aos que contribuíram/em para que, hoje, outras pessoas possam lutar em nome dos que ainda se encontram em redes de dominações. Sendo assim, os nomes foram organizados da seguinte forma:

O primeiro participante recebe o nome Ney Matogrosso, figura que foi importante para a música popular brasileira ao desafiar as normas de gênero e sexualidade em épocas de grande repressão, como a ditadura militar. A recusa em enquadrar suas performatividades de gênero aos padrões heteronormativos legitimou espaços possíveis de lutas por direito e dignidade à comunidade LGBTQIAP+, o qual sempre estará como símbolo.

O segundo participante é representado pelo nome Cazuza, grande artista musical que revolucionou a cultura brasileira ao problematizar questões relacionadas à sexualidade e o amor em contestação política, ao questionar as formas de amar da concepção heteropatriarcal. Cazuza foi revolucionário e desafiou os limites sociais ao dizer abertamente que era um homem bissexual e que convivia com o vírus HIV⁸.

O terceiro participante será representado na figura de David Miranda, ex-deputado federal que desempenhou papéis importantes na garantia dos direitos da comunidade LGBTQIAP+ no Congresso Nacional. Para além das preocupações sobre o futuro de pessoas LGBTQIAP+, David também confrontou as hegemonias de raça e classe por ser um homem negro abertamente gay que ocupava um espaço parlamentar historicamente preenchido por figuras brancas e heterossexuais.

O quarto participante homenageia em seu nome Silvero Pereira, figura importante para as artes cênicas brasileiras. Silvero é reconhecido por seu ativismo e luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAP+ ao ir além dos limites do palco e das telas com posições políticas em favor da diversidade de gênero e sexualidade representadas nas artes. Para isso, Silvero utiliza sua arte para confrontar preconceitos estruturais que ainda permeiam a sociedade brasileira, como feito por seu trabalho no grupo *As Travestidas*, que deu novos enfoques sobre a cisnormatividade e a heteronormatividade com performances do universo das travestis e pessoas trans.

O quinto participante será nomeado de João W. Nery, que foi psicólogo e escritor brasileiro. Além de sua atuação profissional, Nery foi um grande nome nas representações ativistas pelos direitos LGBTQIAP+, em especial, da comunidade trans. Com efeito, das grandes obras que escreveu, seu livro *Viagem Solitária – Memórias de um Transexual 30 Anos Depois* marcou um importante debate sobre o envelhecimento da população Transexual e os recortes sociais específicos a partir da

⁸ HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana)

idade. A seguir, será apresentada a relação dos nomes fictícios e as idades verdadeiras dos participantes.

Outrossim, é importante destacar que, inicialmente, o estudo pretendia realizar o recorte analítico com 06 participantes. Contudo, ao compreender que os dados se revelam à medida que a pesquisa é desenvolvida a partir de fatores externos ao pesquisador, além de serem considerados os critérios adotados e as limitações deste estudo, optou-se por integrar apenas 05 participantes à análise, seguindo, eticamente, os parâmetros estabelecidos pelo comitê de ética e pesquisa.

Quadro 01 – Idade dos participantes:

Cazuza	30 anos
Silvero Pereira	20 anos
David Miranda	35 anos
Ney Matogrosso	50 anos
João W. Nery	22 anos

Fonte: elaborado pelo autor.

3.5 Os instrumentos utilizados para a coleta de dados

Para que fossem alcançados os enunciados para o propósito deste trabalho, foi realizado como instrumento de coleta de dados o questionário no formato *on-line*. A escolha por esse método se deu pela facilidade de acessar participantes de outras regiões do estado de Mato Grosso e, assim, ampliar o panorama pretendido. Outro fator proeminente para que fosse escolhido esse método encontra justificativa no que Pereira (2022) afirmou ser uma técnica investigatória composta por um número de questões que objetiva o conhecimento de opiniões, crenças e situações vivenciadas pelos sujeitos.

Ainda em consonância com Pereira (2022), esse instrumento de coleta de dados pode ser respondido sem a presença do entrevistador. Essa forma de obtenção dos enunciados permite ao participante o conforto de editar, pausar e retornar no seu tempo e ao modo como preferir, sem a interferência direta do pesquisador, o que confere maior grau de autonomia e possibilidades expressivas de seus enunciados.

A pesquisa foi parametrizada em consonância com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde, adotando a resolução nº 510/2016. Por isso, o projeto deste trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso – campus Cuiabá (CEP – Humanidades UFMT), na qual obteve aprovação por meio do parecer que está em anexo, certificando as regularidades exigidas pelos protocolos éticos em pesquisas com seres humanos. Pelas normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), acompanhado das perguntas. No TCLE, os participantes foram resguardos e informados sobre a confidencialidade dos dados, mesmo após a conclusão da pesquisa, bem como meios para que sejam amparados diante de qualquer eventualidade.

Após o primeiro contato, que ocorreu pelos meios de comunicação virtual (redes sociais) e pessoalmente, os participantes foram apresentados aos objetivos da pesquisa e a importância deste estudo. Após isso, o link para acessar o formulário no *Google Forms* foi enviado por *e-mail* pessoal e de forma individual. A plataforma de formulários utilizada é um instrumento desenvolvido pela empresa *Google* que permite a criação de questionários em diversos formatos, como: resposta curta; múltipla escolha; resposta longa. Ainda mais, a plataforma permite ao gerenciador do formulário a criação de uma tabela com todas as informações, garantindo maior grau de segurança para o armazenamento das respostas. No formulário, constam as seguintes perguntas:

Quadro 02 - Questionário enviado aos participantes da pesquisa:

Você está sendo convidado a participar como voluntário desta pesquisa intitulada "Memórias e Narrativas LGBTQIAP+: uma Análise sobre o Silenciamento na Escola". O objetivo é compreender as experiências de homens LGBTQIAP+ que estudaram em escolas de Mato Grosso durante a educação básica, especialmente os desafios que enfrentaram para serem ouvidos. Assim, a pesquisa busca examinar as histórias compartilhadas por você e sobre como lidou com o ambiente escolar ao longo do tempo. Se decidir participar, sua contribuição será valiosa para enriquecer esse estudo. Este formulário é sigiloso e seguirá as seguintes normativas:

- a) Apenas o pesquisador terá acesso aos dados na íntegra;
- b) Todos os dados pessoais (nome, cidade, idade, e-mail) serão preservados, a fim de manter a integridade dos participantes;

- c) Os dados analisados passarão por um processo de descaracterização, se necessário, utilizando nomes fictícios para instituições públicas e privadas ou pessoas.

Desde já, expresso meus agradecimentos e o desejo de que este espaço seja um ambiente respeitoso para que você possa compartilhar suas experiências no período escolar da forma que se sentir confortável, sem qualquer julgamento. Assim, suas memórias escritas serão tratadas com o máximo de respeito e apreço, indo além de dados de uma pesquisa, pois compreendo o valor e a relevância de suas narrativas para enriquecer o conhecimento científico.

Nesta pesquisa, reconheço a importância de compreender as vivências que moldaram sua trajetória no ambiente escolar, independentemente de terem sido positivas ou não, pois sua história carrega consigo uma riqueza de detalhes e significados que poderão contribuir para uma análise profunda e humanista neste estudo. Desse modo, asseguro que suas palavras serão cuidadosamente tratadas e estudadas, considerando o contexto social e histórico em que se insere.

- 1) Como foi a sua experiência como homem LGBTQIAP+ em sua escola, em Mato Grosso, durante o período em que cursou o Ensino Fundamental ou Médio? Quais foram os principais desafios enfrentados?
- 2) Você se lembra de alguma experiência que possa exemplificar essa vivência?
- 3) Durante o período em que você frequentou a escola, como as questões de gênero e sexualidade eram abordadas nos currículos educacionais e nas interações entre colegas e professores? Você possui alguma lembrança específica que possa ilustrar ou exemplificar alguma experiência relacionada?
- 4) Como você percebe a evolução das ações e percepções em relação à comunidade LGBTQIAP+ nas escolas de Mato Grosso desde o seu período escolar até os dias atuais?
- 5) Você vivenciou alguma forma de violência, discriminação ou silenciamento relacionada ao seu gênero e orientação sexual na escola? Se sim, como a escola amparou você? Isso afetou de algum modo a sua formação escolar? (Não é necessário descrever a ação vivenciada, apenas se for de seu interesse e não te causar desconforto.)
- 6) Considerando as mudanças sociais e legais ao longo dos anos, quais ações práticas você acredita que poderiam contribuir para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para a comunidade LGBTQIAP+ no Estado de Mato Grosso?

Fonte: elaborado pelo autor.

Após o envio do formulário, o pesquisador comprometeu-se em explicar aos participantes quais eram os riscos e benefícios deste estudo. A partir disso, as

orientações acerca de como responder o formulário foram enviadas e foi aguardado, no tempo hábil, o envio das respostas, enviadas no prazo apresentado no quadro a seguir:

Quadro 03 – Datas de interação e participação dos entrevistados.

Participantes (pseudônimos):	Forma do primeiro contato	Data do primeiro contato	Meio para Envio do formulário	Data de envio do formulário	Data que foi respondido o formulário
Ney Matogrosso	<i>Instagram</i>	28/08/2024	<i>E-mail</i>	28/08/2024	31/08/2024
Silvero Pereira	Pessoalmente	18/08/2024	<i>E-mail</i>	18/08/2024	20/08/2024
Cazuza	Pessoalmente	18/08/2024	<i>E-mail</i>	18/08/2024	04/09/2024
David Miranda	<i>WhatsApp</i>	19/08/2024	<i>E-mail</i>	19/08/2024	26/08/2024
João W. Nery	<i>WhatsApp</i>	06/11/2024	<i>E-mail</i>	06/11/2024	06/11/2024

Fonte: elaborado pelo autor.

Durante o período de envio das respostas, os entrevistados foram respaldados para eventuais dúvidas técnicas, como remarcação, erro de formulário ou dificuldades de acesso, sendo esclarecidas sempre que necessárias. No entanto, não foi necessária nenhuma intervenção por parte do pesquisador. Por isso, o questionário foi respondido em um prazo previsto.

4. ANÁLISE CONJUNTURAL

Todo discurso está imerso em um contexto histórico e social. Ao considerar a dimensão conjuntural, Fairclough (2003) salienta que o processo analítico das pesquisas voltadas à superação de problemas sociais deve considerar as configurações históricas que estruturam os discursos. Com esse propósito, compreender as implicações dos enunciados exige, antes de tudo, a localização das dinâmicas históricas que atravessaram os indivíduos abordados neste estudo.

Ao tratar da historicidade do movimento LGBTQIAP+ no Brasil, é comum partir de uma delimitação temporal, a qual enfatiza as ações que surgiram por meio das lutas e que, gradativamente, ganharam força por movimentos sociais. Contudo, ainda que seja essa uma das formas mais eficazes de organizar historicamente os acontecimentos e, de certo modo será feito aqui, é pertinente, de antemão, realçar a existência de sexualidades e gêneros dissidentes mesmo antes dos períodos datados a partir dos movimentos sociais. Ou seja, antes que pudesse ser elaborado uma cronologia.

Com base em Quinalha (2022), as subjetividades dissidentes já se manifestavam no simples ato de existir e ocupar espaços, mesmo antes de serem delineadas pelas lutas sociais. Isso se deve ao fato de que mulheres trans e homossexuais, por exemplo, enfrentavam estigmatização e violência cotidiana em bares, praças e outros espaços públicos antes das nomenclaturas que surgiram como instrumento político. Assim, a distinção proposta por Quinalha (2022) entre "movimentos" e "movimentações" pondera-se como fundamental para reconhecer a existência desses sujeitos antes da formalização da classificação LGBTQIAP+, que sinaliza a ocupação desses espaços como um ato de resistência e afirmação das performatividades sexuais e de gênero.

Outro aspecto inicial e relevante a ser considerado são as diferenciações geográficas na recepção de novas discussões, especialmente aquelas que geram "estranhamento" social. No exercício de refletir sobre essas dinâmicas, enquanto o sujeito que escreve e vivencia a existência dissidente e residiu majoritariamente parte da vida no interior, quem disserta neste texto reforça a demanda de debater algo crucial: as diferenças entre as ocupações e interações entre as grandes e pequenas

cidades. Para que assim, mais à frente, a leitura e interpretação de como os movimentos regionais e nacionais são estabelecidos seja eficaz.

Nessa concepção, as grandes metrópoles exercem uma influência importante sobre os municípios do interior, ao demarcar um fluxo notório de ideias e comportamentos, sejam eles econômicos ou culturais. Por essa razão, a evolução de qualquer discussão ou mudança social parte do pensamento humano, que é simultaneamente individual e coletivo.

Desse modo, quanto maior o número de pessoas que convivem em um espaço de pluralidade e rupturas heteronormativas, maior será o potencial de inovações e descobertas, como os movimentos sociais, políticas públicas e saúde coletiva. Assim, as novas ideias e práticas que surgem em grandes centros acabam por transbordar para as cidades menores, onde, em alguns casos, são aceitas e, em outros, rejeitadas, mas sempre em movimentos de impactos e transformações.

Um exemplo evidente dessa discussão está na assimilação da ideia de um homem que se relaciona com outro homem, uma vez que a receptividade de dois homens em um beijo público torna-se, primeiramente, visível em grandes centros, onde também se localiza a maior concentração de espaços para essa população, como baladas, bares e espaços culturais. Nessa concepção, as reflexões e diálogos sobre afetividades não-heteronormativas começam frequentemente nas grandes metrópoles, uma vez que há coletividade envolvida pelas diferentes vivências. No entanto, isso não significa que pessoas LGBTQIAP+ inexistam no interior, mas é habitual que muitos migrem para as cidades grandes em busca de melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, espaços possíveis para que sejam plenamente reais às suas subjetividades.

Sendo assim, regiões na qual o debate sobre temas específicos ocorre com maior frequência facilita a propagação política para o coletivo. Não obstante, o processo de aceitação encontra barreiras tanto nas capitais quanto no interior, que está evidenciado pelas resistências e preconceitos sociais enfrentados até os dias de hoje. Por isso, surgem movimentos sociais e políticos que atuam para confrontar essas dificuldades e promover discussões que busquem articulações de seguridade aos grupos marginalizados.

4.1 Ditadura Militar no Brasil e os impactos nos movimentos sociais de luta por direitos

Durante a revisão literária e dedicação do autor à temática abordada nesta dissertação, foi possível perceber que a análise de conjuntura também consiste em revisitar o passado moldado por memórias que remetem aos períodos decisivos para a formação do que hoje é entendido como democracia. Sob essa perspectiva, é imprescindível compreender um momento de regime autoritário da história do Brasil: a Ditadura Militar. Vigente de 1964 a 1985, o regime militar foi instaurado por meio de um golpe de Estado que, segundo os militares, objetivava conter o avanço do comunismo e garantir uma suposta ordem ao país.

Como forma de controle, durante este período produziram-se violações que incluíam torturas e execuções violentas, conduzidas de forma sistemática e, em muitas vezes, oculta. Atualmente, encontram-se documentados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁹ registros que comprovam o caráter repressivo desse período da história brasileira, como destacado:

[...] É muito evidente que houve uma ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado e em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional. Essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão (Brasil, 2014, p. 301).

Em consonância com essa lógica, Quinalha (2017) aponta a essencialidade em reconhecer que, embora o regime ditatorial tenha intensificado as violências, os padrões discriminatórios contra as populações marginalizadas tinham raízes mais profundas na sociedade brasileira, muito antes desse período. Sendo assim, as tentativas de normatização e exclusão no Brasil remontam à períodos anteriores da própria formação do Estado brasileiro, mas que são impulsionadas pelo regime ditador.

⁹ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) trata-se do órgão criado pelo Governo brasileiro em 2011, durante a presidência de Dilma Rousseff, também vítima da ditadura. Como objetivo, os membros da comissão abriram investigações sobre as violações dos direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Para uma análise mais profunda, acesse: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 12/10/2024.

No contexto da Ditadura Militar, em específico, essas influências foram consolidadas por meio do reforço de um controle político que tinha como principal objetivo reprimir os partidos de esquerda, mediante à perpetuação de mecanismos de dominação já estabelecidos, como a violência normalizadora dos corpos por meio da tortura. Para que isso fosse consolidado, ideais religiosos, que eram sustentados pela moralidade cristã, categorizavam como “subversivos” aqueles que eram considerados um desvio da norma heterossexual cristã, por isso, era justificado a necessidade de "correção" desses indivíduos.

A partir dessa concepção, com base em Louro (2001), ressalta-se que o sujeito homossexual começou a ser reconhecido socialmente a partir da metade do século XIX, sendo, portanto, alvo de intensas violências e rejeições sociais. Nessa ótica, a CNV destaca que:

A associação entre homossexualidade e subversão foi um dos conceitos básicos a sustentar a ideologia do regime militar e servir como justificativa para os vários tipos de repressão sobre a sociedade brasileira e, especificamente, a gays, lésbicas e travestis nos anos 1960 e 1970. Essa ideologia, que foi adotada oficialmente pelo Estado durante a ditadura em nome da segurança nacional, tem as suas origens nas ideias integralistas e católicas ultraconservadoras dos anos 1930 (BRASIL, 2014, p.301).

Ao considerar o exposto, é essencial reforçar que o passado ainda gera instabilidade no presente, uma vez que sujeitos que proferem ameaças à democracia ocupam espaços importantes nas tomadas de decisões e continuam a influenciar negativamente as políticas públicas e os direitos da comunidade LGBTQIAP+. A exemplo, a eleição do 38º presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, mesmo após homenagear Alberto Brilhante Ustra, oficialmente reconhecido pela Justiça como torturador, evidenciou a importância das lutas em prol dos grupos minoritários.

4.2 Movimento LGBTQIAP+ no Brasil

Antes de iniciar as discussões sobre movimentos brasileiros, que são importantes para a análise conjuntural deste estudo, toma-se como ponto de partida o ano de 1969, em que ocorreu a Revolta de Stonewall¹⁰, marco fundamental na luta

¹⁰ A Revolta de Stonewall é considerada por muitos estudiosos como o marco inicial do movimento moderno pelos direitos humanos da comunidade LGBTQIAP+. A mobilização ocorreu em 1969, em

pelos direitos LGBTQIAP+ no ocidente. Reconhecida por muitos estudiosos como o ponto de partida dos movimentos contemporâneos em defesa da diversidade sexual e de gênero, a revolta inspirou pensadores e líderes militantes no Brasil, o que influenciou de maneira significativa as ações e estratégias adotadas.

No Brasil, as mobilizações políticas tomam força a partir da década de 1970, especialmente nos anos finais. De acordo com Facchini (2005), a fundação do grupo Somos impulsionou a ocorrência do movimento de luta, sendo o pioneiro em articular ações decisivas capazes de ampliar as discussões para outros estados do país, como os que ocorreram na região centro-oeste anos depois.

Ademais, observa-se ainda, a partir da década de 1980, articulações voltadas ao enfrentamento da epidemia do HIV/AIDS¹¹ e o atendimento às demandas dos movimentos sociais que promoviam a defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAP+ no âmbito político. Nesse período, surgiram campanhas que foram desenvolvidas paralelamente e estavam relacionadas a essas questões. Uma das campanhas foi liderada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em Salvador, movimento que teve grande relevância na luta pelo rompimento da categorização das homossexualidades no Brasil como patologia e estigmas relacionadas ao vírus da AIDS.

Conforme destacam Lopes e Silva (2015), o início dos movimentos sociais no Brasil é formado predominante por homens homossexuais que deliberavam pautas sobre o rompimento de costumes que restringiam a liberação sexual, ressignificando as formas de afetividade. Mais à frente, os movimentos foram ocupados por mulheres lésbicas que, a partir de pautas específicas, reivindicaram temáticas políticas que não eram abordadas pelos movimentos predominantemente organizados por homens.

Para além, Lopes e Silva (2015) salientam que a atuação das mulheres lésbicas foi importante para reorganizar as mobilizações sociais com novas propostas diversificadas e interseccionadas às especificidades feministas. Após isso, nos anos 90, novas reivindicações adquiriram visibilidade e a população trans passou a contribuir com as discussões, abarcando suas especificidades políticas e subjetivas. O mesmo, de acordo com Lopes e Silva (2015) ocorreu em 2000, com a inserção de

Nova York, nos Estados Unidos, após inúmeros ataques violentos de policiais contra gays, drags, trans e lésbicas, além de realizar prisões arbitrárias.

¹¹ AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

pautas sobre bissexualidade e o reconhecimento das performatividade desses sujeitos.

4.3 Educação e políticas públicas para a população LGBTQIAP+

Marcada pela repressão e negação de direitos, as elaborações de políticas educacionais para a diversidade sexual e de gênero são constituídas em campos de tensão, com conflitos constantes e disputas de interesses fundamentada em ondas conservadoras que enunciam como ameaça as garantias básicas para pessoas LGBTQIAP+.

No início do milênio, em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001)¹² estabeleceu metas a serem alcançadas no decênio 2001/2011 nos Ensinos Básicos e Superior do País. Contudo, conforme Beltrão (2019), o documento nacional menciona a sexualidade, em suas metas, restringida ao nível superior de ensino, o que exprime a tentativa de retroceder e excluir questões pertinentes ao nível básico da educação, como se não houvesse especificidades de pessoas LGBTQIAP+ nesta etapa.

Em 2004, o Governo Federal, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, elaborou junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o programa “Brasil sem Homofobia”, que regulamentava a promoção de cidadania à população LGBTQIAP+ (na época intitulada como GLBT) por meio da equiparação dos direitos e combate à violência e discriminação homofóbica (BRASIL, 2004). Para a execução, o programa estruturou 53 ações voltadas ao fortalecimento de projetos, capacitação profissional, disseminação de informações e incentivo a denúncia (BRASIL, 2004).

Em continuidade ao projeto “Brasil sem Homofobia”, em 2011, o Governo, presidido por Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar a presidência, enfrentou ataques após lançar um conjunto de materiais elaborados pelo Ministério da Educação em parceria com organizações notáveis que discutiam sobre o tema. Assim, a proposta, intitulada “Kit Escola Sem Homofobia”, consistia na utilização, por professores e estudantes, de materiais educativos que abordavam temáticas pertinentes sobre a comunidade LGBTQIAP+, com o intuito formativo e de redução à discriminação.

¹² Para acessar o PNE na íntegra, acesse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm. Acesso em: 15/01/2025.

Contudo, ainda que fosse rigorosamente reforçada a importância da temática e os critérios de elaboração, na qual o objetivo pautava-se na formação educacional de professores e estudantes para promoção da diversidade e segurança às pessoas LGBTQIAP+, o projeto recebeu ataques por parte dos políticos aliados aos movimentos conservadores, os quais, sob o pretexto de discurso religiosos, alegam inadequação ao ambiente escolar (Vianna, 2015). É fulcral ressaltar a contradição que rodeia o conservadorismo. Ao longo da história, as principais justificativas que pautam tais discursos valem-se da proteção à criança. No entanto, a defesa é regida pelo controle que busca subverter aqueles que performam outras possibilidades de existir, e que, por isso, são chamados de *estranhos*, *bichas* e *sapatões*.

Por conseguinte, o material foi pejorativamente intitulado de “Kit-Gay” e toda a discussão em torno do projeto foi imersa em distorções que desvirtuaram sua proposta original. Além disso, o episódio serviu como instrumento para reforçar retrocessos políticos e utilizado estrategicamente por líderes dos movimentos de direita que, posteriormente, se valeram dessa polêmica para impulsionar suas agendas políticas.

Dado o cenário de críticas e ataques, algumas ações foram retrocedidas. Conforme destaca Beltrão (2019), em 2017, o Ministério da Educação retirou da Base Nacional Comum Curricular (BNC) os termos “Identidade de Gênero” e “Orientação Sexual”. Contudo, embora fossem as tentativas de enfraquecer a promoção da diversidade, os movimentos sociais que lutavam por representatividade e pela garantia de direitos por meio de políticas públicas não recuaram e se mobilizaram na defesa da equidade e do respeito às diferenças.

4.5 Movimento LGBTQIAP+ no Mato Grosso

Em Mato Grosso, a produção política se organiza a partir de duas concepções principais: movimentações e movimentos, conforme destacam Lopes e Silva (2023). Nas pesquisas realizadas pelos autores, a visibilidade política é constatada por meio da ocupação de espaços públicos, como as ruas da capital mato-grossense e os pontos de aglomeração para encontros amorosos e lazer, como bares.

Desse modo, o cenário de resistência se consolidou por meio dessas ocupações, embora as organizações políticas não estivessem formalmente estruturadas, tanto na capital quanto no interior do estado. Ademais, foi a partir delas que os caminhos foram abertos para os movimentos que emergiram em resposta ao

recrudescimento conservador, o qual impulsionou medidas de proteção e ações necessárias à luta por direitos.

Como mencionado anteriormente, é notório que as organizações políticas tendem a se iniciar primeiramente em grandes cidades. No Brasil, os movimentos de maior relevância surgiram na região Sudeste, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, devido à maior concentração populacional e à presença de centros políticos. Nesse contexto, Lopes e Silva (2023) destacam que as organizações do movimento estruturado em Mato Grosso surgiram duas décadas depois dos primeiros movimentos organizados em São Paulo.

Para além, segundo Aragusuku e Lopes (2018), foi apenas em 1995, durante a fase de expansão do movimento nacional, marcada pelo estabelecimento da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que o primeiro coletivo em Mato Grosso foi formado. Por sua vez, o grupo iniciou como um departamento e evoluiu para uma organização não-governamental chamada Livre-Mente, que também ficou conhecida como Grupo de Conscientização em Direitos (Aragusuku e Lopes, 2018).

Com apoio do Livre-Mente, novas organizações surgiram no estado, como apontam Lopes e Silva (2023), as quais se difundiram para outras regiões interioranas. A exemplo, os autores mencionam as seguintes associações:

A Associação das Travestis de Mato Grosso (Astra-MT), em 2003, a Associação pela Liberdade Lésbica (Liblés), em 2004, e o Grupo de Afrodescendentes pela Livre Orientação Sexual (Gradelos), em 2006, são criados como entidades que congregam integrantes da capital e formam, junto com o Livre-Mente, militantes que se espraiam pelo interior de Mato Grosso e criam outras ONG, como o grupo Mescla/MT, em Várzea Grande, em 2008, o Vida Ativa, em Rondonópolis, em 2000, o Novamente, em Juína, em 2006, e a Associação de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Simpatizantes de Cáceres (AGLBTT), em 2009. A última organização a se constituir na cidade, em 2015, é a seção mato-grossense do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat), entidade que atua junto com a Organização de Trans Identidades Masculinas de Mato Grosso (Otima) (Lopes e Silva, 2023, p. 300).

Quanto ao compromisso do Estado de Mato Grosso com a garantia dos direitos, Irineu (2008) expõe que a implementação da primeira política de combate à LGBTQfobia ocorreu somente no ano de 2007. Outrossim, a autora afirma que embora tenham sido estabelecido o Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à

Homofobia (CRDH-CH) em Rondonópolis e Cuiabá, infelizmente, as atividades foram encerradas em 2009 e 2011, respectivamente.

Em consonância, ressalta-se que Mato Grosso é um dos poucos estados brasileiros que, desde a sua constituição em 1989, incluiu a responsabilidade de proteção à população LGBTQIAP+. Porém, a cultura do estado é conhecida por reforçar padrões de violência e uma forte produção de valores sociais conservadores que subalternizam os sujeitos dissidentes da heterossexualidade.

Adicionalmente, as influências do agronegócio, alinhadas ao conservadorismo de direita, produzem efeitos nas políticas locais, ao exercer uma forte pressão sobre partidos políticos de orientação conservadora e organizações da sociedade civil. Assim, as influências supracitadas são capazes de moldar e guiar as decisões políticas, ao serem desempenhadas dinâmicas de governança da região a favor dos interesses próprios desses indivíduos, o que, por sua vez, beneficia um grupo específico com vantagens econômicas e sociais e desfavorece outros.

4.6 novas avanços e desafios: políticas públicas para a população LGBTQIAP+ na atualidade

Para realizar a análise conjuntural do que está aqui sendo denominado como atualidade, considera-se o período de 2018 até os dias atuais, por abranger eventos ocorridos nesse intervalo de tempo. Entre eles, destaca-se o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), propulsor de eventos que causaram retrocessos aos direitos de muitos grupos minoritários, que evidenciou a necessidade urgente de implementar novas políticas públicas voltadas à equidade e ao enfrentamento das vulnerabilidades da população LGBTQIAP+, que esteve, muitas vezes, em situação de risco.

Ao ingressar no mandato como presidente da república, Bolsonaro declarou abertamente suas posições políticas e ideológicas que marcavam diretamente seus princípios baseados no modelo heterossexual, branco e de direita. Ao fazer uma reeleitura histórica, é possível afirmar que o bolsonarismo não esteve apenas presente no período de atuação de Bolsonaro na presidência, mas antecede-o e existe após sua saída do poder, como postula Silva (2024).

No que tange à educação, a linguagem inclusiva se tornou o principal alvo das ações promovidas pelo governo Bolsonaro, após o surgimento do movimento Escola

Sem Partido¹³, que visava combater a suposta "doutrinação ideológica nas escolas e universidades". Em outras palavras, tratava-se de um controle sobre o ensino de disciplinas com enfoque crítico-social, como história, geografia, sociologia e filosofia, que estimulam os estudantes a refletirem de maneira crítica sobre a sociedade em que estão inseridos.

Diante disso, em 2022 e 2023, as discussões sobre Linguagem Inclusiva, ou linguagem neutra, ganharam destaque em diversos campos, como as ciências sociais e as pesquisas nas áreas de educação e linguagem. Nessa conjuntura, especialistas debateram as implicações do uso dessa linguagem no contexto escolar a partir de embasamentos científicos e sociais. Em oposição, grupos de extrema direita, alinhados com líderes políticos, se manifestaram contra ao que denominaram de "ideologia de gênero"¹⁴.

Com efeito, de forma institucional, vários estados aprovaram leis que proibiam docentes de abordar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero nas escolas. Em resposta, a Aliança Nacional LGBTI+ e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF), para reivindicar contra as irregularidades constitucionais dessas medidas.

Embora houvesse retrocessos que instabilizaram os direitos historicamente garantidos, é importante ressaltar que também houve avanços significativos. Assim, os progressos configuram o cenário atual como um espaço propício para novas reivindicações, baseadas na segurança de se manifestar democraticamente em defesa do direito à vida. Isso é possível, pois em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a homofobia e transfobia como crimes¹⁵ do tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989).

Outro ganho histórico da população LGBTIQIAP+, em específico às pessoas trans e não-binárias, foi o direito ao nome social, que embora fosse reconhecida anterior ao ano de 2021, foi expandida a sua obrigatoriedade para as empresas

¹³ Disponível em: www.escolasempartido.org Acesso em: 13/01/2025

¹⁴ Ao tratá-la como "maquinosa fabulação", Junqueira (2018) conceitua a "ideologia de gênero" como sendo termo utilizado por religiosos e movimentos conservadores para se referir aos estudos e teorias que estão relacionadas às questões de gênero e diversidade sexual, como os movimentos feministas e estudiosos *queer*. Ademais, Junqueira (2018) ressalta que o objetivo central dos que utilizam este termo é a promoção do "pânico moral".

¹⁵ Processo relacionado a decisão de criminalizar a homofobia: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf>. Acesso em: 13/10/2025.

privadas, escolas e instituições educacionais. Desse modo, o reconhecimento do sujeito social é garantido a partir do respeito a cada subjetividade, ao passo em todas as vidas importam e devem, por igual direito, serem respeitadas e respaldadas em sua vivência social.

Em linhas gerais ao que foi apresentado, a elaboração de trabalhos como este só é possível pois outras pessoas estiveram à frente de lutas pela democracia e o direito de fala, renegado por tantos anos. Portanto, a história, escrita nesta conjuntura, deve ser lembrada para que a memória social não perca o que levou vidas para ser conquistado, mas reforce a importância em resistir a qualquer forma de dominação, permitindo, assim, que o avanço da sociedade na conquista de direitos para pessoas LGBTQIAP+ seja paulatinamente conquistada.

Para além, ao analisar os discursos daqueles que, hoje, escrevem a história possibilita resguardar o futuro, serão considerados os desafios e acontecimentos vivenciados na atualidade. Dessa forma, o capítulo a seguir abordará os enunciados coletados para esta pesquisa, que se fundamenta em um estudo discursivo crítico, ancorado nas ciências sociais, a fim de embasar as reflexões e sustentar seu desenvolvimento. Pois, o objetivo é compreender como os processos históricos descritos acima se manifestam na contemporaneidade.

5. ANÁLISE DOS ENUNCIADOS

Este capítulo será dividido em seções e analisará os dados obtidos por meio dos enunciados dos atores sociais que participaram do levantamento realizado neste estudo. Na primeira seção, serão apresentadas as experiências de homens LGBTQIAP+ no ambiente escolar de Mato Grosso, destacando as implicações enfrentadas no processo formativo. Na segunda, serão discutidas reflexões sobre as experiências que exemplificam as vivências desses sujeitos no ambiente escolar. Na terceira parte, a análise evidenciará como as questões de gênero e sexualidade eram abordadas nos currículos educacionais e nas interações entre os participantes desse núcleo social.

Na quarta seção, serão apresentadas as evoluções nas ações e percepções em relação à comunidade LGBTQIAP+ nas escolas de Mato Grosso, desde o período em que os participantes eram estudantes até os dias atuais. Na quinta parte da análise, o foco será direcionado às formas de violência, como discriminação ou silenciamento, e às intervenções realizadas pela escola para garantir a segurança dos estudantes. Por fim, na sexta seção, serão realizadas reflexões sobre os modos pelos quais, considerando as mudanças ocorridas ao longo dos anos, as escolas podem contribuir para tornarem-se ambientes educacionais mais inclusivos para pessoas LGBTQIAP+.

Ademais, ainda que as respostas tenham sido selecionadas para serem incorporadas à análise, almeja-se assegurar a inclusão de todos os participantes no estudo. Por isso, a limitação dos excertos foi importante para delimitar a atividade analítica e a proporção do trabalho. Dessa forma, a seleção de cada excerto baseou-se na sua maior proximidade com o tema em análise e na relação estabelecida com o outro excerto escolhido.

5.1 Professora, sou gay? Experiências escolares de homens LGBTQIAP+ no ambiente escolar de Mato Grosso

Ao longo dos anos, a escola estabeleceu diretrizes muito explícitas sobre o controle de gênero e sexualidade, fundamentadas em valores e crenças que se inserem em relações de poder, as quais delinearam as interações entre os atores sociais que compunham esse ambiente. Essas delimitações, conforme aponta Louro

(2010), classificou como "minorias" todos aqueles que romperam com a norma de gênero e sexualidade predominante, relegando-os às margens das preocupações curriculares. Contudo, é necessário que ocorra um paradoxo para fortalecer essas diferenças: embora esses sujeitos sejam marginalizados, eles continuam sendo necessários para a manutenção das assimetrias e o reforço do poder. Ou seja, para que um determinado sujeito seja considerado o ideal da personificação humana, é preciso circunscrever ao seu redor o sujeito abjeto, que serve como um modelo a não ser seguido.

Os primeiros enunciados analisados foram produzidos a partir do questionamento sobre as experiências vivenciadas nas escolas de Mato Grosso, bem como os desafios enfrentados. As respostas revelaram semelhanças em recortes específicos, no qual evidenciou que a escola, no ínterim de cada participante, categorizou os sujeitos de forma binária, classificando-os na lógica "homem" e "mulher". Nessa perspectiva, é importante destacar a assertiva de Louro (2010), ao afirmar que, nas dicotomias de gênero, um dos perfis é considerado natural, correto e aceito, enquanto o outro não. Isso caracteriza, inclusive, uma interseção com gêneros que associam qualquer expressão do "feminino" a algo repressivo em relação ao sujeito oposto e entendido como superior, o homem másculo, heterossexual e cisgênero. Desse modo, é válido ressaltar que a lógica construída nesses moldes não apenas reforça processos excludentes contra a comunidade LGBTQIAP+, como também sustenta uma estrutura machista que subalterniza as mulheres. O grau de representação da discussão acima pode ser observado no excerto a seguir, que apresenta a resposta fornecida pelo participante identificado como Silvero:

"Fui alvo de piadas sobre meu jeito de agir, falavam que eu era gay de maneira pejorativa etc. (e na época me abalava com isso por todo o contexto dado)" (Silvero Pereira, 20 anos).

A afirmação apresentada no excerto ressalta que a maneira de identificação do sujeito ocorre a partir da própria percepção sexual, a qual confere um grau de construção aos processos identitários ordenados, conforme observado por Seffner (2009). Desse modo, ao ser colocado como foco de uma ação — neste caso, de uma piada —, o enunciador apresenta em seu enunciado como a sua sexualidade foi considerada a principal característica de si. No entanto, isso ocorreu por meio de

categorizações pejorativas, que conferem um grau de subalternização e inferiorização.

Em parênteses, Silvero destaca que o contexto escolar tem responsabilidade sobre o sentimento que o abalou. Desse modo, é possível inferir que a circunstância a qual o participante se refere pode ser depreendida como o ambiente escolar e a conjuntura “estudante” que foi rechaçado pelos atos descritos. Para além, Silvero afirma:

“Cheguei a reclamar com uma professora, que perguntou se eu era de fato homossexual, e, ao ser respondida que “não”, disse que eu apenas não deveria me importar com isso já que não era, então não tive apoio da escola (que era também uma instituição religiosa)”
(Silvero Pereira, 20 anos).

Quando a queixa apresentada pelo estudante chega à professora e é devolvida como uma pergunta sobre sua sexualidade, que não era a questão primordial a ser observada, nota-se uma tentativa de relativizar o ocorrido com a provocação que devolve o incômodo ao oprimido, para torná-lo responsável por algo que não o pertence, visto que Silvero negou a homossexualidade, mesmo que sua resposta tenha sido dada como tentativa de proteção à novas retaliações.

Ademais, ao expressar que *“eu apenas não deveria me importar com isso já que eu não era”*, torna-se evidente a maneira como o silenciamento é operado. Nesse modo, a escolha de ocultar o ato de violência com o pronome demonstrativo “isso” revela a escolha lexical da professora em não nomear a violência, na tentativa de amenizar o ocorrido por meio do ato ideológico intitulado, por Thompson (1995), de *Dissimulação*, que é manutenção das relações de dominação por meio da ofuscação do problema.

Outro fator a ser considerado no excerto acima é o discurso expresso pela professora que confere como resolução ao problema a tentativa de que Silvero não devesse se *“importar”*, desconsiderando todos os atravessamentos relatados pelo estudante. Nessa lógica, o termo “homossexual” é expressamente demarcado como um elemento de diferenciação e com teor negativo, no qual o enunciado proferido revela que o discurso só cabe para quem se identifica, sendo assim, um marcador de desigualdade.

Em diálogo com Fairclough (2003), é possível constatar que o discurso não representa a realidade de forma passiva, mas de maneira ativa ao moldar as relações sociais. Dessa forma, ao optar pela escolha de apassivar a situação, o ato da professora revela uma escolha ativa, sustentada por questões que permeiam os processos de dominação escolar e que são revelados a partir das seguintes camadas: a professora não realizou a intervenção necessária para coibir a violência ocorrida e passou a ser um modo/meio para que novas dominações ocorressem.

No entanto, é fulcral destacar que a professora também é parte social, que realiza sua subjetividade em contextos históricos e sociais moldados por ideologias e poder. Nessa linha, ao passo de suas experiências particulares e coletivas, compreende-se que a docente pode não ter tido formação social e acadêmica adequada para abarcar soluções para as especificidades que emergiram, como também, em seu ato, realizou o movimento prescrito por escolhas ideológicas que explicitamente são reveladas nos moldes da heterossexualidade. Por isso, é necessário que pessoas que realizam a docência busquem outras lógicas sociais para que se deseje produzir novos meios para a liberdade, como a de repensar as fronteiras binárias e normativas (Britzman, 1999).

Outrossim, quando Silvero declara a falta de apoio escolar e destaca em parênteses a ligação institucional com a religião, a discussão sobre as dominações expande-se pela junção que ocorre: a escola e a igreja como duas entidades reguladoras que, nesse caso, atuam simultaneamente.

Nesse sentido, em consonância com Louro (2010), infere-se que a ausência de respaldo declarada nos enunciados remonta ao período religioso em que os processos formativos das escolas investiam na educação para a criação do católico exemplar, jovens brancos dos setores dominantes.

No mais, Louro (2010) destaca que embora esse modelo de ensino tenha sido afastado das escolas brasileiras no final do século XVIII, concedendo ao Estado o poder educacional, o ensino do país ainda permanece sob forte influência cristã, como as ações de não considerar necessário discutir os fatores que mantiveram as violências expressas por Silvero.

Dessa forma, a escola descrita por Silvero não assegura a laicidade promulgada pela legislação brasileira, uma vez que os preceitos cristãos exercem forte influência sobre os atores sociais integrados a ela e ao núcleo educacional. Para

além, as escolas que recebem o título de religiosas detêm ainda mais valor de hegemonia a partir da religião, pois são sustentadas pela justificativa de que aquele espaço é ordenado pelas regras da igreja, sobrepostas até mesmo ao Estado.

A religião é elemento abordado também pelo participante Cazuza, que descreve:

“É como se eu não soubesse ou não aceitasse que eu poderia ser gay. Como se eu estivesse esperando a menina certa com a qual eu me casaria na igreja do jeito certo. (Movimento “Eu escolhi esperar”¹⁶ me influenciou bastante)” (Cazuza, 30 anos).

O excerto ressaltado descreve algo muito notório em pessoas LGBTQIAP+ que vivenciaram parte da infância e adolescência integradas aos espaços religiosos: a incerteza das próprias percepções sobre si a partir de marcadores que definem o que pode ser certo ou errado.

Assim, quando afirmado que *“É como se eu não soubesse ou não aceitasse que eu poderia ser gay”*, constata-se no enunciador que a percepção sobre si, naquele momento, não foi desenvolvida plenamente. Isso ocorre, pois, uma das maneiras de controle da heterossexualidade é pôr em questão as sexualidades dissidentes, de modo que o objetivo é provocar o outro como questionável, o abjeto.

Ademais, ressalta-se que o uso do verbo *“poderia”*, flexionado para exprimir hipótese ou desejo, denota a compreensão de que ser “gay” pertence a sua subjetividade, no entanto, essa dimensão não ocorre pela via da descoberta, mas, no momento do pensamento, pela vigia para que não ocorresse.

Outro destaque importante expresso no enunciado de Cazuza é a ideação de uma figura feminina para o papel do casal heterossexual que o resguardasse religiosamente, a partir do matrimônio. Em experiências próprias do pesquisador, as diversas tentativas de aproximação com as meninas ocorreram a partir ideação romântica de encontrar a pessoa ideal, capaz de “curar” o desejo pelo outro, pelo menino. Nisso, a frustração inerente ocorria, pois, a única interação estabelecida era a partir das semelhanças, de amizade que partilhavam dos mesmos gostos culturais, como músicas, vestimentas e esportes.

¹⁶ Projeto de cunho religioso que promulga a atividade sexual pautada na pureza e abstinência entre jovens ou pessoas que não realizaram a união matrimonial. Disponível em: <<https://euescolhiesperar.com/>>. Acesso em: 25/01/205.

Nessa esteira, pensar as diferenciações de gênero que ocorrem na escola é destacar como as atividades executadas são fortemente normatizadas. Ou seja, as experiências e interações ocorrem a partir, e primeiro, das diferenciações de gênero. No entanto, essas diferenciações não estabelecem marcadores subjetivos, ao contrário, regula como deve ser e quem deve ser.

Para muitas pessoas que não se identificam como heterossexuais, a prática de atividades físicas representa um dos primeiros marcadores de diferença no ambiente escolar. Isso ocorre, pois, a divisão dos esportes, com a predominância do vôlei para as meninas e do futsal ou futebol para os meninos, organiza as regras sobre os lugares que os corpos devem ocupar. No entanto, o que ocorre com aqueles que não se enquadram nas performatividades binárias? Surge, então, a intersecção da misoginia com a homofobia como tentativa de oprimi-los. Nessa linha, o participante Ney Mato Grosso afirma:

“Lembro do professor de educação física gritando: que deveria chutar a bola como homem e não como mulherzinha” (Ney Mato grosso, 50 anos).

Para que sujeito representado pelo professor estabeleça a hegemonia do que é masculino, faz-se necessário, antes de tudo, idealizar a figura da masculinidade e, após, inferiorizar todas as outras, para então exercer o poder de controle (Almeida, 1999). No enunciado de Ney Mato Grosso, esse exercício é destacado a partir do substantivo “mulherzinha”, empregado no diminutivo para conferir grau de redução.

O termo “mulherzinha” no excerto em questão pode ser analisado pelas seguintes etapas:

1º: Comparar o sujeito à figura da mulher. Nesse caso, como algo pejorativo.

2º: Utilizar o diminutivo para tornar redutivo perante o sujeito colocado em poder, o homem.

Ademais, no excerto acima, observa-se que a interseção entre a LGBTQIAP+fobia e a misoginia estão fortemente relacionadas, uma vez que a personificação do homem cisgênero e heterossexual representa a máxima expressão de poder. Nesse contexto, todo o "outro", especialmente mulheres e pessoas homossexuais, é subordinado à mesma categoria, frequentemente por associação à fragilidade e à incapacidade de desempenhar determinadas atividades, como “chutar

a bola”. Nessa linha de raciocínio, estabelece-se um diálogo com a afirmativa de Junqueira, 2009, apud Sabino, 2000:

A demonstrações de força, destemor e virilidade que constroem a honra de um homem perante a sociedade ou o grupo em que vive. A falta de um desses itens obviamente coloca em risco a honra masculina, construída em contraposição a determinadas características femininas que um “homem de verdade” jamais deve dar indícios de ter. (Junqueira, 2009, apud Sabino, 2000).

Ao aprofundar a discussão, a partir da análise, é possível averiguar como que a masculinidade, em diversas circunstâncias, atua como um critério regulador da subjetividade dos indivíduos. Nessa perspectiva, é possível compreender a razão pela qual muitos sujeitos LGBTQIAP+ estruturam suas relações afetivas com base em percepções heteronormativas, como a hierarquia entre dominante e dominado, frequentemente associada às posições que performam na relação.

5.2 Quando a violência atravessa a formação educacional

Ao serem silenciadas, as pessoas não apenas são relegadas à exclusão escolar, como também se tornam vulneráveis às diversas formas de violências que se manifestam cotidianamente dentro dos muros da escola. Nessa perspectiva, ao analisar os excertos enunciativos, constata-se que o principal fator que possibilita tais atravessamentos opressivos é a ausência de amparo por parte da instituição escolar. Como destacado a seguir:

“[...] Na Escola embora a diferença sexual e de gênero fosse demarcada, o alto rendimento e as habilidades cognitivas eram privilegiados. De certa forma, as violências escolares eram muito sutis, consigo olhar no passado e resgatar nas memórias as sutilezas, contudo na época, o bom rendimento e o pertencimento de uma das famílias fundadoras das cidades sobressaíam, imputando certo privilégio” (David Miranda, 35 anos).

No excerto de David Miranda, é reforçado o modo como são estabelecidas as relações de poder vigentes a partir das demarcações de gênero. Ao destacar que “o alto rendimento e habilidades cognitivas eram privilegiados”, observa-se como discussão o fator da hierarquia que se estabelece a partir das justificativas que são empregadas às pessoas LGBTQIAP+.

Nesse contexto, um dos aspectos da violência sutil expressa é a necessidade imposta de ser "algo a mais", como se o sujeito pertencesse a uma categoria cronicamente inferior e, por isso, precisasse se destacar para não ocupar apenas o lugar relegado. Dessa forma, são esperados, socialmente, que essas pessoas sejam excelentes alunos, filhos obedientes e amorosos, entre outras exigências que reforçam esse padrão.

Ao correlacionar essa dinâmica com as experiências do próprio analista, remonta-se a forte marca deixada pela proibição do fracasso em sua trajetória social. Nesse cenário, a sexualidade sempre se apresentou como um fator central na definição de sua existência, mas sob a lente heterossexual, que a relegava à condição de dissidente. Por isso, inúmeras tentativas de “ser alguém” tomaram proporções que levaram o pesquisador a ocupar espaços laborais desde muito cedo.

Diante disso, surge a necessidade de compreender o esforço excessivo exercido por pessoas homoafetivas, para sobressair em outras áreas da vida, como no desempenho acadêmico e profissional, de modo a minimizar o peso socialmente atribuído à sua sexualidade. Assim, a conquista de um emprego bem remunerado torna-se um mecanismo de validação e reconhecimento.

Outro fator relevante está relacionado à lógica capitalista, na qual, se no ambiente escolar indivíduos com altas habilidades são constantemente impelidos a demonstrar um desempenho excepcional para, talvez, serem tratados como iguais (Junqueira, 2009, p. 26), na vida adulta, a superação dos preconceitos ocorre frequentemente por meio do poder aquisitivo, da detenção de capital, que inclusive, segrega os próprios indivíduos dentro de uma comunidade.

Como consequência, pessoas LGBTQIAP+, assim como outros grupos minorizados, tendem a assumir uma carga de trabalho maior, o que pode gerar impactos negativos à saúde mental, como a autossabotagem e a sensação de insuficiência. Além disso, os marcadores sociais de classe e raça influenciam diretamente a distribuição de privilégios, o que amplia desigualdades estruturais e reforçam dinâmicas de opressão e exclusão.

Quando abordado a temática da violência, é comum associá-la a atos físicos ou ações concretas e visíveis, como agressões, ofensas e outras formas de manifestação materializada. No entanto, ao considerar a profundidade sistêmica da repressão, muitas formas de opressão se concretizam por meio de processos

excludentes. Desse modo, trata-se de uma violência silenciosa que, justamente por sua sutileza, frequentemente passa despercebida. No excerto a seguir, observa-se como esse fenômeno ocorre:

“Eu sempre tive que enfrentar tudo sozinho porque nunca tive nenhum tipo de suporte seja na escola, em casa, na igreja entre os ambientes que frequentava. Passei por tudo sozinho” (Ney Mato Grosso, 50 anos).

No trecho acima, Ney Matogrosso, um homem de 50 anos, relata a ausência de suporte da escola, da família e de outros espaços sociais, como a igreja, que evidenciam como a recepção da sexualidade, por muitos anos, tornou-se um tema inominável, algo que não podia ser discutido no ambiente familiar ou escolar.

Embora importantes avanços tenham ocorrido para que fosse possível a abordagem dessa temática nas escolas, o cenário ainda é marcado por estigmatizações que dificultam até mesmo o acesso a recursos básicos, como a maneira de lidar com suas próprias emoções, para a compreensão subjetiva da própria performatividade, incluindo a sexualidade.

Nesse sentido, o excerto destacado, que afirma *“passei por tudo sozinho”*, revela não apenas a experiência individual de isolamento, mas também a importância das ações coletivas e do compromisso social de diferentes instâncias. Embora a sexualidade e o gênero sejam aspectos inerentes ao indivíduo, bem como o seu próprio processo emancipatório, é importante reforçar, à luz de Bhaskar (2003), que o meio para a emancipação ocorre de dentro para fora. No entanto, para que essa emancipação ocorra, é essencial a construção de mecanismos e políticas educacionais que possibilitem o resgate da “solidão” vivida por aqueles que enfrentam esses desafios, ao assegurar espaços de acolhimento e reflexão.

“Sim. Como mencionei, no quarto ano do fundamental me lembro que uma professora conversou comigo sobre mas eu ainda era muito novo para entender e tomar alguma iniciativa sozinho. Me lembro que uma professora, no fundamental, já fez chacota de mim com uma outra colega de turma, abaixando a mão, como uma maneira de inferiorizar ao se referir a mim.” (João Nery, 22 anos).

No enunciado de João Nery, a memória descrita traz ao campo reflexivo como as performances de gênero estão expressas desde cedo no ambiente escolar. Ao mencionar “*no quarto ano do fundamental me lembro que uma professora conversou comigo*”, observa-se que a sexualidade já era uma pauta a ser discutida, mas nesse caso, como uma intervenção por parte da professora.

Nesse cenário, no 4º ano do ensino fundamental, destinado a crianças com cerca de nove anos de idade, a responsabilidade da professora foi instrumentalizada para oprimir. Ao aprofundar os efeitos desta ação na formação emocional e social do estudante, observa-se que:

“[...] A cultura política, social, pedagógica que responsabiliza os grupos sociais vítimas das suas desigualdades têm contribuído para inocentar as estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais e até pedagógicas pela produção dos Outros como desiguais” (Arroyo, 2018, p. 9).

Ao descrever a memória “*Me lembro que uma professora, no fundamental, já fez chacota de mim com uma outra colega de turma, abaixando a mão, como uma maneira de inferiorizar ao se referir a mim.*”, o enunciado aborda como a dinâmica descrita por Arroyo (2018) opera. Assim, para que o estudante possa ser posto na categoria de inferioridade e chacota é necessário torná-lo o “culpado” por sua forma de se expressão no mundo, para assim, reprimi-lo na tentativa punitiva de corrigir seu comportamento.

Ademais, o padrão de dominação, subalternização e inferiorização presente em ações como a descrita resulta em concepções e tratamentos que visam “educar” as vítimas dessa classificação de inferiorização, buscando tirá-las da condição de desiguais em valores, saberes e humanidade a partir de um ponto dominante.

5.3 As abordagens educacionais: a importância da atuação de educadores

O espaço educacional é fortemente influenciado pelas dimensões atribuídas às discussões sobre sexualidade e gênero. Mesmo nos dias atuais, a abordagem adotada pelas escolas para tratar do tema ainda é sensível e frequentemente conduz a um desinteresse em fortalecer a importância da discussão por parte da gestão escolar.

Entre os fatores que limitam essas possibilidades, destaca-se a crença sustentada nos aspectos biológicos reprodutivos, como se sexualidade e gênero estivessem apenas restritos a esse parâmetro. Essa lógica está refletida nos resultados observados no espaço escolar, como ilustrado no excerto a seguir:

“Nunca foi abordado de forma respeitosa, as falas dos professores sempre foram pautadas em considerar apenas o “sexo biológico”: “masculino e feminino”.” (Ney Mato Grosso, 50 anos).

No enunciado, Ney Matogrosso introduz o discurso com o destaque sobre o desrespeito no tratamento das temáticas dentro do contexto escolar. A partir dessa observação, é possível inferir que os limites da discussão se restringem, em grande parte, às esferas da disciplina das ciências naturais, como Biologia. Complementarmente, David Miranda também relata a experiencição semelhante:

“Gêneros e Sexualidades sempre apareceram como saúde sexual e reprodutora. O único contexto em que se trabalhava eram nas aulas de ciências e o aparelho reprodutor, abordando prevenção de IST’s, uso de preservativo masculino e prevenção da gravidez.” (David Miranda, 35 anos).

As semelhanças descritas nos dois enunciados direcionam a análise para o campo da reflexão sobre como gêneros e sexualidades são tratados na organização dos conteúdos de ensino. Em muitos contextos educacionais, o campo das ciências da natureza costuma ser privilegiado como detentor de soberania sobre a sexualidade, sobrepondo-se, inclusive, sobre as ciências humanas, devido ao seu caráter quantitativo, categorizado como exato.

Nessa perspectiva, os recortes são feitos com base na lógica de controle e na política dos corpos, regulados a partir da organização de saúde. Contudo, essa lógica exige um cuidado importante, pois, embora se reconheça a relevância de discutir questões de saúde pública, como a “prevenção da gravidez” ou “prevenção de IST’s”, muitas vezes “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (Butler, 2021, p. 37).

Essa lógica foi descrita por Foucault (2020) ao delinear que existem dois tipos de saberes em relação ao sexo: a biologia da reprodução, a partir da norma e de rigor

científico, e a medicina do sexo, baseada em regras influenciadas pela moralidade e ideologias sociais. Embora Foucault (2020) discorra sobre um período passado, as influências desse tempo reverberam no contexto escolar atual.

Assim, a forma como a biologia da reprodução, descrita pelo autor, é utilizada, como mascaramento científico para camuflar aspectos sociais, ainda impacta a maneira como o ensino se estrutura. Nesse sentido, quando o enunciado aponta que as falas dos professores estavam pautadas nos conceitos de “*feminino e masculino*”, evidencia-se a hegemonia que impõe uma compreensão da sexualidade baseada em uma moralidade que reduz a sexualidade ao fator reprodutivo, ao limitá-la estritamente ao âmbito sexual.

Nessa lógica, revelam-se as múltiplas camadas que envolvem a problemática em questão, entre elas a redução das diversidades sexuais ao campo da saúde ou a uma configuração meramente biológica, a qual são desconsiderados outros fatores essenciais ao desenvolvimento humano – elemento importante na formação educação- , como a performatividade, as interações sociais e as maneiras pelas quais são aprendidas e entendidas as próprias formas de ser no mundo, sem que isso seja estritamente mediado pela regulação do sexo.

Dessa forma, os docentes, enquanto sujeitos sociais, também estão imersos nas relações de poder que legitimam determinados comportamentos em detrimento de outros, centralizando a heterossexualidade como norma dominante. Por essa razão, muitos professores acabam por reproduzir, mesmo que de forma indireta ou involuntária, atitudes preconceituosas. Esse cenário é destacado no trecho a seguir:

“Não era nada abordado. Alguns professores eram abertamente homofóbicos.” (João Nery, 22 anos).

Ao afirmar que “*Nada era abordado*”, o enunciador João Nery aponta para uma grave lacuna no campo educacional: a ausência de discussões sobre sexualidade e diversidade, mesmo que de forma transversal ou relacionais com as metodologias de ensino. Essa omissão evidencia dois cenários problemáticos. Por um lado, há docentes que, amparados pela ausência de diálogo institucional, alinham-se ao conforto em manifestar comportamentos abertamente homofóbicos. Por outro lado, mesmo aqueles que buscam abordar a temática enfrentam limitações, muitas vezes

resultantes da falta de formação adequada para tratar o assunto de maneira consistente e pedagógica.

Ademais, ao silenciar as vozes dos estudantes, docentes elaboram formas de controle que fortalecem os discursos contrários aos debates sobre gênero e sexualidade nas escolas. Nesse sentido, Mariano (2016) destaca que a escola é capaz de produzir e transmitir valores e modelos de conduta normatizadoras. Além disso, a autora afirma:

Na interação cotidiana, não é raro educadores assistem passivamente a atitudes de rejeição, menosprezo, chacota ou hostilidade às expressões da sexualidade que divergem da heterossexual. [...] O silenciamento do educador acaba funcionando como uma permissão para que tais desrespeitos e atitudes continuem a ocorrer, levando aqueles que não se enquadram no modelo heteronormativo a se refugiar no segredo e no silêncio (Mariano, 2016).

Nesse sentido, a conjuntura presente reforça a perpetuação do preconceito e da normatividade, cuja raiz pode ser identificada no processo de formação dos cursos de licenciatura. Um caso ilustrativo disso é constatado na formação educacional do pesquisador, que, ao longo de quatro anos, teve acesso à discussão teórica sobre diversidade sexual e de gênero apenas no último semestre, quando se tornou uma disciplina obrigatória. Contudo, essa inclusão apresentou limitações significativas para a formação crítica dos estudantes que, posteriormente, assumiram a atuação como docentes.

Primeiramente, embora a introdução dessa disciplina represente um avanço em um cenário marcado pela ausência de conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero, sua implementação foi realizada de maneira fracionada. Assim, os conteúdos foram ministrados em módulos, compartilhados com outras temáticas igualmente relevantes no contexto educacional, como culturas afro-brasileiras, indígenas e de outros grupos étnico-raciais, estas, por sua vez, já garantidas por força de lei no currículo, como as leis 11.645/2008¹⁷ e 10.639/2003¹⁸. Esse formato condensado dificultou o aprofundamento teórico necessário, o que reduziu a

¹⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10/02/2025

¹⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10/02/2025

abordagem a um cumprimento burocrático de exigências curriculares, em vez de promover uma formação crítica e reflexiva sobre as questões abordadas.

Além disso, é importante destacar que, antes da implementação da disciplina supracitada como obrigatória, os conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero eram majoritariamente ofertados como disciplinas optativas. Desse modo, ocorria a baixa adesão por parte dos estudantes, o que, consequentemente, resultava na ausência da oferta por falta de demanda.

Sendo assim, evidencia-se os desafios enfrentados pelos docentes pela ausência de priorização de temáticas essenciais para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e equitativas, especialmente nas universidades públicas do estado de Mato Grosso. Por isso, embora a obrigatoriedade da disciplina representou um avanço, mudanças estruturais que priorizem o aprofundamento são necessárias para que a regularidade e a abrangência dessas discussões nos currículos das licenciaturas sejam capazes de suprir as demandas latentes no contexto escolar.

5.4 Novas percepções sobre a comunidade LGBTQIAP+ nos dias atuais

Como descrito na análise de conjuntura, no capítulo anterior, as transformações sociais estão profundamente marcadas por lutas que revelam dinâmicas de poder e frequentemente colocam sujeitos em condições de desfavorecimento. Nesse contexto, a resistência de grupos minoritários, como mencionado anteriormente, não é uma batalha concluída, mas um enfrentamento contínuo diante das novas formas de repressão que emergem nas tentativas constantes de controle social. Assim, novos desafios se colocam no contexto de luta da comunidade LGBTQIAP+, como destacado a seguir:

“Acredito que ainda há um grande caminho a trilhar. É notável que cada vez mais alunos estão abertos a viverem suas sexualidades sem escondê-las. Entretanto, nesse contexto de polarização política que vivemos, a forma como o assunto é tratado é sempre envolto em polêmica” (Cazuza, 30 anos).

No excerto acima, ao afirmar que mais estudantes estão “*abertos a viver suas sexualidades sem escondê-las*”, o enunciador evidencia uma importante mudança nas percepções contemporâneas sobre o processo de emancipação do sujeito social: a

possibilidade de vivenciar a própria sexualidade sem recorrer a mecanismos de ocultação ou negação.

Ademais, Cazuza trouxe em seu enunciado a “*polarização política*” como fator que suscita a problemática. Nessa esteira, ao delinear os modos pelos quais a ideologia opera e, ao pensar a bipartição política, recorre-se ao conceito de Fragmentação de Thompson (1995), que afirma:

Uma estratégia típica de construção simbólica é a diferenciação. Isto é, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de construir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. (Thompson 1995, p.87).

Nessa lógica, a sexualidade é o instrumento ideológico utilizado para legitimar o “expurgo do outro” (Thompson, 1995). Em outras palavras, é necessário criar a figura do perigo iminente que convoca um coletivo para expurgá-lo socialmente (Thompson, 1995.) Nesse caso, o inimigo é todo aquele que provoca ameaça ao idealizador da família heterossexual, seja ela estruturada ou não, mas composta pela figura do homem dominante e sustentada pela religião, mesmo em casos em que ocorrem descumprimentos, como a relação extraconjugal que se mantém em muitos matrimônios.

Nessa esteira, a diversidade sexual, seja ela expressa por corpos *queers* ou pelas liberdades de gênero, é materializada como o mau capaz de destruir a estabilidade. Por esse modo, deve ser controlada. Como meio para isso, a política ocupa o cenário de controle e poder, capaz de regular e construir alianças que reforçam a ideia de seguridade e segrega em dois polos, alocando o “outro” como adversário.

Na contramão, como resposta ao processo de fragmentação descrito acima, o coletivo aliado a diversidade sexual e garantia de existência de pessoas LGBTQIAP+ devem unir forças, como descrito no enunciado a seguir:

“Hoje em dia, eu noto que, quanto mais pessoas que valorizam e/ou fazem parte da comunidade LGBTQIAP+ ocupam espaços nas escolas e instituições de ensino, mais são promovidas atividades de inclusão e diversidade e mais visibilidade é dada a essas iniciativas. Um exemplo disso é o fato de que atualmente há muito mais eventos que promovem a inclusão na escola onde estudei no fundamental,

graças a uma professora que é ativa na causa. No ensino médio, isso se deve em grande parte à coordenadora que trabalhava na época, pois ela fazia parte da comunidade LGBTQIAP+.” (Silvero Pereira, 20 anos)

O enunciado expresso por Silveiro reforça a discussão apresentada nos capítulos anteriores ao destacar a importante necessidade de representações em instituições de ensino, e em instituições públicas, capazes de fomentar iniciativas voltadas à inclusão e diversidade. Para isso, os sujeitos precisam alinhar-se a partir de pautas que revoguem instrumentos opressivos.

É válido postular que pessoas LGBTQIAP+ sempre estiveram presentes nos espaços escolares, na ocupação de diversas funções da gestão escolar. Todavia, os modos opressivos também delimitam a atuação do docente, que, em muitos momentos, encontra-se em condições de vulnerabilidade dada a cadeia de dominação baseada em poder, seja por não ocupar o cargo de docente efetivo ou por pertencer à rede privada de ensino.

Logo, essas barreiras alocam o sujeito ao papel atuante para a perpetuação opressiva, ao consentir com o silenciamento para garantir a segurança básica no trabalho. Desse modo, a análise sobre essas pessoas requer um olhar mais cuidadoso, visto que há outros fatores que atravessam os limites do seu exercício docente.

No mais, ao afirmar que a docente abordava a temática “pois ela fazia parte da comunidade LGBTQIAP+”, Silvero destaca, em seu discurso, a importância da visibilidade expressa no cotidiano escolar. Tais espaços podem, assim, fortalecer a promoção subjetiva dos envolvidos no processo formativo, ao passo que pertencer à comunidade LGBTQIAP+ também se configura como um lugar de possibilidades para pessoas que ocupam cargos na educação, indo além dos espaços marginalizados que estigmatizam a existência desses corpos.

Nesse sentido, no estado de Mato Grosso, coletivos sociais com pautas LGBTQIAP+ lutam pela criação de núcleos de inclusão, para que, além da promoção à equidade, as pessoas possam ser assistidas legalmente, como no âmbito da saúde, com a implementação de ambulatórios para pessoas trans e travestis. Para além, ao enunciar que “*atualmente há muito mais eventos que promovem a inclusão*” é possível inferir que melhorias tem ocorrido a partir das lutas trilhadas ao longo dos anos.

5.5 Mudanças possíveis: quais práticas podem ser aplicadas para a promoção de equidade à comunidade LGBTQIAP+ no estado de Mato Grosso?

As memórias, até o presente momento, resgatam as experiências vividas pelos sujeitos que integraram este estudo. Como caminho para as considerações finais, observa-se, neste subcapítulo, os meios, a partir dos enunciados, que possam possibilitar mudanças no cenário educacional.

Para que este estudo se configure como um atravessamento dos sujeitos que o compõem, sejam eles o pesquisador ou os participantes, serão apresentadas, a seguir, reflexões críticas fundamentadas nos discursos dos próprios participantes, com o objetivo de elaborar os resultados a partir do olhar daqueles que integram esta pesquisa. Dentre os desafios encontrados ao longo da trajetória de cada participante, destaca-se as seguintes sugestões interventivas para melhorias:

“[...] Acho que uma medida de inclusão é a própria formação dos professores e também da equipe gestora sobre gênero e sexualidade. Além disso, tratar temas como inclusão e o significado de ser uma pessoa LGBT com os alunos é uma boa opção.” (João Nery, 22 anos).

O enunciado de João Nery ao expressar a necessidade de “*medidas de inclusão e a própria formação de professores*” reforça a urgência de serem repensados as grades curriculares dos cursos de licenciatura. Nesse sentido espaço escolar, professores desempenham um papel primordial, ao lidar cotidianamente com especificidades que envolvem a sala de aula. Para que seja possível a atuação profissional a partir dessas circunstâncias, a formação precisa estar diretamente alinhada com as diversidades envoltas neste cenário.

Nessa esteira, o estudo realizado por Beltrão (2019) destacou os desafios enfrentados por professores no que diz respeito à formação continuada sobre diversidade sexual, ao reforçar as lacunas no incentivo e fomento para realização desses estudos. Seguindo a lógica abordada, enquanto educador, o pesquisador compreende os desafios limitantes para a formação continuada, visto que não há incentivos monetários necessários ou, em alguns casos, afastamento.

Por exemplo, no cenário de atuação, as possibilidades de formação são determinadas a partir de fatores que envolvem recursos financeiros para subsidiar o afastamento para o estudo, incentivo formativo por parte dos órgãos governamentais

de educação e diretrizes que regulamentem o direito à formação a partir de temas transversais, que, embora desconsiderados por muitos, estão presentes no espaço escolar e envolvem o processo de aprendizado, bem como a formação social e intelectual dos estudantes.

Em diálogo com hooks (2020), sob as influências teóricas de Paulo Freire, destaca-se a necessidade de reconhecimento que o professor precisa ter sobre si como um ser inacabado, que deve estar em constante aprendizado. No mais, a sala de aula não se transforma se o professor não estiver disposto a admitir que 'ensinar sem preconceitos exige que a maioria de nós reaprenda, que voltemos a ser estudantes' (hooks, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas conclusivas, afirma-se que a realização deste estudo surge a partir das memórias e narrativas também do autor, que, ao longo dos anos, reelabora sua própria existência frente às diferentes formas de ser, tanto como estudante quanto professor. A partir da hipótese que sustentou este trabalho, cujo principal objetivo é evidenciar a urgência de construir – no sentido de edificar – uma escola distinta daquela vivenciada tanto pelo pesquisador quanto pelos participantes da pesquisa, buscou-se, então, refletir sobre essa transformação.

Nesse sentido, a pesquisa também se configurou como um processo de aprimoramento do sujeito profissional, pois o exercício docente está sempre envolto do constante aperfeiçoamento da prática pedagógica, seja em sala de aula ou na formação continuada. Por isso, as conclusões obtidas ao longo deste trabalho reforçam a ideia de que é pela educação que o sujeito pode se emancipar socialmente, o que, de fato, também aconteceu com o autor deste estudo.

Outrossim, durante a escrita, novas percepções em detrimento de práticas pedagógicas surgiram, o que ocupou o espaço sobre reafirmações que, por muitos anos, foi negado a tantas pessoas dissidentes da norma heterossexual. Assim, a pesquisa deve ser entendida também como um ato emancipatório para o próprio pesquisador, que, hoje, escreve e é lido, apresentando o que, por muitos anos, foi silenciado.

Ademais, embora, em muitos momentos, a elaboração da dissertação tenha se apresentado como uma jornada solitária, foi através da interação, sociabilidade e discussões com outras pessoas que se tornou possível alcançar os objetivos estabelecidos. Assim, as relações dialogais mostraram-se fulcrais para a horizontalidade de um estudo crítico, no qual ideias e crenças foram desconstruídas para dar lugar a uma nova perspectiva formadora do sujeito pesquisador, professor e ser social, que cumpre sua existência para além do próprio "eu".

A escolha de analisar enunciados de pessoas LGBTQIAP+, especificamente de sujeitos masculinos, decorre das especificidades que aproximam o pesquisador do estudo. Sendo assim, para que fosse possível uma atividade analítica que ultrapassasse qualquer neutralidade científica, buscou-se identificar semelhanças que também se alinhassem ao recorte pretendido, ao evitar, assim, a produção de uma

pesquisa que tratasse de um tema tão importante de maneira distante, como algo externo e “objeto” de estudo.

Em destaque, vale ressaltar que pesquisas que não apresentam essas semelhanças entre o pesquisador e o objeto de estudo também podem ser críticas e responsáveis na abordagem da temática investigada. Todavia, o objetivo apresentado neste estudo parte de uma perspectiva que propõe essa relação.

Além disso, o cuidado na escolha dos participantes foi um fator crucial, pois, para garantir a devida atenção e cuidado durante o compartilhamento das memórias por meio dos enunciados, optou-se por selecionar pessoas que possuíam alguma proximidade com o pesquisador, mesmo que indireta. Isso visou proporcionar maior confiabilidade e conforto para que eles se sentissem à vontade para expressar os excertos analisados. Cabe destacar que embora tenha tido as especificidades acima, todo o rigor ético foi mantido, sem que houvesse qualquer interferência ou manipulação das respostas.

Ademais, no decorrer da pesquisa, foi realizada uma revisão teórica que constatou a escola como um espaço dinâmico de negociações identitárias, que está permeado de subjetividades dos atores sociais que nele interagem. Essas subjetividades, por sua vez, são constantemente tensionadas por discursos normativos que favorecem a sexualidade heterossexual como base para as outras.

Nessa esteira, o estudo revelou que a escola deve desempenhar o papel importante de reforçar e assegurar os direitos de pessoas LGBTQIAP+ e garantir que o espaço escolar seja o local possível para elas. Contudo, como destaca Junqueira (2009):

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, autoaversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (Junqueira, 2009, p.15).

Desse modo, ainda que muitos estudos sobre gênero e sexualidade fortaleçam o cenário acadêmico e científico, o espaço escolar continua a perpetuar estruturas de repressão sobre sujeitos LGBTQIAP+. Além disso, o contexto de resistência persiste,

dado o fortalecimento da onda conservadora que constantemente ocupa discussões que delimitam políticas sobre as vidas, e influencia a cultura e a população, produzindo ideações violentas sobre sexualidades e gêneros.

Para além das reflexões teóricas apresentadas no trabalho, a pesquisa também apresentou os avanços políticos que asseguraram direitos a pessoas LGBTQIAP+. Nesse contexto, de 1980 aos dias atuais, novas reformulações e movimentos ganharam força para que, inclusive, fosse possível a escrita deste trabalho. Contudo, é importante reforçar que embora alcançados, os direitos não estão em bases solidas e, constantemente, são alvos de perseguições, principalmente por líderes políticos alinhados aos movimentos conservadores e religiosos.

Atualmente, outro fator que ameaça os direitos civis e sociais da sociedade como um todo, mas, especificamente, os de pessoas LGBTQIAP+ são as políticas globais interligadas diretamente aos espaços digitais, como as redes sociais.

No contexto digital, novas reformulações feitas por grandes empresas responsáveis pelas principais redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* e *X*, alinham-se à perspectiva adotada por setores liberais que defendem a “liberdade de expressão”. No entanto, observa-se que muitas opiniões vinculadas a esses discursos estão diretamente associadas a crimes de ódio, veiculados por meio de linguagens multimodais, que se reproduzem em cadeia e alcançam milhares de pessoas por meio dos algoritmos.

Dessa forma, a flexibilização do controle sobre determinados termos abre espaço para a disseminação de discursos de ódio, o que contribui diretamente para a retaliação contra determinados grupos sociais. A exemplo, a patologização da homossexualidade.

Sendo assim, para o encerramento deste estudo, busca-se apresentar novas etapas decorrentes da pesquisa realizada, em vez de defini-la em conclusões finais. Essa escolha se justifica pelo caráter cíclico da Análise Crítica do Discurso (ACD), uma vez que este trabalho pode servir como ponto de partida para investigações futuras para aprofundamento ou expansão dos temas aqui discutidos. Ademais, como proposta para a sexta etapa do estágio em ACD, pretende-se divulgar, por meio de novos questionamentos, os seguintes encaminhamentos:

Os desafios enfrentados quando a religião se sobrepõe à legislação educacional nas escolas.

Esse encaminhamento apresentou-se uma vez que foi observado como que, em alinhamento com setores liberais, a religião tem sido utilizada como elementar para o interesse de determinados grupos. Nessa configuração, muitos espaços, em específico a escola, torna-se um campo de conflito, uma vez que a legislação é sobreposta por afirmativas embasadas em perspectivas religiosas, mais especificamente cristãs.

Em consonância com a legislação, a discussão pode partir das legislações que garantam o estado laico, na qual o direito e expressão religiosa está garantida, desde que não esteja sobreposta às outras ou a lei.

Novas perspectivas discursivas sobre os sujeitos LGBTQIAP+ e as formas de repressão a partir das redes sociais.

Ao pensar em discursos, os meios digitais são um campo fértil para novas possibilidades de estudos críticos a partir de enunciados. Em específico, como supracitado, as redes sociais têm sido cenário para expressões de grupos que discursam abertamente contra sujeitos minorizados.

Essas ações discursivas de repressão estão diretamente ligadas ao funcionamento de algoritmo que flexibilizam essas ações. Por isso, cabe analisar quais implicações decorrerem dessa conjuntura. Em específico, como isso afeta a comunidade LGBTQIAP+, sendo um dos grupos com um grande índice de violência sofrida no campo de sociabilidade digital.

Desse modo, as novas reflexões apresentadas surgem a partir da compreensão de que novas hegemonias formulam novas tecnologias de opressão sobre os sujeitos. Nesse sentido, estudos que se debruçam sobre essas novas lentes de opressão servirão para conter o avanço opressivo de frentes que lideram as políticas conservadoras que geram opressão social sobre pessoas LGBTQIAP+.

Portanto, é fundamental que todo trabalho desenvolvido nas esferas acadêmicas e sociais siga o princípio proposto por Paulo Freire: "esperançar". Dessa forma, os estudos não podem ser baseados em pautas desprovidas de ações concretas e de esperança, pois é imprescindível acreditar na emancipação social para que a justiça, a democracia e o direito à equidade sejam garantidos às camadas historicamente marginalizadas pelo poder, em especial a população LGBTQIAP+. Somente assim, a sociedade poderá alcançar o que está previsto na Carta Magna.

Por fim, este trabalho defende novas possibilidades para a ciência social. Assim como quem escreve parte de um percurso já trilhado por pesquisadores que construíram este caminho, este estudo busca elaborar novos meios para que outros possam surgir. Dessa forma, o que se nomeia como utopia, nesse caso a equidade de gênero e sexualidade, possa, enfim, amparar aqueles que por muitos anos foram colocados à margem da sociedade e submetidos à violência social. Que a escola, por sua vez, ocupe o lugar transformador que, primordialmente, deve assumir.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

ALEXANDRE, B. P.; **SALGADO, Raquel Gonçalves**. Memórias de infância na escola pelo avesso do tracejado das normativas de gênero, sexualidade e desenvolvimento. *SÉRIE-ESTUDOS*, v. 24, p. 31-47, 2019.

ALMEIDA, Miguel Vale. **Senhores de si**: uma representação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1999.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Paz & Terra, 2022.

ARAGUSUKU, H. A.; LOPES, Moisés. Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: Uma década de avanços e retrocessos (2007-2017). **Sexualidad, Salud Y Sociedad**. Rio De Janeiro, p. 147-171, 2018.

ARROYO, M. G. REAFIRMAÇÃO DAS LUTAS PELA EDUCAÇÃO EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL? **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 1098–1117, out. 2018.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e Democracia. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 2019. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38830. Acesso em: 19 dez. 2024.

BANDEIRA, A. M. **A teoria Queer em uma perspectiva brasileira**. Revista Arqueologia Pública, v. 13, n. 1[22], p. 34–53, 2019.

BARROS, S. M. **Realismo crítico e emancipação humana**: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. Campinas: Editora Pontes, 2015.

BELTRÃO, M. E. **Políticas educacionais para gênero e sexualidade em Mato Grosso: um estudo crítico do discurso**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, ed. 2, p. 548-559, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 1 set. 2024.

_____. *Queer o quê? Ativismo e estudos transviados*. In: **Dossiê Teoria Queer: o gênero sexual em discussão**. Revista Cult, ano 17, n. 193, p. 43-46, 2014.

BHASKAR, R. **Critical realism. Essential readings**. In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. (Ed.), Centre For Critical Realism. London: Routledge, 1998.

_____. **The possibility of naturalism**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

_____. **From Science to Emancipation: Alienation and the Actuality of Enlightenment**. London: Routledge, 2003.

BRANDÃO, Álvaro José Antunes. **ACD e questão agrária: práticas discursivas jurídicas nas disputas fundiárias em Mato Grosso**. 2023. 78 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - UFMT, Cuiabá, 2023.

BRANDÃO, Álvaro Antunes; BELTRÃO, Márcio Evaristo. Análise crítica do discurso: alguns conceitos da teoria de Norman Fairclough. In: COUTELO DE MORAES, Antonio Henrique; BELTRÃO, Márcio Evaristo. **Discurso, crítica e (auto)emancipação: uma homenagem à professora Solange Barros**. 1. ed. São Paulo: Mentis Abertas, 2023. cap. 01, p. 7-24

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília. Ministério da Saúde, 2004.

BRITZMAN, Deborah. **Curiosidade, sexualidade e currículo**. In: LOURO, G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity. Rethinking critical Discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. ; LINCOLN, Y. S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

EGIDO, Alex Alves. **A–Z de metodologia em pesquisa: estudos qualitativos, linguísticos e educacionais**. São Luís - MA: Editora da UFMA, 2024. 193 p.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.

_____. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. 1st. ed. London: Routledge, 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da sexualidade: a vontade do saber**. 11. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Coordenação de Uwe Flick. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2004.

GAGNON, J.; SIMON, W. **Sexual conduct**. Londres: Hutchinson, 1973.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALLIDAY, M. A. K. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, B. (ed.). **Class, codes and control**. London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

HEILBORN, Maria Luiza. **Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade.** Cadernos Cepia, v. 5, p. 73-92, 2002.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes. 2017. 283p.

IRINEU, B. A. **Narrativas da (In)Diferença: um estudo sobre as políticas públicas de segurança pública no combate a homofobia em Mato Grosso.** Monografia de especialização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFMT, 2008.

JUNQUEIRA, R. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LEMEBEL, P. **Poco hombre: escritos de uma bicha terceiro-mundista.** São Paulo: Schwarcz - Companhia das Letras, 2023.

LOPES, Moisés; AMARAL DA SILVA, Jéssica Caroline. “De chapa e cruz”, “paus rodados” aqui “tem de um tudo”: Da movimentação de homossexuais ao movimento LGBT de Cuiabá e do Mato Grosso. **ACENO**, Cuiabá, v. 2, n. 4, p. 41-54, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/3607>. Acesso em: 7 jan. 2025.

LOPES, Moisés; SILVA, Marcos Aurélio. Da sociabilidade à Militância: histórias das movimentações e dos movimentos LGBTs em Cuiabá e no Mato Grosso. In: Paulo Souto Maior; Renan Quinalha. (Org.). **Novas Fronteiras das Histórias LGBTI+ no Brasil.** 1ed. São Paulo: Elefante, 2023, v. 1, p. 241-256.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação.** Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2010.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. Cap. 1. p. 9-42.

LUGONES, María. **Hacia un feminismo descolonial.** La manzana de la discordia, v. 6, n. 2, p. 105-119, 2011.

MAGALHÃES, Izabel. **Introdução: a análise de discurso crítica.** D.E.L.T.A., v. 21, n. Esp., São Paulo: EDUC, 2005.

MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. Gênero e sexualidade no cotidiano escolar. In: SALGADO, R. G.; MARIANO, C. L. S.; SOUZA, L. L.. (Org.). **Gênero, sexualidade, diversidade e educação**. 1ed.Cuiabá: EdUFMT, 2016, v., p. 85-100.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise Crítica do Discurso**: modelo de análise linguística e intervenção social. Estudos Linguísticos , São Paulo, ed. 40, p. 1335-1346, 2011. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1257/807>. Acesso em: 10 set. 2024

MOITA LOPES, L. P. **Identidades Fragmentadas**. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP, Mercado de Letras, 2002.

PEREIRA, Jussivania de Carvalho Vieira Batista. **Políticas educacionais para adolescentes em situação de vulnerabilidade social**: um estudo alicerçado na análise crítica do discurso. 2022. 263 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2022.

PRECIADO, P. **Multitudes queer**: notes por une politique des anormaux. Multitudes, v. 2, n. 12, p. 17-25, 2005.

_____. **Um apartamento em Urano**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2020.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). São Paulo: USP. 2017. Tese.

_____. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. 197 p.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

RESENDE, Viviane de Melo. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, Viviane de Melo. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2019. cap. 1, p. 19-46.

RESENDE, Viviane. **Literatura de cordel no Brasil: o discurso sobre a infância nas ruas**. Brasília: UnB. 2005. Dissertação (Mestrado em linguística).

RUBIN, G. **Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade**. (Mimeo). Texto original: Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. Culture, Society and Sexuality, 2006, Routledge, 1st edition.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1. ed. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2012.

SILVA, Arivan S.. **Sobre Educação e Democracia**: Representações, Identidades e Ideologia. 2024. 347 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - UFMT, Cuiabá, 2024.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, 1995.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília. MEC, 2009. p. 125-139.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Parte I. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010. p. 23-60.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAN DIJK, T. Prólogo. In: BERARDI, L. (org.). **Análisis Crítico del Discurso**: perspectivas latinoamericanas. Santiago del Chile. Editora Frasis, 2003.

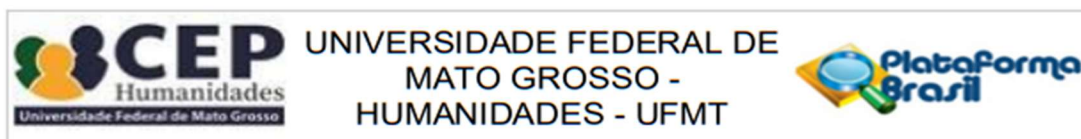
VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais: In: PEDRO, E.R. (Org) **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolitical e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

VIANNA, C. **O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios**. Educ. Pesqui. São Paulo: Ahead of print, 2015.

VIEIRA, J. A; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L; SATO, D. T. B; MELO, I. F. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS (CEP/Humanidades)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS E NARRATIVAS LGBTQIAP+: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS PROCESSOS DE SILENCIAMENTO NO PERÍODO ESCOLAR

Pesquisador: JOAO VITOR DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74923423.1.0000.5690

Instituição Proponente: Instituto de Linguagem UFMT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.656.758

Apresentação do Projeto:

Segundo o pesquisador:

Resumo: "Compreender as dinâmicas sociais de dominação que levaram ao silenciamento dos homens LGBTQIAP+ nas escolas do Estado de Mato Grosso, Brasil, é o principal objetivo deste trabalho. Utilizando a Análise Crítica do Discurso (ACD) como base teórica e metodológica, o estudo pretende abordar as contradições vivenciadas pela comunidade LGBTQIAP+ diante de desafios específicos que influenciam suas experiências sociais e

subjetivas. A pesquisa buscará considerar a ampla diversidade dentro dessa comunidade por meio da escolha dos seus participantes, incluindo homens de identidades queer, intersexuais, assexuais e pansexuais. Pretende-se traçar um panorama histórico, destacando a década de 1980 como marco importante da luta por direitos e do enfrentamento de estigmas. Almeja-se comparar os períodos históricos para evidenciar a evolução

das formas de agressão e violação de direitos, agora manifestadas também nas redes sociais. Para isso, este estudo tem como objetivo geral investigar as dinâmicas sociais de silenciamento e suas consequências nas experiências educacionais dos homens LGBTQIAP+ nas escolas do Mato Grosso, buscando compreender as relações de poder presentes na interação entre discurso e práticas sociais. Palavras-chave: LGBTQIAP+, Análise Crítica do Discurso, Escola".

Metodologia Proposta: "Métodos de coleta de dados Neste estudo, a abordagem escolhida será o

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367

Bairro: BOA ESPERANCA

CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8935

E-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br

formulário realizado em ambiente virtual que será conduzido por meio de questionários através do Google Forms, acessível pelo link: <https://forms.gle/qH4DZAZdVGWWbk8X6>. Desse modo, todos os protocolos necessários serão rigorosamente seguidos para assegurar o sigilo e a integridade dos participantes, em conformidade com as normas fundamentais do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP). Os enunciados serão coletados pelo pesquisador após o contato inicial, que ocorrerá por meio de plataformas de comunicação digital, tais como WhatsApp e Instagram. Após a primeira interação, visando discutir disponibilidade e interesse. Com o

intuito de documentar tanto o envio quanto o recebimento do mencionado formulário, o pesquisador procederá ao envio do formulário por e-mail, contendo só um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta. As resoluções das normativas CNS 466/12 e 510/16 não restringem exclusivamente a obtenção de uma assinatura física no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (CLE), mas, ao invés disso, abrem espaço para a viabilidade de obter consentimento por meio de gravações audiovisuais para casos específicos ou por meio de formulários digitais. Neste estudo, o consentimento será expresso digitalmente por meio do mesmo formulário online que irá dispor as perguntas, do Google Forms, ao selecionar a alternativa "Aceito". Para além, salienta-se que o participante de pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento."

Metodologia de Análise de Dados: "Análise interpretativa com base na análise crítica do discurso"

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o pesquisador,

Objetivo Primário: "Investigar as dinâmicas sociais de dominação que resultaram no silenciamento de homens LGBTQIAP+ nas escolas do Estado do Mato Grosso, por meio de uma análise dos enunciados dos atores sociais que foram envolvidos nesses espaços durante a adolescência, bem como investigar as consequências resultantes dessas experiências educacionais".

Objetivo Secundário: "Compreender os processos históricos de silenciamento da população LGBTQIAP+ no Mato Grosso; • Evidenciar as relações e diferenças nos processos de construção subjetiva de homens LGBTQIAP+ ao longo dos anos e como os processos históricos replicados na escola influenciaram estes; • Analisar os enunciados provenientes de homens LGBTQIAP+ com o propósito de compreender as formas nas quais têm ocorrido, ao longo dos anos, o fenômeno de silenciamento, através da Interdiscursividade do significado representacional do discurso".

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367		CEP: 78.060-900
Bairro: BOA ESPERANCA		
UF: MT	Município: CUIABA	
Telefone: (65)3615-8935	E-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br	

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o pesquisador,

Riscos: "CONFORME AS REGULAMENTAÇÕES DA CONEP (RESOLUÇÃO 466/2012 E RESOLUÇÃO 510/2016), É IMPORTANTE SALIENTAR QUE TODA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS PODE APRESENTAR RISCOS EM DIFERENTES GRAUS - MÍNIMO, BAIXO, MODERADO OU ELEVADO. NESTE ESTUDO, AVALIAMOS QUE OS RISCOS RELACIONADOS À SUA PARTICIPAÇÃO SERÃO DE NÍVEL MÍNIMO, SEM QUALQUER RISCO FÍSICO OU MATERIAL, MAS COM POSSÍVEIS DESCONFORTOS EMOCIONAIS, COMO CANSAÇO AO RESPONDER AS PERGUNTAS, FADIGA AO PRECISAR REVISITAR MEMÓRIAS POSITIVAS OU NEGATIVAS E/OU TRISTEZA AO RECORDAR UM FATO VIVIDO. ESSES SÃO POSSÍVEIS SENTIMENTOS QUE PODERÃO OCORRER. CONTUDO, A SUBJETIVIDADE DE CADA PARTICIPANTE É ÚNICA, SENDO ESTA UMA ESTIMATIVA, MAS NÃO UMA CERTEZA SOBRE A SUA EXPERIÊNCIA. POR ISSO, REFORÇA-SE, NOVAMENTE, QUE VOCÊ ESTÁ GARANTIDO EM: a) NÃO RESPONDER AS QUESTÕES;b) DESISTIR A QUALQUER MOMENTO;c) REALIZAR PAUSAS;d)

RESPONDER NO SEU TEMPO E DA FORMA QUE PREFERIR. ALÉM DISSO, É ESSENCIAL PONDERAR OS RISCOS INERENTES AO AMBIENTE VIRTUAL, COMO O USO DE MEIOS ELETRÔNICOS OU A CONDUÇÃO DE ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS, DEVIDO ÀS RESTRIÇÕES DAS TECNOLOGIAS EMPREGADAS. É IMPORTANTE SALIENTAR QUE OS PESQUISADORES PODEM ENFRENTAR LIMITAÇÕES PARA GARANTIR TOTAL CONFIDENCIALIDADE E, DEVIDO ÀS PRÁTICAS ON-LINE, EXISTE A POSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO DE DADOS. NESTE CASO, É GARANTIDO A VOCÊ O DIREITO A COMPENSAÇÃO OU INDENIZAÇÃO NO CASO DE EVENTUAIS DANOS DECORRENTES DA PESQUISA. PARA PROTEGER A CONFIDENCIALIDADE E O SIGILO DOS DADOS COLETADOS, BEM COMO EVITAR QUALQUER DANO DECORRENTE DE VAZAMENTO OU ADULTERAÇÃO, UTILIZAREMOS UMA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO EXCLUSIVA PARA ESSE FIM. TODAS AS INFORMAÇÕES SERÃO CUIDADOSAMENTE ARQUIVADAS EM PASTAS PROTEGIDAS, TANTO NO DISPOSITIVO DE EDIÇÃO DO RELATÓRIO QUANTO NA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO"

Benefícios: "NO TOCANTE AOS BENEFÍCIOS PROVIDOS POR ESTE ESTUDO, ESTA PESQUISA NÃO OFERTARÁ BENEFÍCIOS DIRETO A VOCÊ, MAS FUTUROS BENEFÍCIOS A SOCIEDADE, E INDIRETAMENTE A VOCÊ, UMA VEZ QUE ESTE ESTUDO TEM COMO OBJETIVO CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES QUE PROMOVAM REFLEXÕES QUE VALORIZEM A SUBJETIVIDADE DOS ESTUDANTES.APÓS A CONCLUSÃO DA PESQUISA, ALMEJA-SE QUE OS RESULTADOS OBTIDOS PERMITAM AOS PARTICIPANTES OBSERVAR AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367

Bairro: BOA ESPERANCA

CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8935

E-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br

Continuação do Parecer: 6.656.758

ALÉM DISSO, PRETENDE-SE QUE MATERIAL OBTIDO COMO OBRA FINAL DESTE ESTUDO SIRVA COMO BASE PARA REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE OS IMPACTOS DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS EM PESSOAS LGBTQIAP+, AFIM DE PENSAR DIÁLOGOS SOBRE AS"

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Formulário de Informações Básicas do Projeto (arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2196838.pdf)
- Carta-resposta (arquivo CARTA_RESPOSTA.docx)
- Folha de rosto (arquivo olha_de_rosto_e_portaria.pdf)
- Termo de Compromisso do pesquisador (arquivo Termo_de_Compromisso_do_Pesquisador.pdf)
- Autorização/anuência institucional (arquivo DECLARACAO_DE_DISPENSA_DE_ANUENCIA_INSTITUCIONAL.pdf)
- Termo de Compromisso de Uso de Dados (arquivo MODELO_TERMO_DE_COMPROMISSO_USO_DE_DADOS.pdf)
- '- Modelo dos instrumentos de coleta de dados (arquivo INSTRUMENTO_DA_COLETA_DE_DADOS.pdf)
- '- Modelo da Forma de Registro do Consentimento Livre e Esclarecido (arquivo CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_CORRIGIDO.docx)

Recomendações:

Recomenda-se para a versão final na da Forma de Registro do Consentimento Livre e Esclarecido:

- Inserir o nº do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE nº 74923423.1.0000.5690), gerado pela CONEP.
- Inserir os dados do CEP/Humanidades/UFMT: Coordenadora: Rosângela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro. Endereço: Andar Térreo – sala 102 – Instituto de Educação – Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br WhatsApp: (65) 98122 1192. Horário de funcionamento: das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas.:

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367		
Bairro: BOA ESPERANÇA		CEP: 78.060-900
UF: MT	Município: CUIABA	
Telefone: (65)3615-8935	E-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br	

Continuação do Parecer: 6.656.758

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Propõem-se a aprovação do protocolo de pesquisa em relação a análise ética, desde que as recomendações a serem inseridas da Forma de Registro do Consentimento Livre e Esclarecido sejam atendidas pela pesquisadora.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerando as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do CNS, e, uma vez que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

Conforme as Resoluções 466/12 e 510/2016, é atribuição do CEP acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente a pesquisa. Ressaltamos as seguintes atribuições do pesquisador: Desenvolver o projeto conforme delineado; Elaborar e apresentar os relatórios semestrais (parciais) e final até 60 dias após o seu término (como notificação); Apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda responsabilidade, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto. Justificar fundamentadamente, perante o CEP, qualquer modificação (emenda) ou interrupção do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2196838.pdf	01/02/2024 17:20:00		Aceito
Outros	JUSTIFICATIVA_DE_ATRASO_NO_ENVIO_DO_PROJETOassinado.pdf	01/02/2024 17:19:12	JOAO VITOR DA SILVA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2196838.pdf	01/02/2024 16:46:26		Recusado
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	29/11/2023 10:34:54	JOAO VITOR DA SILVA	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	29/11/2023 10:34:54	JOAO VITOR DA SILVA	Recusado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_CORRIGIDO.docx	29/11/2023 10:29:19	JOAO VITOR DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_CORRIGIDO.docx	29/11/2023 10:29:19	JOAO VITOR DA SILVA	Recusado

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367

Bairro: BOA ESPERANCA

CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8935

E-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br

Continuação do Parecer: 6.656.758

Ausência	CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO_CORRIGIDO.docx	29/11/2023 10:29:19	JOAO VITOR DA SILVA	Recusado
Outros	INSTRUMENTO_DA_COLETA_DE_DADOS.pdf	13/10/2023 11:49:53	JOAO VITOR DA SILVA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DA_COLETA_DE_DADOS.pdf	13/10/2023 11:49:53	JOAO VITOR DA SILVA	Recusado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Joao.docx	13/10/2023 11:49:05	JOAO VITOR DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Joao.docx	13/10/2023 11:49:05	JOAO VITOR DA SILVA	Recusado
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_do_Pesquisador.pdf	13/10/2023 11:47:49	JOAO VITOR DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_Compromisso_do_Pesquisador.pdf	13/10/2023 11:47:49	JOAO VITOR DA SILVA	Recusado
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_DE_DISPENSA_DE_A_NUENCIA_INSTITUCIONAL.pdf	13/10/2023 11:44:46	JOAO VITOR DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_DE_DISPENSA_DE_A_NUENCIA_INSTITUCIONAL.pdf	13/10/2023 11:44:46	JOAO VITOR DA SILVA	Recusado
Outros	MODELO_TERMO_DE_COMPROMISSO_USO_DE_DADOS.pdf	13/10/2023 10:56:14	JOAO VITOR DA SILVA	Aceito
Outros	MODELO_TERMO_DE_COMPROMISSO_USO_DE_DADOS.pdf	13/10/2023 10:56:14	JOAO VITOR DA SILVA	Recusado
Folha de Rosto	folha_de_rosto_e_portaria.pdf	13/10/2023 10:53:58	JOAO VITOR DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_e_portaria.pdf	13/10/2023 10:53:58	JOAO VITOR DA SILVA	Recusado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CUIABA, 19 de Fevereiro de 2024

Assinado por:
Rosângela Ribeiro
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Fernando Correa da Costa, 2367

Bairro: BOA ESPERANÇA

CEP: 78.060-900

UF: MT

Município: CUIABA

Telefone: (65)3615-8935

E-mail: cephumanidades.propeq@ufmt.br